



ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DA 6.^a LEGISLATURA
PELO
SENHOR PAULO CRUZ PIMENTEL
GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ
1968

353.0313
P233
1968
MFN 1662

INTRODUÇÃO

Senhores Deputados

No cumprimento do que dispõe a Constituição Estadual, tenho a honra de submeter a Vossas Excelências a presente Mensagem, dando conta da situação do Estado, o que faço com a satisfação de mais uma vez comparecer perante o Poder Legislativo, na oportunidade da abertura da 2.^a sessão ordinária da 6.^a Legislatura.

O ano passado, por esta época, na Mensagem em que focalizei o transcurso do primeiro ano de mandato, julguei que convinha alongar-me na fixação dos principais pontos da filosofia que trazíamos para o Governo, com base na plataforma do candidato e no discurso de posse.

Isto se tornava necessário para que ficasse bem evidenciado que as promessas e propósitos da campanha eleitoral não representavam palavras vãs, que o vento leva e o tempo sepulta no esquecimento. Eram, na verdade, a afirmação consciente da vontade e das aspirações mais legítimas de todo um povo, que está inaugurando, neste Paraná generoso e de fronteiras abertas, uma nova sociedade e até mesmo uma Nova Fronteira, de presença marcante, dentro de um Brasil em rápidas transformações.

A filosofia do desenvolvimento integrado, que desfraldamos, vai impregnando todos os escalões da administração, no sentido de corrigir e de superar uma conjuntura regional visivelmente compartimentada, que antes mantinha as populações e as regiões isoladas entre si, enquanto a iniciativa particular e o setor público quase se ignoravam, quando não se hostilizavam reciprocamente, em função do próprio crescimento vertiginoso e desordenado do Estado, nas várias frentes pioneiras do interior distante e mal assistido.

Como homem do interior, oriundo da livre empresa, trazia-

mos para o Govêrno o desejo — que está sendo realizado mais cedo do que esperávamos — de um diálogo político alto, que possibilitasse a comunicação e o contato para uma programática de integração em tôdas as esferas da vida paranaense.

Graças a êsse diálogo estamos nos comunicando com o povo, através de suas mais expressivas e ponderáveis correntes políticas, para realização de uma obra que visa, acima de tudo, aproximar o Paraná de si mesmo e projetá-lo, unido, no cenário nacional, como uma das mais pujantes unidades da Federação.

A implantação da infraestrutura básica — transportes, energia elétrica, telecomunicações, saneamento urbano — passou para o terreno efetivo das realizações, em escala capaz de cobrir o âmbito total do Estado, ao mesmo tempo que o atendimento aos setores de caráter social — educação, saúde, habitação, etc., — tomou proporções da maior magnitude, em função das reais reivindicações da população.

Um Govêrno de austeridade, mas austeridade com audácia e destemor, quer no combate ao empreguismo, quer na realização de obras rigorosamente prioritárias, é traço que reivindicamos para nossa administração, precipuamente posta em termos de respeito pelo dinheiro do povo, que luta, trabalha e sofre, não sendo justo por isso mesmo, que se desperdice o seu esforço e se fraude a sua confiança.

Nesse sentido, uma das nossas preocupações se tem concentrado nas obras inacabadas, que alguns governos passados começaram e deixaram pela metade, num evidente despreço pelos dinheiros públicos. Várias obras dêsse tipo, que estamos concluindo e entregando ao povo, representavam antes um monumento demagógico ao desperdício e uma prova de irresponsabilidade, no uso e abuso do poder de fazer sem antes prever para prover o erário dos recursos compatíveis.

Em nossa Mensagem anterior dizíamos que a preocupação maior não é a de fazer quantitativamente mais que os Governos anteriores, pois isto certamente se dará num Estado, como o Paraná, em crescimento incessante. A preocupação é no sentido do acêrto e do rendimento qualitativo e social do que se faça.

Em dois anos apenas estamos atingindo metas de quinquênio, talvez para irritação dos que se recusam compreender que no Paraná de nossos dias cada Govêrno terá que fazer mais que o antecessor, já que esta é a exigência inelutável de um

Estado onde o futuro deve ser agora, ou não o alcançaremos nunca.

Contudo, êstes não foram dois anos fáceis de transpor.

Os grandes obstáculos advinham de uma conjuntura nacional adversa, afetando, como não podia deixar de acontecer, o clima de tranqüillidade e trabalho do povo paranaense.

O quadro da sucessão presidencial, de 1966 para 1967, criou penosos problemas políticos no âmbito da administração estadual, agravado pelos efeitos do rígido combate à inflação, pelos reflexos trazidos com a crise do crédito e com a retração das vendas mercantis, sem contar os efeitos das geadas nos cafêzais e dos baixos preços do café.

Para agravar ainda mais essa conjuntura desfavorável, tivemos, em 1967, a implantação abrupta de uma nova sistemática tributária que, se de um lado melhorou as finanças dos municípios e positivamente reforçou as da União, de outro esvaziou os Estados, afetando sua receita pública e a sua autonomia política.

Já tivemos oportunidade de apontar — e volto a fazê-lo aqui — o abalo financeiro, ocorrido de um ano para outro, a fim de que se possa bem avaliar a gravidade da emergência. Assim é que representaram perdas de receita:

- a não permissão da nova Constituição federal para empréstimos compulsórios no âmbito estadual;
- o adiamento da cobrança do impôsto sôbre combustíveis líquidos;
- a transferência, para a Capital Federal, do produto da taxa sôbre o trigo importado, relativo aos Acôrdos do Trigo;
- o aumento do limite de isenção do impôsto de renda sôbre os proventos dos servidores públicos, antes atribuído aos Estados;
- a redução de 20% para 14%, em 1967, no Fundo de Participação dos Estados e Municípios;

— a inversão da participação de 60% para 40% no impôsto sôbre combustíveis.

Some-se a tôdas essas consideráveis perdas de receita, a ainda não superada dificuldade na implantação da nova sistemática de cobrança do impôsto de circulação de mercadorias, num Estado de economia predominantemente agrícola como o nosso e se terá, em linhas gerais, o panorama financeiro do ano que passou, acarretando uma diferença entre a previsão e a arrecadação do exercício de mais de duzentos bilhões de cruzeiros antigos e a conseqüente reformulação orçamentária em setores básicos da programação de obras do Govêrno.

Se no exercício tivéssemos apenas mantido em dia o funcionalismo e os fornecedores do Estado já teríamos realizado um milagre de equilíbrio financeiro, se não esquecermos da grave situação reinante nesse campo em outros Estados da Federação.

Mas a proeza de uma execução orçamentária equilibrada na verdade foi bem mais significativa porque conseguimos inclusive destinar para investimentos importância maior que a dispendida com pessoal.

São cifras para as quais devemos chamar a atenção dos senhores deputados, que aqui representam o povo e a quem, afinal, em última instância, cabe dar contas.

Mesmo a violenta redução no orçamento estadual não chegou a comprometer o esforço do Govêrno no sentido de manter o nível dos investimentos públicos necessários para a expansão da oferta de infraestrutura e serviços, destinados a fomentar o desenvolvimento econômico e social, elevando-se as aplicações à cifra de NCr\$ 192.038.531,00 enquanto em 1966 elas foram de NCr\$ 166.641.455,00.

A conclusão a que se chega é a de que, com uma economia ainda lastreada no setor primário e caracteristicamente de exportação, com apoio no café, o poder público desenvolveu uma ação decisiva para promover a diversificação econômica. Nesse sentido os resultados foram animadores, em têrmos de diversificação da produção, apesar das notáveis oscilações da renda interna, decorrentes das flutuações cíclicas da cafeicultura, dos programas de erradicação do café e da política federal de preços para o produto.

Garantindo o destaque já obtido como o primeiro pôrto

brasileiro no fornecimento de divisas líquidas à Nação (300 milhões de dólares por ano), o Pôrto de Paranaguá voltou em 1967 a bater todos os recordes de movimentação de mercadorias, com quase dois milhões de toneladas carregadas e descarregadas no período e como primeiro embarcador de café, com seis milhões de sacas, das quais mais de cinco milhões para o exterior.

Assumimos também a liderança nacional na exportação de milho, com mais de cinco milhões de sacas embarcadas a granel, somando-se a êsse volume mais de quarenta mil toneladas de soja e farelo de soja embarcados pelo Pôrto de Paranaguá. Pelo Pôrto de Antonina foram embarcadas quase vinte mil toneladas de milho e mais de onze mil de soja a granel, sendo importadas mais de 100 mil toneladas de trigo em grão para os moinhos paranaenses.

O terminal oceânico de Paranaguá recebeu um milhão de litros de combustíveis líquidos e derivados de petróleo provenientes, na sua quase totalidade, das refinarias nacionais. Foram ainda embarcadas, pelos nossos portos marítimos, mais de cem mil toneladas de madeiras em geral correspondendo a 170.000 metros cúbicos.

Por ferrovias e por caminhões, os nossos excedentes agrícolas contribuíram para o abastecimento do mercado nacional, sendo sabido que temos apreciáveis estoques invendáveis em decorrência da defeituosa estrutura da comercialização do País, num estranho e persistente desestímulo à produção e ao trabalho penoso do homem do campo.

É certo que o aumento da produção física não basta. Precisamos aumentar a produtividade e, mais que isso, transformar os nossos produtos primários e industrializar as nossas matérias primas, levando, ao mesmo tempo, melhores comunicações, mais conforto, mais educação, mais saúde e saneamento às populações rurais e aos centros urbanos, novos e antigos, todos em expansão ininterrupta.

Temos diante de nós os problemas decorrentes da chamada "explosão demográfica", a que agora se associa também uma "explosão urbana", exigindo a definição das áreas metropolitanas e a fixação de uma corajosa política de habitação e urbanismo, de assistência e de serviços sociais integrados.

A todos êsses problemas estêve atento o Estado do Paraná

através de seu atual Govêrno desenvolvendo as obras de infraestrutura básica e de desenvolvimento social, com o apoio decisivo da opinião pública, das correntes políticas e dos demais podêres, entre os quais é justo que se ressalte aqui a Assembléia Legislativa, sempre pronta para dar ao Executivo as leis que êle necessitou no cumprimento de suas atribuições.

Para fazer frente aos seus encargos, o Estado contou, em 1967, com uma receita geral de NCr\$ 319.904.918,00, ou seja, precisamente a importância prevista quando da recomposição do orçamento no primeiro trimestre.

Adotando a máxima cautela na política financeira procedemos duas correções no programa orçamentário — em dezembro de 1966 e em fevereiro de 1967 — com vistas a adequá-la à nova realidade tributária, utilizando sistemas de “frenagem” e de “aceleração”, conforme as oscilações da arrecadação, observada a cada momento.

Para avaliar as quedas de receita bastará lembrar que em janeiro de 1967 ela somou somente NCr\$ 16.502.701,00 enquanto no mesmo mês do ano anterior ascendera a NCr\$ 28.430.553,00, só melhorando a partir de março, assim mesmo com fortes oscilações, como se vê dos números adiante reproduzidos:

Meses	NCr\$
Janeiro	16.502.701,00
Fevereiro	21.098.395,00
Março	25.015.761,00
Abril	27.207.726,00
Maiο	26.427.199,00
Junho	24.243.605,00
Julho	24.280.940,00
Agosto	33.270.981,00
Setembro	36.316.875,00
Outubro	34.244.712,00
Novembro	23.496.773,00
Dezembro	26.900.000,00

Seguindo determinações expressas, a Fazenda observou rigorosa prioridade para o pagamento do pessoal e para concentração de esforços nos setores de investimentos, com rigorosa eliminação

de quaisquer aplicações que pudessem ser consideradas secundárias. Dentro desses critérios pudemos atender os setores de desenvolvimento com recursos muito maiores do que os aplicados no ano de 1966, a saber:

	NCr\$	%
Expansão Econômica ...	— 31.400.000,00	— 21,95
Estradas	— 30.500.000,00	— 21,32
Energia	— 20.000.000,00	— 13,92
Edificações	— 9.300.000,00	— 6,50
Saneamento	— 6.000.000,00	— 4,19
Educação	— 4.300.000,00	— 3,00
Telecomunicações	— 2.500.000,00	— 1,74
Desenvolvimento Econô- mico	— 1.200.000,00	— 0,83

Importa ressaltar que, com a instituição de um mecanismo automático de entrega das parcelas do ICM (20%) aos Municípios, nos próprios locais da arrecadação, se possibilitou que o Estado mantivesse rigorosamente em dia, mesmo nos momentos de forte queda de receita, o pagamento das quotas devidas.

Através do Banco do Estado do Paraná, da CODEPAR e do sistema CODESUL-BRDE as aplicações de recursos em financiamento ao setor público e à iniciativa privada, somando várias dezenas de bilhões antigos, representaram um poderoso estímulo às obras do Governo, à implantação e ampliação de indústria e ao fomento agropecuário.

No Banco do Estado invertemos a posição dos depósitos, passando os da iniciativa privada a superar os do Governo, numa prova eloqüente da confiança que inspira o nosso principal estabelecimento oficial de crédito.

Na CODEPAR foram ampliadas as faixas de crédito, passando a apoiar atividades novas, como avicultura, indústrias de recuperação, padronização de milho para exportação, etc.. Foram ampliados os tetos de financiamento, para atender até 60% das inversões totais ou até 70% dos investimentos fixos, com a introdução do crédito para o capital de trabalho para a produção. Abrimos uma linha de crédito para execução de

projetos de reflorestamento e florestamento no Estado, até o limite de 70% das aplicações feitas e com prazo de dois anos para resgate.

Finalmente, foram concluídos os estudos da reforma administrativa e operacional da empresa destinados a transformá-la no que já podemos classificar como o maior Banco de Investimentos do País no seu gênero.

Lembraria, para concluir, que nos dois anos do atual Governo a CODEPAR financiou mais projetos que a soma dos quatro anos anteriores desde sua criação.

Por empenho do Governo do Estado, o BRDE decidiu baixar os custos operacionais dos recursos próprios para 18% proporcionando maior acesso de investidores aos seus financiamentos.

No campo da infraestrutura básica, prosseguimos na execução do II.º Programa Estadual de Eletrificação, com resultados em 1967, que devem orgulhar não só o Governo mas todos os paranaenses, porque já estamos alcançando em dois anos objetivos além do previsto.

Com o aumento da geração de energia, com as linhas de transmissão e com as redes de distribuição local construídas estamos chegando às novas regiões recém-desbravadas do Oeste e do Sudoeste muito mais rapidamente do que, ao seu tempo, se chegou ao Norte Pioneiro e ao Norte Novo, o mesmo ocorrendo no campo do asfaltamento de rodovias e do sistema de telecomunicações.

A conclusão da Usina Hidrelétrica do Salto Grande do Iguaçu, a ligação com a Usina Termelétrica da SOTELCA, através da Subestação de Campo Comprido e a instalação de oito unidades geradoras dieselétricas, foram os principais empreendimentos do último ano, contribuindo decisivamente para o aumento da potência instalada, que cresceu de 60.000 quilowatts, com mais do dobro no sistema próprio da COPEL.

Por sua vez, o consumo de energia elétrica teve um aumento de 90 milhões de quilowatts-hora, atingindo um bilhão e cento e oitenta milhões em 1967.

Mais quarenta Municípios passaram a ser atendidos pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL durante o ano. Hoje 254 Municípios paranaenses já possuem redes de energia elétrica, faltando apenas 31 em todo o Estado, fato que

permite prever a antecipação da nossa meta de nenhuma sede municipal sem luz e fôrça em 1970.

A mais importante obra em execução no setor da energia elétrica é positivamente a Central Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, a cargo da ELETROCAP, cujo andamento foi ainda agora constatado na visita feita por ocasião do desvio do rio Capivari para construção da respectiva barragem, já com 28 por cento dos trabalhos executados. Até o presente foram escavados em rocha, através da Serra do Mar, 19 quilômetros de túneis, ou seja 80% da obra, dos quais 56% nos dois anos do atual Govêrno. Capivari-Cachoeira deverá ter uma potência instalada de 250.000 quilowatts, para fornecer 900 milhões de quilowatts-hora.

Igualmente em ritmo acelerado caminham as obras da Usina Hidrelétrica da Foz do Chopim, com potência prevista para 44.000 quilowatts, devendo atender, nas regiões Oeste e Sudoeste, 46 municípios, com população avaliada em 600 mil habitantes. Mais de 70% das escavações estão realizadas, tendo sido iniciados os trabalhos de concretagem da casa de fôrça.

Além de receber a energia da SOTELCA em Campo Comprido, a COPEL está fazendo a irradiação das linhas de alta tensão na região da Capital, que irão constituir o Anel Elétrico de Curitiba, nervo do sistema interligado do Tronco Principal Norte-Sul do Estado.

No ano em curso deverão ser investidos no setor de energia elétrica aproximadamente 125 milhões de cruzeiros novos, equivalente a 35% mais do que foi aplicado em 1967.

A pequena densidade do mercado consumidor, na vasta e dispersa área de concessão da COPEL, é responsável pelo nível das tarifas, que não podem ser mais baixas do que seu custo, sob pena de comprometer-se todo o programa da empresa e o próprio desenvolvimento futuro do Estado. São problemas que só a expansão do mercado paranaense poderá resolver.

Com a pavimentação de 200 quilômetros de estradas e um total de 438 quilômetros de revestimento primário, executados em dois anos, o atual Govêrno superou tôdas as marcas obtidas anteriormente.

Mas a importância das realizações no setor rodoviário não se mede somente pelas obras já concretizadas, senão também

pelo andamento dos serviços em execução e o preparo para início de novas frentes de trabalho.

As aplicações no setor rodoviário ascenderam à elevada cifra de NCr\$ 89.137.090,72 merecendo destaque a conclusão da Rodovia Maringá-Paranavaí, incluindo o contôrno de Maringá. (Segunda pista da Avenida Colombo), o trecho Lapa-São Mateus do Sul, da Rodovia do Xisto, a conclusão de 88 quilômetros de implantação básica no trecho São Mateus do Sul-União da Vitória, os acessos à Rodovia dos Cereais e do Café, a ligação de Antonina, na porção comum com a BR-101 entre Antonina-Morretes e a BR-277 (Auto-Estrada Curitiba-Paranaguá) e Antonina e São João da Graciosa, sem contar a grande movimentação no trecho Pato Branco-Três Pinheiros, que funcionará como alternativa e cujos trabalhos de terraplenagem, escavados e transportados, num total de 15 milhões de metros cúbicos na Rodovia do Sudoeste, constituem um recorde extraordinário, já que o volume maior até hoje obtido pelo DER ocorreu em 1963, da ordem de 11,7 milhões de metros cúbicos.

Para aparelhamento portuário, visando responder à crescente demanda de mercadorias movimentadas em nossos terminais marítimos, foram aplicados recursos do Fundo Portuário que permitiram o reinício dos trabalhos de dragagem do canal de acesso à baía de Paranaguá, registrando-se a retirada de meio milhão de metros cúbicos de areia no biênio 1966-67. A bacia de evolução e faixa de acostamento foram dragados para atingir a profundidade de nove a dez metros. Também o canal de acesso e a baía de evolução do Pôrto de Antonina foram dragados para atingir a profundidade de seis metros, sendo retirados 320.000 metros cúbicos de areia.

Com o aproveitamento do último caixão de concreto, a ser assentado próximamente, Antonina disporá de um cais de minério de 130 metros de extensão.

Mediante convênio com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, construíram-se em Paranaguá dois grandes armazens, com 9.000 metros quadrados de área coberta, além da recuperação de um pavilhão para instalação das oficinas centralizadas, para as quais se adquiriram novas máquinas operatrizes e diversos equipamentos.

Com financiamento da SOCEPAR e da CODEPAR está sendo concluída a construção de uma bateria de silos metá-

licos para 10 mil toneladas, inclusive esteiras transportadoras e tôrres para embarque.

Cêrca de 300 milhões de cruzeiros antigos foram aplicados na construção e melhoria de aeroportos paranaenses, enquanto no setor ferroviário já podemos afirmar com segurança que a Estrada de Ferro Central do Paraná, entre Ponta Grossa e Apucarana — obra que se arrasta há quase vinte anos — poderá estar concluída no atual quinquênio, graças a esquema em vias de ser concretizado com o Ministério dos Transportes, com apoio em financiamento externo.

Não há qualquer exagero em dizer que o atual Govêrno encontrou o Paraná nas preliminares em matéria de telecomunicações, configurando-se num problema nôvo, que é muito recente e mesmo surpreendente na exploração expansionista do "hinterland" paranaense e das novas frentes pioneiras, coincidindo, por sinal, com as modernas inovações técnicas da eletrônica no setor.

Três dias depois de empossado no Govêrno coube-nos a primazia de presidir a primeira concorrência internacional para fornecimento de equipamentos de telecomunicações no Estado e podemos dizer que antes do encerramento de nosso mandato, em 1970, o Paraná terá em funcionamento a sua linha tronco principal de microondas, além da rêde de emergência, em interconexão, em Curitiba, com o sistema nacional da EMBRATEL, ligando o Estado com os demais centros urbanos do País e do exterior.

Nessa obra serão aplicados 112 bilhões de cruzeiros antigos. No momento já foram investidos 8,8 bilhões na Rêde de Emergência, enquanto 34,0 bilhões de cruzeiros antigos têm sua aplicação específica na Rêde de Microondas. Mais de 34 bilhões serão dispendidos na aquisição do acêrvo da Companhia Telefônica Nacional e 35,9 bilhões na instalação de 20.000 novos telefones automáticos em Curitiba.

Através de um sistema rádio-telefônico estamos dando meios de interligação às regiões do Sul, Sudoeste, Oeste e Noroeste. Já estão operando as estações de Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença, Vitorino, Mariópolis, Clevelândia, Marechal Cândido Rondon, Goioerê, com várias repetidoras em cidades-chaves do Interior.

Foram adquiridos equipamentos e construídos 11 edifícios além de 4 em fase de acabamento e 6 que estarão prontos até maio vindouro.

No momento a TELEPAR executa as estações de telefonia de Palmas, Cél. Vivida, Toledo, Guairá, Paranavaí, repetidora de Goioerê, Cianorte, Loanda e Maringá e terminal de Ivaiporã, interligada a Maringá.

A implantação da Rêde de Microondas prevê a comunicação entre a zona portuária e a rica região produtora do Norte do Estado, passando por Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Arapongas, Cornélio Procópio, Jacarézinho, Maringá, Nova Esperança e Paranavaí.

No decorrer de 1967 foram realizados os testes de propagação da rêde com a participação de técnicos e engenheiros da TELEPAR e da organização Siemens-Halske, vindos da Alemanha especialmente para êsse fim. Concluíram-se os projetos das edificações das estações de telefonia e repetidoras do interior, dando-se início à construção da Central de Comutação Interurbana de Curitiba. Estão prontas as fundações e em andamento a edificação da estrutura do prédio, já na oitava laje.

No aumento de mais de 20 mil telefones em Curitiba, os 10 mil iniciais estarão instalados até março do próximo ano e os outros 10 mil até outubro do mesmo ano.

Até 1970 o Paraná terá o mais moderno sistema de telecomunicações do País, como um dos pontos altos da atual administração, dentro da política de desenvolvimento integrado que informa nossa filosofia de Governo.

Dentro da meta de dotar, até 1970, pelo menos de 75% dos municípios paranaenses de rêdes de água e esgoto, o Governo aplicou em 1967 no setor do saneamento básico recursos da ordem de 8,5 bilhões de cruzeiros antigos com serviços de implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de água potável e esgotos sanitários.

Em números redondos, através de convênios com as Prefeituras, 95 Municípios foram beneficiados, dos quais 51 receberam projetos técnicos de saneamento e 23 outros têm em elaboração na SANEPAR os seus estudos.

Para o ano corrente a empresa aplicará recursos na conclusão das obras em 22 Municípios e iniciará um programa de implantação e melhoria do sistema de abastecimento de água

em 30 outros, num investimento total em torno de 9,5 bilhões de cruzeiros antigos.

Na Capital, a SANEPAR ampliou a reforma da rede de esgotos com a execução de quase 2,5 quilômetros de coletores, prosseguindo na montagem e equipamento da Estação de Tratamento do rio Iguaçu, tendo até o momento executado mais de 85% do projeto. O Reservatório do Corte Branco encontra-se com 95% do Reservatório semi-enterrado concluído, enquanto a Torre de Equilíbrio com 97% e a Tubulação de Descarga com 98% dos serviços prontos.

No setor agropecuário estamos atingindo objetivos que consolidam a posição do Paraná como o terceiro Estado da Federação em volume e valor da produção, ultrapassado apenas por São Paulo e Minas Gerais.

Concretizou-se em 1967 um objetivo que somente esperávamos atingir muito mais tarde: o satisfatório nível de aperfeiçoamento técnico do plantel bovino do Estado, de tal sorte que já se pode parar com a distribuição por troca de reprodutores a criadores particulares, dentro do sistema inaugurado quando nos encontrávamos à frente da Secretaria de Agricultura. As Exposições no Parque "Castelo Branco" atestam nossos avanços.

Durante os anos de 1966/67 foram distribuídos 2.057 reprodutores bovinos, 2.384 suínos e 332 novilhas enxertadas da raça holandesa preta e branca para incentivo do rebanho leiteiro.

O Pôsto de Inseminação do Canguiri passou a atender todo o interior, despertando novo interesse em todas as áreas pecuárias do Estado, motivo porque vamos partir para a ampla difusão desse processo técnico, mediante plano específico a ser submetido ao GERCA.

Todos os órgãos da Secretaria da Agricultura dinamizaram seus serviços, no campo da vacinação contra a febre aftosa, dando atendimento clínico e cirúrgico a todos os animais do plantel do Estado, no combate à "broca" do café, no programa de multiplicação de sementes e mudas, em especial no incentivo ao florestamento e reflorestamento.

O Fundo de Equipamento Agropecuário instalou novos postos de vendas nas localidades de Itaiacoca, Japurá, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruz Machado, Bituruna, Porecatu, Joaquim Távora, Tomazina, Faxinal, Cruzeiro do Oeste, Paranacity,

Cruzeiro do Sul, Guaporema, Primeiro de Maio, Salto do Itararé, Jundiá do Sul, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Pôrto Rico, Ventania, Curiúva, Mandirituba, Jussara, Iporã, Antônio Olinto, Rondon e Diamante do Norte.

Um serviço de tomadas de preço ao nível do mercado atacadista e sua transmissão por telex a outras praças, bem como os trabalhos de previsão de safras orientam mercados e regiões produtoras, visando corrigir distorções na comercialização dos produtos agrícolas.

Nestes dois anos promovemos a duplicação da rede armazenadora do Estado, que passou de 31.000 toneladas em janeiro de 1966 para 70.000 toneladas em janeiro do corrente ano, crescendo além de mais três conjuntos de deslntagem nas unidades de Assaí, Cruzeiro do Oeste e Maringá; cinco separadores de defeitos para seleção de sementes; lençóis plásticos em tôdas as unidades armazenadoras, bem como construção de desvios ferroviários nas unidades de Guarapuava e Maringá.

Conquanto o ano de 1966 tenha sido dos mais produtivos no setor da distribuição de sementes, a carga da CAFÉ DO PARANÁ, 1967 apresentou rendimento ainda maior, principalmente no caso específico do algodão, cuja demanda atingiu a 449.110 sacas.

Durante o biênio, a CAFÉ DO PARANÁ trabalhou 285 mil horas com sua frota mecanizada e aplicou recursos equivalentes a 16 bilhões de cruzeiros antigos na compra de sementes comercializadas, além da operação de sua maquinaria. Parte desses recursos foram oriundos de convênios financeiros firmados com o Ministério da Agricultura, IBC-GERCA, Banco do Estado do Paraná e CODEPAR.

Com uma pujante agricultura, base para o desenvolvimento econômico autêntico, o Paraná tem o legítimo direito de aspirar a conquista de uma economia equilibrada, mediante incentivos maciços à industrialização, no sentido de diversificar a produção e abrir maiores oportunidades para o seu mercado de trabalho.

Criamos em 1967 a Secretaria de Indústria e Comércio para completar o sistema de apoio à iniciativa privada nesse importante setor da vida paranaense, ao mesmo tempo em que introduzimos modificações nas atividades operacionais da CODE-

PAR, com gestões também junto do organismo regional CODESUL-BRDE para dinamizar os investimentos.

Nos dois anos do atual Govêrno, só a CODEPAR financiou 261 indústrias enquanto nos quatro anos anteriores o número de indústrias financiadas foi de 224. Por sua vez, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, aplicou no Paraná mais de 20 milhões de cruzeiros novos no setor, com cêrca de 1.264 financiamentos à agricultura, somando um índice inédito em tôda a região em que atua.

Em capítulos próprios os senhores deputados terão, com mais pormenores, um relato setorial da situação do Estado em cada um dos campos abrangidos pela ação do Govêrno.

Não posso, no entanto, deixar sem referências, embora de passagem, o que se fêz nos setores do desenvolvimento social, que dizem mais diretamente com a defesa e a promoção do homem, meta última de tôda a obra governamental.

Os problemas de educação e cultura, de saúde, de política habitacional, de assistência, de terras e colonização e de justiça e segurança assumem, num Estado em crescimento ciclópico como o Paraná, aspectos de extrema gravidade, pois sem a solução dêles de nada valerá erguer usinas, construir estradas, levantar imensas construções, se o homem, para quem tudo isto se destina, está individualmente desarmado, sem condições de saber utilizá-lo de maneira econômica, social e humana.

Pelos elementos de confronto que temos à mão podemos afirmar que o ano de 1967, no setor educacional, foi talvez o mais profícuo do ensino paranaense.

Entre outras atividades cabe ressaltar a realização do Plano de Emergência, com a construção de 458 salas de aula em período recorde, a elaboração do Estatuto do Magistério, sob recomendação da UNESCO, já encaminhado à Assembléia Legislativa; a execução do levantamento patrimonial da Secretaria de Educação e Cultura e a formulação da nova estrutura organizacional da pasta; a nomeação de 3.600 professoras normalistas e regionalistas habilitadas no teste de seleção; a realização do concurso para provimento de cargos de professor de ensino médio licenciado, com 700 aprovados entre 1.240 inscritos e a realização da matrícula provisória em cumprimento a determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1967 estavam matriculados no ensino primário em todo o Estado 825.913 alunos, dos quais 59% em estabelecimentos estaduais, 36% em estabelecimentos municipais e 5% em estabelecimentos particulares. Nada menos de 375.795 alunos, ou seja, 46% do total matriculado freqüentaram a primeira série, em decorrência de um complexo conjunto de fatores que produz, no primeiro ano do ensino primário, o estrangulamento da rede oficial do ensino e a incessante construção de novas salas de aula.

O Paraná está dispendendo no custeio do ensino 46% de seus recursos orçamentários, o que bem mostra a seriedade do problema educacional num Estado em "explosão demográfica" como o nosso.

No ano de 1967 batemos todos os recordes de construção de salas de aula, somando nos dois primeiros anos do atual Governo 5.345 novas salas, contra 2.657 no quinquênio anterior.

Estamos agora examinando detidamente as causas da repetência e da evasão escolar, já com o problema resolvido na Capital e em grande parte atacado nas sedes urbanas do interior, dentro da meta "Nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora".

Através da FUNDEPAR foram aplicados 5 bilhões de cruzeiros antigos na melhoria de 200 estabelecimentos de ensino, em 63 municípios, além do fornecimento de material escolar e de promoções culturais de âmbito nacional, dentre as quais cumpre assinalar o lançamento do Concurso Nacional de Contos, sucesso absoluto de repercussão em todo o País.

Durante o ano de 1967 foram criadas 11 novas Escolas Normais Ginásiais e instaladas 17 Escolas Normais Colegiais, entrando em funcionamento também o Instituto de Educação de Maringá. Estão autorizadas para entrarem em funcionamento no corrente ano os Institutos de Educação de Paranaguá e Jacarèzinho, bem como 10 Colégios Estaduais e 25 novos ginásios em várias cidades do Estado.

Seguem em ritmo acelerado as obras de construção do Centro de Treinamento do Magistério, com recursos fornecidos à FUNDEPAR pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, obra de grande vulto e significação para o aprimoramento do ensino no Estado.

Através do GEPLANEPAR foram aplicados recursos no

setor educacional num montante de 6,8 bilhões de cruzeiros antigos.

No setor da saúde pública concluímos, estando já em funcionamento, uma obra cuja construção se arrastava por vários governos: o Sanatório para Tuberculosos de Londrina, modelar no seu gênero.

A proteção da população contra as doenças se desenvolveu, em 1967, com redobrada intensidade através da vacinação de milhões de pessoas, mormente contra o tétano, difteria e varíola. A Doença de Chagas e a Febre Amarela foram contidas na sua expansão e caminham para a erradicação, mediante um programa implacável de combate levado a efeito com a mobilização de todos os recursos disponíveis.

Só em 1967 mais de 430.000 prédios foram expurgados na área chagásica, graças ao esforço integrado da Secretaria de Saúde, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e Prefeituras Municipais.

Igualmente, mediante ação integrada, o trabalho no Litoral, implantado em 1966, prosseguiu com êxito em 1967, especialmente no setor de higiene e saneamento.

A Escola de Saúde, que há dez anos só realizava cursos na Capital, iniciou suas atividades no interior, enquanto através do Departamento Estadual de Saúde foram atendidas 236 entidades em Curitiba e nos municípios interioranos.

No campo da política habitacional, o atual Governo pode tranqüilamente reivindicar para si o mérito de haver enfrentado o problema com realismo e eficiência, dinamizando um setor antes encarado com timidez e excesso de burocracia.

Definindo sua política habitacional em 1966, já em 1967 o Governo partia para a fase prática com a entrega de 2.500 casas através da COHAPAR, a maioria das quais dentro do esquema das casas populares. Criamos a Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — CREDIMPAR, que apenas nos cinco primeiros meses do seu funcionamento já entregou 202 residências, em 11 municípios, na faixa da classe média.

O trabalho até agora realizado no setor ensejou aplicações da ordem de 7,5 bilhões de cruzeiros antigos, sendo 3 bilhões oriundos da COHAPAR em convênios com o BNH e 4,5 bilhões da CREDIMPAR.

Os encargos da assistência social têm aumentado de ano

para ano obrigando a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, juntamente com o Instituto do Menor, a ela vinculado, bem como a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e o Instituto de Previdência do Estado a promoverem uma constante ampliação dos seus serviços, com o aprimoramento técnico do pessoal especializado, de sorte a fazer frente aos problemas que a todo dia desafiam a atenção do Estado.

Igualmente asoerbantes são os encargos no setor da política de terras e colonização e da segurança da população contra o crime e contra os atentados à ordem pública.

A Polícia Militar é hoje motivo de orgulho para todos os paranaenses, pela disciplina, organização e eficiência com que atua sempre que chamada a intervir nas esferas que lhe estão afetas. Na Polícia Civil, não obstante a presença de algumas falhas, decorrentes de uma estrutura obsoleta, a natureza das reformas que nela estão sendo introduzidas se reflete positivamente pelo clima de tranqüilidade e confiança que reina no Estado.

No campo da segurança pública não há o que temer, pois nada ameaça a ordem interna. Pelo contrário, o Paraná se apresenta aos olhos da Nação como área privilegiada, na ausência de extremos sociais de fortuna e miséria crônica e na igualdade de oportunidade a todos os que querem trabalhar e elevar seus padrões de vida, em comunhão com brasileiros e estrangeiros das mais diferentes origens e procedências, plenamente conscientes do grande destino comum que os espera.

Para o trabalho do Govêrno não há clima melhor que êsse, quando se sente o apoio do povo, a compreensão e a solidariedade das correntes políticas nas grandes tarefas a realizar e sobretudo a harmonia, com a necessária independência, entre os poderes constituídos que dão estrutura e majestade à figura impessoal do Estado, graças à formação cívica e ao alto espírito público dos homens que o representam.

Senhores Deputados

Ao encerrar a introdução desta Mensagem desejo expressar o agradecimento de todo o Govêrno e o meu próprio por êsse clima de convivência fecunda, reinante no Paraná e, em especial, pela cooperação que tivemos do Poder Legislativo,

graças à qual se tornou possível a realização de um volume de obras, de considerável significação para o desenvolvimento econômico e para o progresso social do Estado.

Estou certo de que contaremos para o ano que se inicia e para os que se seguirão com o mesmo ambiente construtivo, rico em estímulo, em proveito dos objetivos comuns que nossa geração tem em vista de bem servir o povo e de projetar o Paraná cada dia mais engrandecido.

Curitiba, 1.º de Março de 1968

PAULO PIMENTEL
Governador do Estado

I — A CONJUNTURA PARANAENSE

A ECONOMIA PARANAENSE

O Paraná se caracteriza por uma economia primária de exportação, baseada no café, cujo dinamismo vem perdendo substância nos últimos anos, em consequência de uma política cafeeira comandada de fora, com centros de decisão na esfera federal, onde a influência do Estado não tem correspondido à expectativa do setor da produção.

Desde 1940 o Paraná mantém a mesma estrutura, dependente das flutuações do café, a se refletirem no comportamento da renda interna e das finanças públicas. Ao dinamismo desse produto se deve a vertiginosa ocupação agrícola do Estado, especialmente nas regiões Norte, Noroeste e Oeste, cujo progresso, por sua vez, atraiu novas correntes do Extremo Sul do País, responsáveis pela colonização do Sudoeste e parte do Oeste.

Nos últimos trinta anos a população cresceu a uma taxa anual elevada, com um incremento no período 1950-62 de 6,9%. Nessa fase a evolução da renda real interna, de 10,4% ao ano, possibilitou que a renda real per capita fosse a mais elevada que o Paraná já alcançou, ou seja, 3,5%.

Não foi esse, infelizmente, o período administrativamente mais fecundo, perdendo-se grande oportunidade de implantar as bases de uma infra-estrutura de serviços públicos que teriam propiciado a diversificação da economia paranaense para atenuar a dependência excessiva do setor primário e da monocultura cafeeira, esta última já com sintomas visíveis de perda de dinamismo.

No período 1960-66, a população continuou ascendente, porém a uma taxa anual menor, estimada em 5,3% enquanto a renda real interna começou a perder altura, caindo para 1,3% ao ano, em média.

Atingido por duas geadas e por uma política de preços desestimulantes, o café não podia sustentar o mesmo nível

anterior do crescimento econômico, já que os demais setores da agricultura e da indústria regional não tinham condições para gerar renda substituidora capaz de compensar o processo de descapitalização da cafeicultura.

O setor industrial, parte do qual também tem estado na dependência do café, através das máquinas de beneficiamento, jamais conseguiu comunicar à economia do Estado o impulso que ela tem recebido do setor primário. As taxas de crescimento das atividades industriais sempre estiveram abaixo dos índices de incremento da população, não gerando, portanto, renda suficiente para alimentar a oferta de mão-de-obra, no mercado de trabalho, sempre em expansão. .

Em 1960, entre os três Estados que formam a chamada região do Extremo Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — o nosso Estado era o que apresentava menor participação da indústria na geração da renda interna. Aliás, nos 18 anos que vão de 1942 a 1960, equivalentes à fase de maior expansão da cafeicultura no Estado, a indústria paranaense em lugar de ter incremento, paralelamente ao surto de industrialização do País, reduziu sua participação na renda global, passando de 14,3% para 10,1%. Era a seguinte a posição do Paraná no conjunto dos três Estados do Extremo Sul:

Região	Agricultura	Indústria	Serviços
Paraná	63,5	10,1	26,4
S. Catarina	50,4	20,2	29,4
Rio G. Sul	40,4	16,6	33,0

Em 1966 a estrutura paranaense modificou-se ligeiramente no setor primário, mantendo-se estacionária a participação do setor industrial, conforme estimativa realizada em estudo divulgado pela CODEPAR, com dados ainda sujeitos a retificação. Não fossem os incentivos realizados a partir de 1962 pela CODEPAR visando expandir o setor industrial, a queda teria sido mais acentuada, mesmo porque o esforço de diversificação econômica para o incremento da indústria no Estado tem efeitos positivos globais a longo prazo.

Deve-se considerar, contudo, que esse lento processo de crescimento do setor secundário não é, a rigor, resultado ex-

clusivo da perda de dinamismo da cafeicultura (pelos motivos já apontados) ou fruto de uma conjuntura puramente regional. Em grande parte, êle sofreu os efeitos de uma situação nacional, «que culminou com a relativa estagnação industrial que se instalou a partir de 1962», conforme acaba de reconhecer um exaustivo estudo do Ministério do Planejamento, através de seu Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada — IPEA, no qual se traça o diagnóstico e perspectivas da industrialização brasileira.

Verificando o comportamento da renda interna relativa ao período de 1950-66 constata-se a instabilidade da economia paranaense, sujeita às oscilações do setor cafeeiro, que participa com cêrca de 50% na geração da riqueza regional. Houve, sem dúvida, desenvolvimento econômico, visível a olho nu, não acompanhado, porém, do desejado progresso social, uma vez que a renda per capita da população já foi maior em anos passados, caindo a partir de 1960, embora com elevações apreciáveis em um ou outro ano isolado.

A preços de 1953, foi o seguinte o comportamento da renda interna no período citado:

Anos	Índice global	Índice per capita
1950	84	100
1951	87	100
1952	102	100
1953	100	100
1954	89	75
1955	118	100
1956	103	75
1957	125	88
1958	162	112
1959	210	125
1960	225	125
1961	244	138
1962	278	150
1963	210	100
1964	203	100
1965	278	125
1966	242	100

Colocada em milhões de cruzeiros novos e em confronto com a renda gerada pelo café pode-se facilmente verificar a estreita dependência da renda interna em relação ao nosso principal produto agrícola, o que imediatamente explica e justifica o empenho do atual Governo no sentido de obter, junto do Governo federal, um tratamento mais equitativo e realista para a rubiácea.

O quadro adiante nos dá idéia exata do problema, com o simples comparativo entre o volume das safras, a renda do setor e a renda interna no período de 1961-66:

Anos	Café (mil ton.) - Renda	Agricultura	Indústria	Serviços	Total	
		(milhões de cruzeiros novos)				
1961	2.083	671	1.222	182	541	1.946
1962	2.555	895	1.446	191	561	2.198
1963	1.257	408	961	173	604	1.738
1964	877	359	892	179	638	1.709
1965	1.756	725	1.378	181	680	1.756
1966	1.185	357	1.115	184	720	2.019

De algum modo, os dados acima indicam que a agricultura está se libertando da dependência do café, observando-se que a queda da renda do setor foi inferior à da cafeicultura, como fruto dos programas de incentivo à diversificação agrícola, postos em prática desde quando o atual Governador estava à frente da Secretaria da Agricultura, ocasião em que foi iniciado um plano de renovação e melhoria do rebanho bovino e criada a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná.

Essa libertação constitui um processo lento e penoso pelos reflexos que produz ainda o café no ritmo das finanças públicas e da arrecadação dos tributos sobre transações mercantis, comprometendo, não raro, os programas governamentais de investimentos em setores básicos de infraestrutura, destinados a dar apoio ao desenvolvimento econômico do Estado.

É claro que não é o café, diretamente, o responsável pelas oscilações e pela instabilidade da economia paranaense. A êle devemos quase tudo, nesta fase da história recente do Estado,

inclusive a ocupação total de seu âmbito geográfico, fazendo quase quadruplicar a população em menos de trinta anos.

O que tem faltado é uma política adequada em condições de ajustar o produto no quadro da agricultura brasileira e, de modo mais amplo, no conjunto da economia nacional, como fator poderoso gerador de renda e de divisas para o País.

Para isso falta, inclusive, mobilizar a opinião pública paranaense, a fim de que ela seja motivada para a problemática cafeeira e capaz de exercer a real liderança que nominalmente o Paraná detém como maior produtor e exportador brasileiro.

É nesse sentido que se tem empenhado o atual Governo do Estado, na certeza de poder sensibilizar a área federal e torná-la mais receptiva para os problemas da cafeicultura.

AS FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças do Estado sofreram em 1967 o impacto de uma crise de recessão, que já se manifestara em 1966, como resultado da política para o setor cafeeiro, agravada com a nova legislação tributária, que institui o impôsto de circulação de mercadorias, em substituição ao antigo impôsto de vendas e consignações.

Os inúmeros casos de perdas de receita, ocorridas de um ano para outro, em conseqüência da nova sistemática tributária também contribuíram para afetar o ritmo da arrecadação colocando a execução orçamentária muito aquém das previsões, por ocasião do envio da Proposta Orçamentária, no segundo semestre de 1966, à Assembléia Legislativa do Estado.

Uma análise criteriosa da situação econômico-financeira conduz à constatação de que, apesar da conjuntura adversa, o esforço do Governo conseguiu evitar, em parte, os efeitos negativos da acentuada redução no giro dos negócios estaduais.

A queda na arrecadação, de 1966 para 1967, foi de 11% a preços reais do último ano, o que fatalmente teria que comprometer o programa governamental de investimentos com recursos orçamentários.

Contudo, isso não aconteceu na mesma proporção da queda da receita, pois além de manter pontualmente em dia o pagamento do funcionalismo, os empreiteiros e fornecedores, o

Governo conseguiu igualar, em 1967, o volume de investimentos realizados no ano anterior.

O total dos investimentos atingiu a 192 milhões de cruzeiros novos, aplicados nos seguintes setores:

Energia Elétrica	32.558.000,00
Rodovias	31.795.000,00
Expansão Econômica	17.624.000,00
Edificações	9.300.000,00
Saneamento	6.921.000,00
Telecomunicações	5.090.000,00
Educação	4.300.000,00

Ao lado das maciças aplicações em obras de eletrificação e em rodovias, o Governo destinou recursos substanciais para a expansão econômica, através, principalmente, de financiamentos da CODEPAR para o desenvolvimento industrial do Estado.

A receita produzida pelo ICM em 1967, no Paraná, foi de NCr\$ 251.985.649,00, ou seja, NCr\$ 20.498.831,00 a menos da receita do ano de 1966, quando o Estado arrecadou NCr\$. . 272.484.480,00.

Mas a receita geral (inclusive IVC atrasado e outras fontes) alcançou a NCr\$ 319.904.918,00, isto é, exatamente a importância prevista pela Secretaria da Fazenda quando da recomposição do Orçamento, no curso do primeiro trimestre de 1967. Mesmo assim, considerados os valores a preços constantes, o volume da receita produzida terá sido inferior a de 1966.

A variação entre a receita produzida e os compromissos financeiros assumidos foi de apenas 30 milhões de cruzeiros novos, ou seja, 5,34% da receita prevista, conforme o que dispõe o art. 3.o, parágrafo 3.o da Constituição Estadual, e 9,37% da receita arrecadada. Nesses percentuais se revela o esforço do Governo para chegar ao final do exercício com relativo equilíbrio financeiro. A política financeira do Governo parte do princípio de que a um «superavit» orçamentário desordenado é preferível um «deficit» razoável.

Duas correções no programa orçamentário foram efetivadas tendo em vista adequar à realidade financeira estadual os

programas então previstos, enquanto, por outro lado, constituiu-se um plano de aplicação de recursos onde se utilizou os sistemas de «frenagem» e «aceleração», ou seja de total obediência às oscilações receiptuais. Tal cautela é facilmente justificável: a inopinada mudança da sistemática tributária, com a implantação do imposto de circulação de mercadorias, tornou totalmente impossível prever-se antecipadamente a flutuação dos níveis de receita, enquanto o comportamento da economia deixava facilmente à vista uma diminuição na renda gerada no Estado.

Dentro desse quadro, foram fixados dois pontos: prioridade para o pagamento do pessoal e concentração de esforços nos setores de investimentos, com a eliminação ou redução de quaisquer despesas que pudessem ser consideradas como «supérfluas». Em questão de funcionalismo, o Paraná pôde chegar ao final do ano sem que os pagamentos chegassem a atrasar em um mês sequer. Excluída a despesa de pessoal, utilizou-se na realização do plano: «frenagem» no primeiro trimestre de 1967, pois do programa de 33,1 bilhões antigos executou-se 24,6 bilhões; «aceleração» no 2.º trimestre (para um programa de 35,1 bilhões antigos, executou-se 41,7 bilhões); nos terceiro e quarto trimestres, voltou a ser utilizado o sistema de «frenagem» (para programas de 45,9 e 71,5 bilhões foram executados 34,5 e 42,0 bilhões antigos respectivamente.)

O fluxo mensal de receita reduziu-se, em janeiro de 1967, a NCr\$ 16.502.701,00 contra NCr\$ 28.430.553,00 em igual período do ano anterior. Nota-se daí a queda vertical de receita no início do ano, com a implantação do ICM. Ainda em fevereiro o fluxo foi menor do que em igual período de 1966: NCr\$ 21.098.395 contra NCr\$ 26.708.889,00. A partir daí a receita começou a reagir apresentando os seguintes saldos: Março — NCr\$ 25.015.761,00; Abril — NCr\$ 27.207.726,00; Maio — NCr\$ 26.427.199,00; Junho — NCr\$ 24.243.605,00; Julho — NCr\$ 24.280.940,00; Agosto — NCr\$ 33.270.981,00; Setembro — NCr\$ 36.316.875,00; Outubro — NCr\$ 34.244.712,00; Novembro — NCr\$ 23.496.773,00; Dezembro — NCr\$ 26.900.000,00.

A melhora registrada, no entanto, não indicaria nenhuma possibilidade de atender à despesa anteriormente estimada, da

ordem de 560 bilhões de cruzeiros antigos. Daí a razão da «adequação à realidade» realizada no campo financeiro. Talvez tenha sido essa extrema cautela a principal responsável pela excelente posição conquistada pelo Paraná este ano, no setor financeiro, relativamente aos demais Estados brasileiros.

Nas ocasiões em que utilizou a «frenagem» ou contenção do programa, o Governo teve o cuidado de evitar que a seleção prioritária de gastos, no setor de capital (estradas, energia elétrica) viesse asfixiar outros programas não prioritários, mas de grande alcance sócio-econômico, tais como o de edificações, telecomunicações, saneamento, e de fomento à expansão econômica privada, através da CODEPAR. A fase de contenção do programa de caixa trouxe, por outro lado, resultado altamente positivo, qual seja, o de despertar a consciência administrativa das diversas células dos serviços públicos para um controle dos respectivos custos operacionais, o que evidenciou e reforçou a necessária tendência de obtenção de maiores resultados ou realizações com menores gastos possíveis.

Dentro dessa consciência, foi possível realizar-se transferências substanciais para os principais setores de desenvolvimento, a maior parte em escalas muito maiores do que as efetivadas no ano de 1966. Foi o seguinte o esquema executado: Estradas — NCr\$ 30.500.000,00 (21,32%); Expansão Econômica (CODEPAR) — NCr\$ 31.400.000,00 (21,95%); Energia — NCr\$ 20.000.000,00 (13,92%); Edificações — NCr\$ 9.300.000,00 (6,50%); Telecomunicações — NCr\$ 2.500.000,00 (1,74%); Saneamento — NCr\$ 6.000.000,00 (4,19%); Educação (FUNDEPAR) — NCr\$ 4.300.000,00 (3,00%); Desenvolvimento Econômico (BRDE) — NCr\$ 1.200.000,00 (0,83%). Os meses mais difíceis em relação à transferência de recursos para despesas (exclusivo pessoal) foram os de janeiro, julho e dezembro. Os melhores meses, no mesmo sentido, foram setembro e outubro. Em parte, essa incidência é resultante do esquema financeiro do IBC, que fixou os preços do café em forma de degrau.

A despesa empenhada atingiu a NCr\$ 166.641.455,00 para o setor de pessoal e NCr\$ 192.038.531,00, para o de investimentos, num total de 258 bilhões de cruzeiros antigos. Esse montante sofrerá diminuição no valor, considerando a somatória das relações de «restos a pagar» e da quantia requisitada

no exercício, podendo-se antecipar um total efetivo de 350 bilhões antigos, acusando a variação já assinalada de 30 bilhões antigos. Mas o comparativo dos números mostra que, apesar dos enormes compromissos de custeio administrativo, o Paraná, ainda êste ano, compromissou mais nos setores de investimentos do que nos de pagamento do seu pessoal (empenho e liquidação).

Outro aspecto que mereceu relêvo na política financeira foi o que diz respeito à entrega das parcelas de participação dos Municípios na arrecadação do ICM. A instituição de um mecanismo automático de entrega aos Municípios, nos próprios locais de recebimento dos tributos, permitiu que durante todo o ano, nenhum Município do Estado deixasse de receber suas quotas.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Ainda na área econômico-financeira, em articulação com a política do Governo, cabe ressaltar o papel desempenhado pelo Banco do Estado, pela CODEPAR e pelo sistema CODESUL-BRDE no apoio ao setor privado para expansão das atividades paranaenses na esfera da agricultura, do comércio e da indústria.

Um aspecto inédito e talvez o mais positivo na atuação do Banco do Estado do Paraná, no decorrer do ano de 1967, foi a inversão da relação entre depósitos públicos e particulares, passando o segundo a superar o primeiro, numa demonstração muito lisonjeira da confiança que está inspirando junto do povo o principal estabelecimento oficial de crédito do Estado.

De 36,3 milhões de cruzeiros novos, o montante dos depósitos particulares passou a 58,7 milhões, com um incremento acima de 60%. O volume total de depósitos atingiu 99 milhões de cruzeiros novos (99 bilhões antigos), com um aumento de 27 milhões em relação aos níveis do exercício anterior.

Através de suas carteiras específicas, foram aplicados 71,5 milhões de cruzeiros novos em apoio às atividades agrícolas e industriais, representando um aumento de 33%.

Mais 11 novas agências foram instaladas, sendo de considerar que a incorporação do acêrvo do extinto Banco do Paraná

S.A. ensejou o remanejamento de grande número de agências para cobrir áreas do interior do Estado antes carentes da assistência creditícia do Banco oficial do Governo.

Ao fim do ano de 1967 contava o Banco do Estado com 88 agências instaladas no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, das quais 43 em prédios próprios. A instituição já detém carta-patente para a instalação de uma segunda agência em São Paulo, em Joinville e em Pôrto Alegre, além de mais duas no interior do Estado.

Dessa forma, o Banco estadual vai ultrapassando as fronteiras paranaenses para dar maior cobertura ao mercado nacional no interesse de transações que beneficiem a economia regional.

Com um capital social de 7,5 milhões de cruzeiros novos, êle conta também com reservas livres e obrigatórias superiores a 8 milhões para garantia de suas operações.

As aplicações da CODEPAR, por sua vez, totalizaram NCr\$ 34.998.000,00, dos quais NCr\$ 17.364.000,00 para obras públicas básicas e o restante em incentivos à indústria, à agricultura e armazenamento e a serviços do Governo.

Se a renda do setor industrial não tem apresentado nos últimos anos incremento sensível, conforme foi assinalado no exame da economia estadual, tal fato se deve a que somente a partir de 1962 iniciou-se o processo de industrialização orientado pelo poder público através da CODEPAR. Quando os empreendimentos deviam entrar em fase de maturação, prevista para o período 1965-66, sobreveio a crise do setor, notadamente com a restrição do crédito para giro e da retração do mercado interno, em consequência, inclusive, da baixa renda gerada pela cafeicultura.

Para atenuar os efeitos dessa conjuntura desfavorável, em 1967, por determinação do Governo estadual a CODEPAR reduziu os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos, que passaram de 1,8% para 1,5% ao mês, em média. Além disso, foram destinados ponderáveis recursos para atender às necessidades das empresas em capital de trabalho para a produção. Foi aberta uma linha de financiamento para as atividades de florestamento e reflorestamento, tendo em vista a im-

portância da preservação das reservas florestais do Estado e da defesa da indústria da madeira.

Por empenho do Governo do Paraná junto à direção do sistema CODESUL-BRDE, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, através de sua diretoria no Estado, decidiu baixar os custos operacionais de seus recursos próprios para 18%, dando oportunidade a um maior acesso de investidores. Seu setor de crédito rural, adotando uma aplicação maciça de recursos, alcançou índice inédito em toda a região, com a concessão de 1.264 financiamentos à agricultura, sem contar o crédito industrial, pela aprovação a mais de uma centena de projetos, em montante acima de 14 milhões de cruzeiros novos (14 bilhões antigos).

Somados os recursos oriundos do Orçamento estadual, do Banco do Estado, da CODEPAR e do BRDE, a importância aplicado em investimentos na economia paranaense, durante o ano de 1967, ultrapassou a cifra de 300 milhões de cruzeiros novos (300 bilhões antigos), o que constitui um verdadeiro recorde em matéria de incentivos para o desenvolvimento econômico, não obstante todos os percalços de uma conjuntura econômico-financeira extremamente adversa.

II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

ENERGIA ELÉTRICA

Durante 1967 foi cumprida a segunda etapa anual executiva do IIº Programa Estadual de Eletrificação, formulado para todo o presente período governamental. Tendo em vista que os objetivos da política setorial devem ser atingidos ao longo do quinquênio a ser completado em 1970, os resultados dos primeiros anos precisam ser avaliados levando em conta as limitações que lhe são inerentes.

De qualquer modo, porém, pode-se afirmar, com segurança, haver sido sobremodo auspiciosa para o Paraná a ação do Governo em 1967, no setor, seguindo a meta de propiciar adequada oferta de eletricidade a todo o Estado. É possível, portanto, traduzir os aspectos mais salientes da evolução registrada na eletrificação do Estado, tornando evidente a expressão já atingida pela COPEL, como empresa substancialmente responsável pelo atendimento às necessidades de energia elétrica de todo o Paraná.

A COPEL, além de constituir-se em instrumento direto do Poder Público Estadual, centraliza a sua atuação através da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S. A. — ELETROCAP, responsável por empreendimento fundamentalmente ligado aos objetivos da industrialização do Paraná e da qual também são acionistas o Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela CODEPAR, e o Governo Federal (através da Eletrobrás). Ademais, o Governo materializa, por seu intermédio, a participação acionária nas Centrais Elétricas de São Paulo S. A. — CESP, na Usina Termelétrica de Figueira S.A. — UTEFPA e na Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema.

A potência instalada de geração de eletricidade, disponível para utilização no Estado, foi aumentada, em 1967, de quase 60 mil kW isto é, em aproximadamente 20 por cento.

No território estadual, além da Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu (15.200 kW), foram instaladas oito unidades geradoras diesel elétricas — sendo duas na Capital e as demais em diversos pontos do interior (totalizando 28.000 kW). Ademais, foram tornados disponíveis cerca de 15.000 kW da Usina Termelétrica da SOTELCA, localizada em Santa Catarina.

A entrada em funcionamento da Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, no extremo sul do Estado, e a ligação com a SOTELCA, assinalaram, também, novos passos no sentido da integração elétrica do Paraná e do estabelecimento de conexões com outros sistemas estaduais. Hoje, em verdade, já começam a materializar-se as interligações em que se fundamenta a concepção do Programa de Eletrificação do Estado. As conexões do Sistema Interligado Estadual já são realidade desde as regiões de União da Vitória (Sul), de Curitiba e Ponta Grossa, até as áreas do Norte Nôvo e Novíssimo com centro em Porecatu, Apucarana, Maringá e Paranavaí.

Além disso, o Norte já se interliga — mediante linha de 33.000 Volts, nesta etapa — com o Centro-Oeste (áreas com centro em Campo Mourão, Cianorte e Umuarama) e a termelétrica de Figueira está ligada a Telêmaco Borba, de modo que próximamente também poderá ser efetivada a conexão com a maior indústria do Paraná (situada no Distrito de Monte Alegre).

Ademais, encontra-se em andamento a ligação definitiva do Sistema da Capital do Estado com o Litoral. Isso quer dizer, pois, que, praticamente, dois terços do território estadual, onde se concentra proporção ainda maior da população paranaense, constituem área integrada, do ponto de vista do suprimento de eletricidade.

Doutro lado, revestiu-se de contornos ainda mais palpáveis, em 1967, o sentido de cooperação em que se traduz o esforço da COPEL, como organismo do Poder Público Estadual, para materializar a eletrificação do Paraná. A atividade da Empresa consubstancia-se, mesmo, num empenho fundamental em viabilizar cooperação sem a qual seria débil a ação do Governo do Estado, em detrimento dos inadiáveis imperativos do desenvolvimento paranaense. A presença do Governo Federal, no setor de energia elétrica, hoje é verdade concreta, no Paraná. A Eletrobrás, de um lado, atua através de sua subsidiária, Companhia Fôrça e Luz do Paraná, em perfeito entro-

samento com a COPEL, ao tempo em que participa como acionista da ELETROCAP e financia as obras da Usina Capivari-Cachoeira. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, contribui com importante financiamento à Usina Hidrelétrica da Foz do Chopim, enquanto a Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN dá continuidade, através da UTELFSA, a inversões que associam os objetivos de eletrificação do Paraná com o do aproveitamento das jazidas carboníferas do subsolo paranaense. Já o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA começou a colaborar com a COPEL, no setor da eletrificação rural, e promete tornar crescente sua contribuição a êsse novo objetivo do Programa Estadual de Eletrificação. E não se pode deixar de aludir à cooperação da **United States Agency for International Development — USAID** e do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, mediante financiamentos decisivos para a execução de empreendimentos pioneiros e outros de caráter básico.

Importa acentuar, também, que, malgrado haver-se constituído em ano de conhecidas e assinaladas dificuldades financeiras do Governo do Estado, em 1967 foi dada continuidade ao esforço de investimento de um programa setorial de significado estratégico tão marcante para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Paraná. Neste sentido, desde que no exercício precedente havia sido acentuadamente elevado o montante dos investimentos, talvez bastasse dizer que, relativamente a 1966, foi registrado apreciável acréscimo real de aplicação de recursos financeiros. A soma consolidada dos investimentos feitos através da COPEL, da ELETROCAP e da UTELFSA se elevou, em 1967, a 92 milhões de cruzeiros novos, contra 68,4 milhões em 1966. Descontados os efeitos da inflação monetária, verifica-se que houve efetivamente incremento em termos reais do esforço de inversão, no setor, da ordem de 10 por cento.

Já as necessidades de investimento em 1968 podem ser avaliadas em cerca de 125 milhões de cruzeiros novos, ou seja, aproximadamente 35% a mais do que foi aplicado em 1967. De tal incremento quatorze por cento corresponderiam a acréscimo real e o restante às taxas prováveis de inflação e de investimento de mera reposição. A referida avaliação resulta da correlação entre o incremento da produção e consumo de

eletricidade, objetivado pelo Programa Estadual de Eletrificação, e a garantia do correspondente acréscimo do esforço de investimento. Realmente, se um dos objetivos da programação setorial consiste em criar condições para o aumento do consumo estadual à taxa acumulativa, média, anual, de 14 por cento, torna-se evidente que as inversões devem crescer de modo a assegurar igual porcentagem de incremento da capacidade de produção. Quanto à provisão de tais recursos, destaca-se no orçamento do Governo do Estado para 1968 a consignação de 41 milhões de cruzeiros novos, destinados ao setor de energia elétrica. A outra parcela, de 84 milhões, deverá representar, em substância, captação de recursos federais e estrangeiros, pela COPEL, ELETROCAP e UTELEFA.

Consumo Estadual

O montante do consumo de energia elétrica no Paraná, em 1967, cifrou-se em pouco mais de 1,18 bilhão de kWh, ultrapassando em 90 milhões o total do ano anterior. A taxa de incremento do consumo de eletricidade correspondeu, pois, a cerca de 8 por cento, superando a de 1966 (6 por cento).

A estimativa pôde ser feita com base em dados preliminares das principais concessionárias e indústrias auto-produtoras, incluindo previsão no que se refere ao último ou aos dois últimos meses do ano. Deve-se registrar a contribuição das empresas distribuidoras e das auto-produtoras, evidenciando-se que, enquanto o nível de consumo destas últimas, no conjunto, foi praticamente estacionário, nas áreas das primeiras aumentou em 88 milhões de quilowatts-hora, representando, pois, variação média, sobre 1966, da ordem de 13 por cento. Por sinal, esta mesma taxa já se havia registrado em 1966, comparativamente a 1965, no que diz respeito ao incremento do consumo atendido por concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.

Desde que o comportamento do consumo das auto-produtoras, notavelmente influenciado por uma unidade industrial de grande porte, tem revelado variações anuais sobremodo instáveis, reveste-se de especial significado a persistência, nos dois últimos anos, de taxas em torno de 13 por cento, nas áreas atendidas por concessionárias. Um dos objetivos do Programa

Estadual de Eletrificação consiste em criar condições para que o consumo de eletricidade no Paraná duplique a cada quinquênio, a fim de que a sua média por habitante se aproxime da nacional, por volta de 1980. Ora, a duplicação a cada cinco anos implica em taxa média acumulativa, anual, da ordem de 14 por cento. As percentagens verificadas no último biênio, nas áreas das concessionárias, tão próximas da objetivada, são tanto mais significativas quando se atenda para o fato de que as empresas de serviços públicos vêm sendo responsáveis por parcela crescente do consumo estadual.

O aumento do consumo total de eletricidade para 1,18 bilhão de kWh, em 1967, representou, também, melhoria da média **per-capita**. Estimando-se a população paranaense em 6 milhões de habitantes, o Paraná deve ter alcançado o índice de 197 kWh/habitante.

Em 1960, o consumo total no Estado foi de 542,9 milhões de kWh, correspondendo a 126 kWh por pessoa. Representava, à época, menos da metade da média **per-capita** nacional, cifrada em 260 kWh/habitante. Em 1967, quando o Estado alcançou 197 kWh/habitante, a média do país deve ter-se situado em torno de 320 kWh/por pessoa, o que revela expressiva melhoria da posição paranaense em relação à nacional, pois ascendeu a mais de 60%.

A efetiva elevação do nível de consumo estadual contribuiu muito o esforço da COPEL. Somente o aumento da distribuição feita diretamente pela empresa a consumidores, ensejou 3,9% de incremento do consumo total do Paraná.

Ademais, a cooperação da COPEL, mediante o fornecimento de energia elétrica a outras concessionárias e utilização de suas instalações, propiciou mais 3,2 por cento de incremento do consumo estadual de eletricidade. A região de Curitiba, além do fornecimento da UTELEFA, através da Subestação de Campo Comprido, e da Usina de Emergência, a COPEL tornou possível a recepção de eletricidade produzida pela SOTELCA mediante utilização dessa subestação. De Campo Comprido a COPEL está fazendo irradiarem-se as linhas de alta tensão que irão constituir o Anel Elétrico de Curitiba, infra-estrutura da distribuição de eletricidade da região da Capital.

A contribuição direta da empresa para o montante do consumo estadual foi da ordem de 180 milhões de kWh, em 1967,

superando em mais de 30 por cento a quantidade de distribuição a consumidores, em relação ao ano anterior. Desta maneira, a COPEL consolida a posição de principal empresa distribuidora de energia elétrica quanto ao número de localidades servidas (178) e a segunda no tocante à quantidade de quilowatts-horas vendidos.

Durante 1967, a COPEL passou a efetuar a distribuição de energia elétrica em mais 40 localidades do Paraná, elevando o respectivo total para 178. Dêste, cento e trinta são sedes municipais. Assim sendo, como outros 124 municípios são atendidos pelas demais empresas de eletricidade do Estado, o total de unidades político-administrativas que já contam com serviços públicos de energia elétrica se eleva a 254. Isso quer dizer que apenas restam 31 municípios paranaenses para serem ligados, até 1970, conforme uma das metas do IIº Programa Estadual de Eletrificação. Deve-se observar, neste sentido, ademais, que em 1960, quando o Paraná contava com 238 municípios, o número de sedes municipais que não dispunham de serviços público de eletricidade subia a 92, correspondentes a 34 por cento do total, enquanto atualmente não vai além de 10 por cento.

Cabe acentuar que, além de levar a efeito a distribuição diretamente a consumidores, a COPEL fornece eletricidade em grosso a outras concessionárias, beneficiando, dêsse modo, mais 30 localidades. A venda a outras empresas ascendeu, em 1967, a 107 milhões de kWh, tendo havido acréscimo de 10 milhões relativamente a 1966. Tal suprimento vem sendo feito nas regiões da Capital do Estado, de Ponta Grossa, Sul e, recentemente, também em Guarapuava e Telêmaco Borba.

O suprimento de eletricidade para uso industrial, pela COPEL, em 1967, elevou-se cerca de 30 milhões de kWh, contra 24,9 milhões em 1966. Acresce, ainda, a contribuição indireta ao abastecimento de indústrias através da venda em grosso a outras concessionárias distribuidoras.

Empreendimentos

Durante 1967 foi ativado o ritmo dos empreendimentos do setor de energia elétrica, no Estado, concomitantemente à ampliação dos serviços de eletricidade proporcionados pela CO-

PEL, como se assinalou no tópicó anterior. Estão sendo cumpridas, dêsse modo, as diretrizes do IIº Programa Estadual de Eletrificação. Dotar o Paraná com suficiente oferta de eletricidade, em todos os quadrantes de seu território, consiste, realmente, em objetivo ambicioso, a exigir ingente esforço na efetivação de uma multiplicidade de empreendimentos. Urge ampliar a potência de geração, estruturando um adequado sistema de transporte e de transformação que conduza a energia aos centros de consumo. Ao mesmo tempo, impõe-se implantar rêdes de distribuição, sem as quais não se torna efetivamente disponível para consumo a Eletricidade gerada e transportada. A eletrificação rural, passo subsequente, também foi dado, e o Govêrno, através da COPEL, o fêz não só buscando o equacionamento financeiro dêsse problema sabidamente complexo, como também tomando providências concretas iniciais. Por fim, merece destaque especial o surgimento de outras novas perspectivas à eletrificação estadual, como o desenvolvimento dos trabalhos do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul do País.

Sistema Interligado

Considerações Gerais. A notável expansão demográfica e as necessidades do desenvolvimento do Paraná impuseram ao Govêrno do Estado ingente esforço de investimento no setor dos serviços infra-estruturais de eletricidade, visando ao aumento gradativo da disponibilidade de energia elétrica e à implantação do Sistema Estadual Interligado. Na verdade, a tarefa a que se propôs o Poder Público tem-se revestido de êxito, pôsto que as obras realizadas e em execução já asseguraram volume compatível com as necessidades crescentes e o mercado paranaense vai beneficiando-se, progressivamente, da existência de Sistema Elétrico que garante condições técnicas de abastecimento superiores.

Deve-se acentuar que esta primeira etapa das interligações deverá ser seguida pelo funcionamento do Tronco Principal em 220.000 volts (em operação a 132.000 volts) e pela implantação de outras ramificações em 66.000 volts (neste caso beneficiando regiões por enquanto integradas mediante linhas de menor capacidade).

As interligações já concluídas e aquelas em andamento, acima referidas, beneficiam e beneficiarão a maior concentração populacional do Estado, bem como as áreas onde a industrialização atingiu índices mais elevados.

Mais de duas centenas de municípios somam-se nas citadas regiões, cujo contingente populacional, em 1967, aproximou-se de 4,7 milhões de habitantes. Curitiba — maior concentração industrial do Estado, Monte Alegre — onde se situa a maior indústria do Paraná, e importante área do Norte — região de excepcional potencialidade econômica pelo expressivo contingente demográfico e por seu dinâmico setor agro-pecuário, já estão integrados, portanto, no Sistema Estadual Interligado.

Em 1966, as regiões em aprêço dispunham de potência instalada total da ordem de 186.500 kW. A contribuição da COPEL era de 76.500 kW, sendo 26.500 oriundos de instalações geradoras próprias, e os restantes 50.000 kW referentes a energia recebida de outras empresas e redistribuídas pelo seu sistema. Os outros 108.000 kW correspondentes ao fornecimento às áreas acima mencionadas eram gerados através das usinas da Companhia Fôrça e Luz do Paraná (50.000 kW), pela própria indústria de Monte Alegre (47.000 kW) e por outras concessionárias. Os empreendimentos do setor, durante 1967, elevaram consideravelmente a potência disponível, nas citadas regiões. No Norte, a COPEL instalou em Maringá .. (7.000 kW) e em Umuarama (3.500 kW), usinas diesel elétricas financiadas pela USAID. Em Curitiba, a Empresa ampliou a usina diesel de Emergência do Capanema (mais 7.000 kW). Doutro lado, a subestação transformadora de Campo Comprido passou a receber energia elétrica gerada pela SOTELCA, através da linha de transmissão implantada pela Companhia Fôrça e Luz do Paraná desde Joinville, ensejando, de imediato, o fornecimento de mais 15.000 kW à região da Capital. Em fins de setembro e meados de outubro, outros 15.200 kW foram acrescentados, com a entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, no extremo-sul do Estado, totalizando acréscimo de quase 50.000 kW, correspondendo a 25% de potência a mais que em 1966.

Salto Grande do Iguaçu. A Usina Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, inaugurada a 29 de setembro por êste Governo, representa importante contribuição ao desenvolvimento

sócio-econômico do Sul do Estado e adição de 15.200 kW à potência de eletricidade instalada no Paraná.

Empreendimento básico para o atendimento à demanda regional, a usina beneficia diretamente 18 municípios, mediante cerca de 430 quilômetros de linhas de transmissão e diversas subestações transformadoras, ensejando superiores condições de suprimento de energia elétrica.

A central geradora está localizada no município de Bituruna e ligada por linha de 23 quilômetros a União da Vitória. A linha de transmissão Usina de Salto Grande — Rio Azul — Irati — Ponta Grossa integra o Sul no Sistema Interligado Estadual, em implantação.

Norte. O número de localidades servidas pelo Sistema Norte Interligado da COPEL subiu, em 1967, de 68 para 88. Esse fato, aliado à elevada taxa de incremento do consumo, impôs que fossem assegurados reforços ao suprimento regional de eletricidade. No primeiro semestre do ano a COPEL instalou usina diesel elétrica em Maringá (7.000 kW), inaugurada a 15 de maio pelo Governo do Estado, e, em novembro último, foi concretizada a ligação Figueira-Apucarana, mediante linha construída pela UTELEFA, tornando disponíveis outros 20.000 kW

A ampliação da área de influência do Sistema Norte se fez sentir sobretudo ao Norte de Paranaíba (ligações de 14 localidades) e, no total, foram estendidos mais de 100 quilômetros de linhas de transmissão.

Centro-Oeste e Noroeste. A área compreendida pelas regiões Centro-Oeste e Noroeste do Estado, com centro em Campo Mourão e Umuarama, foram amplamente beneficiadas em 1967. Na última cidade a COPEL instalou usina diesel elétrica (3.500 kW), inaugurada a 4 de agosto pelo Governo e que permitiu irradiar energia a 16 localidades circunvizinhas. A partir da Hidrelétrica Mourão I novas ligações alcançaram outros 8 municípios. Além disso, foram estabelecidas as conexões do Sistema Mourão com o Sistema Norte e com o Sistema Umuarama. Assim, 24 localidades do Centro-Oeste e do Noroeste já se beneficiam da interligação das usinas Mourão e diesel elétrica de Umuarama, como também da conexão com o Sistema Norte Interligado.

Áreas Isoladas

Além de já ter efetivado a integração de dois terços do Estado no Sistema Estadual, a COPEL também vem cuidando de outras áreas, de colonização mais recente, cuja interligação será providenciada a maior prazo.

Durante 1967, foram instaladas usinas diesel (3.500 kW cada uma) nos subsistemas de Foz do Iguaçu, Cascavel e Pato Branco e concluída a ampliação da Hidrelétrica de Ocoí (para 2.260 kW), na primeira destas cidades. Foram também continuados os trabalhos de ampliação da Hidrelétrica de Cavernoso, em Laranjeiras do Sul (1.190 kW), e iniciada a reforma da usina piloto de Guaíra. A linha de transmissão Cascavel — Toledo — Marechal Cândido Rondon, em construção, constituir-se-á em trecho do futuro tronco de transmissão a ser completado pela ligação Usina da Foz do Chopim-Cascavel.

No Oeste e Sudoeste do Estado o programa em execução culminará com a entrada em funcionamento da Hidrelétrica da Foz do Chopim (44.000 kW) e do respectivo sistema básico de transmissão, em fins de 1969.

No Noroeste do Estado, a COPEL já atende satisfatoriamente a três municípios e programa a construir linha de transmissão (33.000 volts) para integrar a referida área no Sistema Norte (de Nova Aliança a Santa Isabel do Ivaí, passando por Amporã e Planaltina do Paraná). Com esta providência, será tornada disponível, na região, potência suficiente para atender ao crescimento da demanda regional. Também está sendo considerada a conveniência da instalação de usina diesel (3.500 kW), dentro do programa financiado pela USAID.

Foz do Chopim

A Usina Hidrelétrica da Foz do Chopim (44.000 kW) constitui-se na principal realização do II Programa Estadual de Eletrificação, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. O aproveitamento do potencial do Rio Chopim se ofereceu como a opção mais recomendável, sob os pontos de vista técnico e econômico ao realizar-se o levantamento dos recursos hidráulicos daquelas regiões, com o objetivo de equacionar o seu problema energético.

Os benefícios de um suprimento de energia elétrica serão levados a 46 municípios e a um contingente populacional de 600 mil habitantes, localizados nessa área.

Para a execução da importante obra, que triplicará a atual potência instalada nas regiões Oeste e Sudoeste, a COPEL obteve financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, no valor de 30 milhões de cruzeiros novos, inclusive para a implantação do respectivo sistema de transmissão.

As providências tomadas durante 1966, para o firme desencadeamento da construção, permitiram, em 1967, que fôssem cumpridos os cronogramas de trabalho. Aos 160 mil metros cúbicos de escavações, realizados anteriormente, somaram-se outros 390 mil em 1967. Assim, de pouco mais de 20%, passou-se a 78 por cento do total (700.000 metros cúbicos de terra e rocha). Já foi possível, então, iniciar os trabalhos de concretagem da casa de força, enquanto se desenvolvem os trabalhos para completar as escavações (canal adutor, barragem, tomada dos condutos, canal de restituição e regularização dos condutos forçados).

Foi concluída a construção de ponte de concreto sobre o Rio Iguaçu, que com 435 metros de comprimento, consiste na maior do Paraná, com pista única, permitindo a ligação do canteiro de obras da Foz do Chopim com a Rodovia Federal BR-277. Essa ligação rodoviária, além de ensejar adequado acesso à obra, beneficiou várias localidades da região.

Na vila residencial a COPEL deu continuidade à construção de obras complementares. Foi executada a pavimentação de ruas, muros nas residências e onze casas na vila operária.

Em 1967, concomitantemente à realização das obras civis, foram encomendados todos os equipamentos mecânicos da usina (turbinas, válvulas, borboleta, ponte rolante, contróle hidráulico, condutos forçados, etc.), bem como os geradores e auxiliares de operação e contróle.

Capivari-Cachoeira

Capivari-Cachoeira, a mais importante fonte geradora do Estado, em construção, destina-se a propiciar disponibilidade de energia elétrica suficiente para satisfazer a demanda cres-

cente, até o início da próxima década, abrindo, assim, novas perspectivas para a industrialização estadual. Os quatro geradores dessa usina, totalizando potência de 250.000 kW, enjearão ao Paraná cerca de 900 milhões de kWh, que alimentarão, através do Tronco Principal, importantes sistemas regionais de distribuição numa área correspondente, pelo menos, a dois terços do território paranaense. A construção desta obra, sob a responsabilidade direta da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. — ELETROCAP, está sendo efetivada com recursos do Governo do Estado (através da COPEL e do Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pela CODEPAR) e do Governo Federal (através da Eletrobrás, acionista da Empresa e financiadora do empreendimento). Importante financiamento foi concedido, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, permitindo a condução das obras de acordo com a programação estabelecida.

Até o final de 1967, foram realizados 460 mil metros cúbicos de escavações subterrâneas, ou seja, oitenta por cento do total. Doutro lado, no fim do ano foram recebidos da Itália o repartidor, parte inferior dos condutos forçados. Quanto aos equipamentos turbo-geradores da primeira etapa, as duas turbinas já estão prontas e os alternadores encontram-se em fase final. A fabricação dos transformadores também vem de ser iniciada, enquanto os demais componentes da subestação elevadora foram encomendados. Ademais, em fins de dezembro de 1967 a ELETROCAP firmou contrato de compra dos geradores para a segunda etapa da usina (mais 125.000 kW).

Rêdes de Distribuição

A par do ingente esforço para ampliar a capacidade produtiva estadual de energia elétrica, a COPEL não se descuida dos programas de renovação e implantação de rêdes de distribuição em cidades a serem ou já ligadas aos seus sistemas elétricos. A certeza de satisfatório serviço de distribuição de eletricidade aos usuários resulta, em grande média, de uma rêde distribuidora adequada. O obsolescência dos equipamentos determina elevados índices de perda de energia, além da descontinuidade do suprimento.

Ao findar 1967, 47 localidades haviam sido beneficiadas,

ou com a implantação de rede de distribuição, ou com a renovação de postes e circuitos em funcionamento precário, totalizando 937 circuitos e 26.500 postes.

Eletrificação Rural

Intenso programa está sendo desenvolvido pela COPEL no setor da eletrificação rural, conforme fôra previsto na formulação das diretrizes do IIº Programa Estadual de Eletrificação. Em 1967, foi instalada a primeira cooperativa de eletrificação rural, em Campo Mourão, constituindo-se em experiência piloto em nosso Estado. No mês de dezembro, as obras de implantação das linhas rurais já estavam sendo iniciadas. A COPEL contratou com o INDA financiamento de 1,0 milhão de cruzeiros novos especificamente para êsse projeto. A seguir será efetivada a eletrificação da Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Ltda., de Palmeira, que, além de oferecer seus produtos a vários municípios da região, é responsável por mais de 15% do abastecimento de leite da Capital do Estado. Êste empreendimento da COPEL também foi contemplado por financiamento do órgão federal de desenvolvimento agrário (NCr\$ 350.000,00).

Doutro lado, nos dois últimos meses de 1967 a COPEL levou a efeito levantamentos para estudos e projetos de eletrificação rural, em dezenas de municípios do Estado, para tal recebendo outro financiamento de 170 mil cruzeiros novos do INDA. Desde que aprovados por êsse órgão público, os projetos serão recomendados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para posterior financiamento das obras.

Comitê Sul

Instituído sob a égide do Ministério das Minas e Energia, o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul permitirá ao Paraná em futuro próximo, a possibilidade do equacionamento de soluções técnica e economicamente válidas quanto ao aproveitamento de seu potencial hidráulico. A nova entidade, em funcionamento desde novembro de 1966, materializa a cooperação da Organização das Nações Unidas — ONU, da Eletrobrás, da Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN,

e dos Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo a COPEL como executora, por delegação da Eletrobrás.

O estudo do Comitê Sul, análogo ao já realizado na região Centro-Sul do País, deverá estar concluído antes do final de 1968, selecionando obras cuja execução permitirá o atendimento da demanda de eletricidade dos três Estados mais meridionais do País, até 1980.

Ligação com Acaray

Com base em convênio firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai, vem sendo mantidos entendimentos visando a que o Paraná receba, a partir de 1971, 45.000 kW da Usina Hidrelétrica de Acaray, em construção no País vizinho. Distante quatro quilômetros da cidade de Foz do Iguaçu (em linha reta), Acaray deverá ser conectada ao Sistema da COPEL através de linha em 132.000 volts, que alcançaria Medianeira, Toledo, Umuarama, Cianorte e Maringá. Essa conexão irá assegurar a continuidade, na próxima década, do atendimento à demanda do Oeste e Sudoeste, permitindo projetar a integração destas regiões no Sistema Estadual Interligado. Em 1967 também foram iniciadas negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, para obtenção de financiamento a tal projeto.

Ação do Departamento de Águas e Energia Elétrica - D.A.E.E.

Em 1967, o D.A.E.E., concretizou a prestação de atendimento a 282 Municípios paranaenses, tanto na orientação e execução de obras para as Prefeituras referentes a energia elétrica, como em outros serviços de grante interesse técnico. As observações pluvio-fluviométricas servem como exemplo e nesse ponto está o DAEE executando serviços de tal monta que têm sido motivo de elogios dos órgãos competentes do Ministério de Minas e Energia. Noventa e sete postos para êsse tipo de trabalho funcionam e operam hoje no Estado através daquele Departamento.

Medições de descarga nos principais rios do Estado são hoje trabalhos de rotina no DAEE, como também as respectivas

tabelas de descargas médias diárias e os diagramas de descargas. Os estudos mais importantes efetivados em 1967 abrangeram a 22 rios, tendo sido encaminhados para aproveitamento futuro pela COPEL, Comitê Sul, Distrito do Departamento Nacional de Águas e Energia, etc.

Através de sua Divisão de Fiscalização, o Departamento prestou orientação aos Municípios na aplicação das quotas do imposto único sobre energia elétrica no processamento dos planos de aplicação de recursos fornecidos pelo Governo Federal e na coleta de dados estatísticos. Suas turmas volantes percorreram todos os Municípios do Estado providenciando as prestações de contas perante o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e fazendo levantamento completo das auto-produtoras existentes, além dos trabalhos de rotina. Com os dados colhidos foi possível concluir a estatística relativa ao ano de 1966, o que constituiu uma expressiva vitória no setor, sabido que é o constante atraso com que são fornecidos os dados estatísticos pelos órgãos competentes. Os referidos dados puseram a descoberto mais 41 auto-produtoras que nunca haviam figurado nos quadros estatísticos, onde constavam apenas 43. Os elementos obtidos serviram ainda de base para a confecção de quadros e gráficos, para os estudos sobre o desenvolvimento da indústria da energia elétrica. Em 1967 o DAE instalou sistema de distribuição de energia a 40 municípios, e propiciou geração a cinco outros.

R O D O V I A S

Os números até agora obtidos servem para revelar que nunca se construiu ou pavimentou tanto em nosso Estado, como nesses dois primeiros anos de Governo, não obstante a conjuntura econômico-financeira reinante. Mas a verdade é que, com a pavimentação de 197,2 quilômetros de estradas e um total de 438 quilômetros de revestimento primário já executados, o atual Governo superou tôdas as marcas obtidas por administrações anteriores.

Os índices já alcançados — que forçaram aplicações maciças de NCr\$ 89.137.090,72 — são reveladores de alta produção não apenas pelas obras concretizadas quanto pelo andamento dos serviços em execução e o preparo para início de novas frentes de trabalho em busca da complementação do Programa Quinquenal de Obras Rodoviárias.

Os quadros que seguem dão uma idéia do comparativo de realizações, entre o biênio atual e o de várias gestões anteriores:

PAVIMENTAÇÃO

No biênio 1956/57	60 km
" " 1961/62	158, 6 km
" " 1966/67	197,2 km

OBRAS DE ARTE

No biênio 1956/57	385,8 m
" " 1961/62	1.720,4 m
" " 1966/67	2.857,1 m

VOLUME ESCAVADO

No biênio 1956/57	5.226.152,0 m ³
-------------------	-------	----------------------------

No biênio 1961/62.....	10.627.602,0 m ³
No biênio 1966/67	23.787.287,0 m ³

Verifica-se assim, pelos quadros acima, que as diferenças a mais entre a atual administração e as anteriores ascendem a até 500%.

Durante o ano de 1967, dentre os cometimentos em obras rodoviárias levados a efeito, merecem destaque os seguintes:

1° — A conclusão de 88 quilômetros de implantação básica, constando com expressão, o término do trecho da Rodovia do Sudoeste, de São Mateus a União da Vitória. Além d'êste, ainda foram executados 267,5 km de extensões concluídas, mas que são partes de trechos parcialmente finalizados, dentre os integrantes do conjunto com as obras de infraestruturata atacadas. Cabe assinalar que só nesse ano foram terraplanados, isto é, escavados e transportados, cêrca de 16 milhões de metros cúbicos, o que se constitui num recorde extraordinário, pois o maior valor até então obtido foi, no ano de 1963, de ordem de 11.745.037 m³.

2° — **a conclusão de 167,1 quilômetros de pavimentação** (apenas em 1967) em condições de serem entregues ao tráfego. Foi a mais elevada extensão efetivada num exercício, composta dos seguintes trechos:

- Rodovia do Café — contôrno de Maringá — segunda pista da Avenida Colombo-Paranavaí, numa extensão de 14 quilômetros.
- Acessos à Rodovia dos Cereais e do Café na extensão de 8,1 km.
- Da Rodovia Litorânea de Antonina a Figueira do Braço, na porção comum a BR-101 entre Antonina-Morretes e a BR-277 (Auto-Estrada Curitiba-Paranaguá) com a PR-51 entre Antonina e São João da Graciosa, na extensão de 4,0 km.
- Da **Rodovia do Xisto** e do Sudoeste entre **Lapa e São Mateus do Sul**, na extensão de 81,0 km.

— Mais 77,0 quilômetros de pavimentação que se constituem em partes de trechos cujas obras de pavimentação ainda estão em andamento.

3º — A conclusão de 16,8 km de recapeamento da pista pavimentada em concreto asfáltico, na sua maior parte com sôbreacamada de 10 cm de espessura nos seguintes trechos:

- da Rodovia Graciosa, porção do Alto da Serra a São João da Graciosa.
- da Rodovia dos Cereais, entre Jataizinho e a Encruzilhada de Uraí.

A extraordinária cifra de 244 quilômetros de extensão com pavimentação efetiva no ano de 1967, dos quais 167,1 km nos trechos integralmente concluídos, já evidencia uma marca que supera ao maior cômputo já realizado no Paraná, em 1964, com a extensão de 131,6 km. Está claro que o comparativo não tem o sentido simplista de tentar diminuir conceitos e realizações de governos passados, mas tão somente, evidenciar a afirmativa de que nunca se construiu nem pavimentou tanto, como na atual administração.

Vejamos outros quadros:

ESTUDOS GEOMÉTRICOS (extensões executadas)

Natureza	Ano	Extensão Anual em km	Extensão no Biênio em km
RECONHECIMENTO	1.966	1.024,8	2.118,8
	1.967	1.094,0	
LOCAÇÃO E RELOCAÇÃO	1.966	375,0	1.299,1
	1.967	924,1	
PROJETO	1.966	442,9	488,2
	1.967	45,3	

**ESTUDOS GEOTECNICOS
EXTENSÕES EXECUTADAS**

Natureza	Ano	Extensão Anual Extensão em km	Extensão no Biênio em km
ANTEPROJETO E PROJETO GEO- TECNICO	1.966	705,2	1.970,8
	1.967	1.265,6	

INPLANTAÇÃO BÁSICA (CONSTRUÇÃO) DE RODOVIAS

Ano	Extensão Atacada extensão em km	Extensão Concluída em km	Volume Escavado Em m3
1.966	788,0	—	7.500.000
1.967	857,3	88,00	16.287.287
BIÊNIO 66/67	857,3	88,00	23.787.287

**REVESTIMENTO PRIMÁRIO E MELHORAMENTOS
EXTENSÕES EXECUTADAS**

ANO	Revestimento Primário Extensão em km	Melhoramentos Extensão em km
1.966	137,4	968,1
1.967	301,2	1.154,2
BIÊNIO 66/67	438,6	2.122,3

PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Ano	Extensão Atacada em km	Extensão Concluída em km
1.966	300,65	30,1
1.967	318,0	167,1
BIÊNIO 66/67	347,1	197,2

OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES, VIADUTOS, BOEIROS)

Ano	Extensão Atacada Em Metros	Extensão Concluída Em Metros
1.966	3.205,1	1.888,1
1.967	3.617,00	969,0
BIÊNIO 66/67	5.505,1	2.857,1

Suporte Financeiro

O Programa Quinquenal de Obras Rodoviárias já estava em andamento quando sobreveio profunda alteração do critério distributivo das receitas com: a) a introdução do imposto de circulação de mercadorias, substituindo o imposto de vendas e consignações, por cujo critério de distribuição tributária a parte cabível ao Estado ficou bastante menor do que a anteriormente atribuída; b) as modificações introduzidas na aplicação do Fundo Rodoviário Nacional, que ficou partilhado a outros fins estranhos à sua destinação precípua, e a inversão das alíquotas de rateio ditadas por normas constitucionais novas.

Dessa forma, os recursos do Fundo Rodoviário Nacional destinados a estradas, ficaram desfalcados no seu montante

anterior e as divisões percentuais que eram de 40% para o DNER e 60% para os Estados e Municípios, passaram ao inverso, isto é, 60% para o DNER e 40% para os Estados e Municípios.

Para compensar os Estados e Municípios, foi criada a tributação supletória do ICM atinente a operações com derivados de petróleo e sua distribuição, da qual 80% caberia aos Estados e 20% aos Municípios. Mas tal tributo teve a sua aplicação adiada, face a dificuldades sociais e receio do Governo da União em ampliar a carga tributária sobre o contribuinte brasileiro, o que sustou essa fonte de receita no exercício de 1967.

Em consequência, o DER do Paraná sofreu uma redução no Fundo da ordem de 15 milhões de cruzeiros novos, sem obter ressarcimento algum. Ficou em NCr\$ 10.000.000,00 quando deveria ter sido superior a NCr\$ 25.000.000,00. Idêntica redução sofreu no Orçamento estadual ficando com apenas NCr\$ 89.137.090,72, dos NCr\$ 194.300.000,00 previstos na Proposta Orçamentária.

Não obstante todos esses óbices, os ingentes esforços do Governo evitaram a paralisação das frentes de trabalhos já em andamento, e revelaram que também com vontade e esforço é possível construir. Os saldos mostram que ao invés de parar, o Paraná alcançou metas nunca alcançadas em termos de rodovias.

RESUMO DOS INVESTIMENTOS JÁ EFETUADOS

NATUREZA	ANO	INVESTIMENTO ANUAL EM NCr\$	INVESTIMENTO NO BIÊNIO EM NCr\$
ESTUDO E PROJETOS	1.966	1.167.334,00	3.426.325,00
	1.967	2.258.991,00	
IMPLANTAÇÃO BÁSICA	1.966	9.558.501,70	35.205.301,01
	1.967	25.646.799,31	
PAVIMENTAÇÃO	1.966	16.992.203,00	39.936.547,70
	1.967	22.944.344,70	
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	1.966	2.404.243,00	5.351.940,26
	1.967	2.947.697,26	
MELHORAMENTOS E REVESTIMENTO PRIMÁRIO	1.966	2.054.832,00	5.216.976,75
	1.967	3.162.144,75	
TOTAL GERAL		Em Cr\$	89.137.090,72

Programa para 1968

As obras rodoviárias a serem executadas este ano são as seguintes:

- a) — **Prosseguimento dos serviços atacados** abrangendo:
 - 1 — Continuidade da implantação básica em trechos que já estão sendo construídos, numa extensão total de 676,5 km., da qual resta concluir 292,2 km.
 - 2 — Prosseguimento das obras de pavimentação em trechos com extensão total de 150,9 km da qual resta concluir 86,3 km.

- b) — **Início da Implantação Básica e Complementar de 408 km.** nos seguintes trechos:
 - 1) — da PR-11 — Rodovia da Madeira (Pirai do Sul — Joaquim Murtinho).
 - 2) — da PR-70/71 — Rodovia do Açúcar (Rolândia — Florestópolis — Porecatu — Salto Capivara).
 - 3) — da BR-277 — da Rodovia Transversal Panamericana (Irati — Relógio).
 - 4) — da BR-153 — da Rodovia Transbrasileira (Ibaiti — Ventania).
 - 5) — da BR-376 — Rodovia do Café (Paranavaí — Guairaçá).
 - 6) — da BR-280 — Rodovia do Sudoeste (União da Vitória — Palmas — Clevelândia — Mariópolis — Pato Branco).

- c) — **Início de pavimentação completa de 531,5 km.** nos seguintes trechos:
 - 1) — da PR-70/71 — Rodovia do Açúcar (Rolândia — Florestópolis — Porecatu — Salto Capivara).
 - 2) — da PR-86 — Rodovia Maringá — Guaíra (Maringá Paissandu — Jussara — Cianorte).
 - 3) — da BR-476 — Rodovia do Sudoeste (São Mateus do Sul — União da Vitória).
 - 4) — da BR-373/BR-158 — Rodovia do Alimento (Três Pinheiros — Cel. Vivida — Pato Branco).
 - 5) — da BR-277 — Rodovia Transversal Panamericana (Palmeira — Irati).

- 6) — da PR-11 — Rodovia da Madeira (Ponta Grossa — Castro — Pirai do Sul).
- 7) — da BR-376 — Rodovia do Café (Paranavaí — Guairaça).

- d) — **O ataque do Recapeamento do Pavimento de 85 km. nos trechos:**
 - da BR-376 — Rodovia do Café (São Luiz do Purunã — Ponta Grossa e de Mandaguaçu — Maringá).

FERROVIAS

Agora já podemos afirmar com segurança, que a Estrada de Ferro Central do Paraná, obra que vem passando de Governo a Governo, de gerações a gerações sem perspectiva de conclusão, será definitivamente inaugurada no atual quinquênio administrativo.

Até o momento, já foram investidos NCr\$ 39.200.00,00 na terraplenagem de 83 quilômetros entre Ponta Grossa e Ipiranga, bem como em outros serviços: aquisição de 1.368 dormentes, implantação de postes telegráficos, trilhos, placas de apoio, talas de junção, parafusos de linha, tirefons, vagões, etc.

Os trabalhos, a cargo do Governo do Estado através da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, estão sendo desenvolvidos do Sul para o Norte, isto é, Ponta Grossa a Apucarana, segundo um traçado que deverá reduzir a atual ligação ferroviária entre aqueles dois pontos em 295 quilômetros, com grande economia no tempo do percurso e, conseqüentemente, nas tarifas para o transporte de 520 mil toneladas de produtos na sua área de influência.

Em face da importância econômica dessa estrada para toda a zona de produção paranaense, o Governo do Estado pleiteou e obteve aval do Ministério dos Transportes, para obtenção de recursos externos na ordem de 77 milhões de cruzeiros novos, que permitirão o aceleração dos serviços e a conclusão definitiva daquela ligação ferroviária.

Custo da Obra

Para a conclusão total dessa obra, está prevista a destinação de recursos da ordem de NCr\$ 100.000.000,00. O Estado do Paraná, destinará NCr\$ 25.000.000 da sua receita orçamentária a fim de distribuí-los nos exercícios de 1969 e 1970.

O restante será suprido com financiamento externo, conforme entendimentos já mantidos com entidades financeiras internacionais.

A obra será entregue até agosto de 1970, ou seja, em 29 meses a contar deste mês de março corrente, após o que o Governo Estadual transferirá à tutela da União toda a ferrovia para a sua exploração.

Iniciada a exploração da ferrovia, no segundo semestre de 1970, prevê-se rentabilidade progressiva a partir de 1971, dentro da seguinte proporção:

- a) — em 1971 — 11,1 milhões de cruzeiros novos
- b) — em 1972 — 12,5 milhões de cruzeiros novos
- c) — em 1973 — 13,8 milhões de cruzeiros novos
- d) — em 1974 — 15,4 milhões de cruzeiros novos
- e) — em 1975 — 17,1 milhões de cruzeiros novos

Em face disso, o «deficit» da Rêde de Viação Paraná Santa Catarina, subsidiária da Rêde Ferroviária Federal, que hoje atinge a 24 milhões de cruzeiros novos, será totalmente eliminado com a exploração da ferrovia. No que se refere aos recursos já aplicados pelo Governo do Paraná, ou seja, NCr\$ 39.200.000,00 (trinta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros novos) servirão eles oportunamente para que o Estado do Paraná participe em outro empreendimento mútuo com a União.

A Estrada

A ligação ferroviária entre os planaltos de Curitiba e Ponta Grossa e as regiões Noroeste do Estado, vem sendo reclamada desde o início deste século em razão de se reconhecer como a solução mais racional e econômica de integração entre os centros produtores e as zonas de consumo e exportação.

Desde 1948, o Governo do Paraná vem se preocupando com a construção desse trecho ferroviário, que logrou, inclusive, ser incorporado ao Plano Nacional de Viação, face às características prioritárias de que era revestido. Iniciada a terraplenagem no início de 1949, não evoluíram os trabalhos em razão da reconhecida crise a que foram lançadas as ferrovias brasileiras desde o decênio passado.

No entanto, a partir daquela época, já o Estado do Paraná vinha experimentando profundas transformações econômicas que o levaram a se constituir no maior centro produtor primário do País, o que viria, conseqüentemente, exigir vias de transportes que pudessem suportar o escoamento da crescente produção oriunda do norte paranaense.

A complexidade assumida pela economia do café veio originar a necessidade de integração entre as regiões Norte e Leste do Estado, sem o que a economia do Paraná sofreria prejudiciais impasses, face às dificuldades de consumo e exportação dos produtos primários que procediam das zonas agro-pastoris. Atestado e justificado o congestionamento do Pôrto de Santos, construiu-se no Paraná a Estrada do Café, que visava oferecer escoamento mais rápido à volumosa produção do Norte, o que recebeu maior incremento com a modernização do Pôrto de Paranaguá.

Necessitava-se, no entanto, de vias que comportassem transporte graneleiro, a fim de que se levassem maiores cargas a maiores distâncias e a fretes mais compensadores. A oportunidade da ligação ferroviária entre Apucarana e Ponta Grossa teria, inevitavelmente, que voltar a ser examinada.

A Rêde Ferroviária Federal, em reunião de sua Diretoria, realizada em 1962, sentindo a necessidade em causa, sugeriu fôsse considerada prioritária a ligação em aprêço. Em razão disso, o Govêrno do Paraná determinou através da CODEPAR, fôsse procedido estudo de viabilidade da referida ligação.

Pertencendo os encargos da construção da ferrovia à Estrada de Ferro Central do Paraná, procurou êste Govêrno, concentrar esforços destinados à imediata conclusão da obra, a fim de que a problemática do transporte agro-pastoril fôsse solucionada a curto prazo, propiciando a tão reclamada integração da região produtora aos centros consumidores e exportadores.

E foi por prever a impossibilidade da destinação dos recursos financeiros exclusivamente orçamentários, que se procurou obter financiamento externo, a fim de que, no curto prazo de trinta meses, fôsse possível contar com a efetiva utilização da ferrovia direta entre Apucarana e Ponta Grossa.

P O R T O S

Garantindo o destaque já obtido como primeiro pôrto brasileiro no fornecimento de divisas líquidas à Nação — 300 milhões de dólares por ano — o Pôrto de Paranaguá voltou em 1967 a bater todos os recordes de movimentação de mercadorias, com quase dois milhões de toneladas carregadas e descarregadas no período; como primeiro pôrto embarcador de café, com mais de 6 milhões de sacas (360.000 toneladas), sendo mais de 5 milhões de sacas embarcadas para o exterior.

O Paraná assumiu a liderança nacional na exportação de milho, com mais de 5 milhões de sacas embarcadas a granel, ou seja, 250.000 toneladas. Soma-se a êste embarque de cereais, mais de 40.000 toneladas de soja e farelo de soja embarcadas pelo Pôrto de Paranaguá.

Pelo Pôrto de Antonina foram embarcadas quase 20.000 toneladas de milho e mais de 11.000 toneladas de soja a granel, sendo importadas mais de 100 mil toneladas de trigo em grão para os moinhos paranaenses.

O terminal oceânico de Paranaguá recebeu 1 bilhão de litros de combustíveis líquidos e derivados de petróleo, provenientes das refinarias nacionais em sua quase totalidade. Foram ainda embarcados pelos portos marítimos paranaenses mais de 100.000 toneladas de madeiras em geral, metade por Paranaguá e metade por Antonina, correspondendo a 170.000 metros cúbicos.

Freqüentaram os portos do Paraná 940 navios, 793 em Paranaguá e 147 em Antonina. Dêstes, 142 eram navios tanques de derivados de petróleo, e a carga máxima por navio, que não ultrapassava a 6.000 toneladas anteriormente, atingiu a mais de 15.000 toneladas por navio.

Programa de Melhorias

O aperfeiçoamento dos portos de Paranaguá e Antonina constituiu grande preocupação do Govêrno, tendo em vista o volume crescente da produção paranaense e a necessidade de dar-lhe escoamento rápido em direção aos mercados internacionais e de consumo interno. Dentro dêsse propósito e com auxílio de recursos externos (Fundo Portuário) foi reiniciada a dragagem do canal que dá acesso à Baía de Paranaguá, registrando-se a retirada de meio milhão de metros cúbicos de areia no biênio 66/67, sendo atingida a profundidade de oito metros.

O objetivo dêsse trabalho é permitir o acesso, aos nossos portos, de navios de grande porte e impedir um futuro congestionamento nas operações de embarque da produção paranaense. Também o canal de acesso e a baía de evolução de Antonina foram dragados para atingir à profundidade de seis metros, com a retirada de 320.000 metros cúbicos de areia. A bacia de evolução e faixa de acostamento do Pôrto de Paranaguá foram dragadas para atingir a profundidade efetiva de nove e dez metros.

Cais de Minérios

Para o assentamento dos caixões de concreto que constituem o cais-de-minério de Antonina, foi dragada uma cava de fundação até 7 metros de profundidade. Nesse canal já foram assentados três caixões de concreto armado, de 20x8x10 metros que foram retirados do fundo do mar com o auxílio dos homens-rãs da Marinha de Guerra do Brasil.

Assim, com o aproveitamento do último caixão, que será assentado em breve, Antonina disporá de um cais de minério de 130 metros de extensão, ligados os caixões por pontes provisórias e com um acesso por enrocamento e quebra-mar no qual foram aplicados mais de 50.000 m³ de pedra.

Armazéns

Deu-se prosseguimento ainda à recuperação de três armazéns no Pôrto de Antonina destinados ao beneficiamento e exportação mecanizada de milho e soja a granel, tendo sido

instalada, por outro lado, uma nova correia transportadora com capacidade de 120 toneladas por hora. No mesmo pôrto foram construídas rêdes de eletrificação do cais geral e do cais de minérios, e mecanizadas as operações de carga e descarga mediante cinco empilhadeiras, três guindastes sôbre rodas, uma locomotiva Diesel Elétrica e alguns vagões que foram transferidos de Paranaguá.

No Pôrto de Paranaguá foram construídos dois grandes armazéns de 9.000 metros quadrados de área coberta, mediante convênio com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, e recuperado um pavilhão para a instalação das oficinas centralizadas, para as quais foram adquiridas novas máquinas operatrizes e diversos equipamentos. Construiu-se também nôvo pavilhão de carpintaria anexo às oficinas, um prédio para a Inspetoria de Transportes Ferroviários, garagem de locomotivas; um prédio para o quartel do Corpo de Policiamento Portuário. Foi completada ainda a rêde de eletrificação do cais geral e do cais de inflamável, bem como as linhas férreas de ligação do parque de material pesado, armazéns e vila de madeira.

Com financiamento da SOCEPAR — Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaenses e da CODEPAR, está sendo concluída a construção de uma bateria de silos metálicos para 10.000 toneladas, inclusive esteiras transportadoras e tôrres para embarque. Pelo empenho do Govêrno foi aprovado pelo DNER-BID o projeto das vias de acesso ao Pôrto, cuja concorrência internacional foi vencida em dezembro último pela Companhia Construtora Paranapanema, que deve concluir os primeiros 10 quilômetros da via de acesso ainda durante êste mês de março, que marca, ainda, a inauguração da primeira pista da Rodovia Transversal Pan-americana, até Curitiba.

Aplicações

Nesses dois primeiros anos de Govêrno, foram aplicadas na melhoria das instalações e condições portuárias do Estado, mais de 7 milhões de cruzeiros novos, 60% dos quais originários de recursos próprios do Estado e 40% do Fundo de Melhoramento do Pôrto e Fundo Portuário Nacional.

Em 30 de novembro último foram assinados os contratos das

principais obras do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis no Pôrto de Paranaguá, financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, sob os auspícios da Aliança para o Progresso, a saber:

a) — **Dragagem:** — Os canais de acesso à baía de Paranaguá estão sendo dragados em um volume estimado em 3,5 milhões de metros cúbicos a fim de aumentar as suas profundidades para 10 metros abaixo do zero hidrográfico do pôrto, para permitir a entrada de navios com uma capacidade de até 45.000 TDW, mediante contrato com a Cia. Brasileira de Dragagem — CBD no valor de NCr\$ 6.966.505,99 (sendo NCr\$ 2,11/m³ na barra arenosa e NCr\$ 1,76/m³ a dragagem do canal de lama).

b) — **Cais de Combustíveis Líquidos:** — O cais existente será prolongado através de uma ponte de acesso com 101 metros de extensão e 4 metros de largura, com uma ponte de acostagem de 138 metros de comprimento, mediante contrato com a Construtora Carvalho & Hosken e sua dragagem com a subsidiária Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio, tudo no valor de NCr\$ 2.455.250,45.

c) — **Cais para mercadorias em geral:** — O atual cais será aumentado de 1.590 para 2.090 metros, como primeira fase de sua expansão. Este nôvo cais será construído para receber navios de até 10 metros de calado e constará de um terraplano com cêrca de 100.000 metros quadrados, com enrocamento de contenção, pavimentação da faixa do cais com linhas férreas, tubulações para água, combustíveis, luz e fôrça elétrica, e a construção de quatro armazéns de 40 x 100 metros mediante contrato com a COBRASIL, no valor de NCr\$ 8.369.828,00.

d) — **Silos** — Por Diário Oficial da União em dezembro de 1967 foi aberta a concorrência pública internacional para a construção de silos em Paranaguá, com capacidade de 30.000 toneladas, sendo 10.000 toneladas na 1.ª etapa inclusive equipamento mecanizado de embarque e desembarque de cereais.

Assim, o Plano de Expansão e Melhoramento do Pôrto de Paranaguá já tem assegurados a médio prazo, os recursos financeiros para a execução de suas obras principais, com verbas específicas do Fundo Portuário Nacional, financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, que aprovou plenamente os planos da Administração dos Portos.

A E R O P O R T O S

Quase 300 milhões de cruzeiros antigos já foram aplicados pelo Governo, através do Departamento Aeroviário da Secretaria da Viação e Obras Públicas, na construção e melhorias de aeroportos paranaenses. Na reconstrução da pista para pouso do Aeroporto de Umuarama, foram aplicados NCr\$ 24.997,16, enquanto se constrói estação de passageiros no aeroporto de Maringá. Ali, já foram aplicados até o momento NCr\$ 49.345,64, estando concluídas as fundações, baldramas e colunas além da laje do primeiro pavimento. Em Guaratuba, na construção da pista do aeroporto local, foram aplicados NCr\$ 100.000,00, enquanto no ano de 1966 as aplicações totais ascenderam a NCr\$ 125.000,00.

TELECOMUNICAÇÕES

O Governo encontrou o Paraná vazio em matéria de telecomunicações. E êsse fato se justifica, como houve oportunidade de salientar no ano passado, em decorrência da surpreendente explosão expansionista do «hinterland» que tornou, de um momento para outro, totalmente obsoleto o já então precário sistema de telecomunicações do Estado.

Em 1966 o Paraná partiu para uma nova política de aperfeiçoamento do complexo existente ao mesmo tempo em que desencadeava um programa a curto e médio prazos capaz não só de suprir as principais necessidades do Estado, como dar ao Paraná a liderança nacional em matéria de telecomunicações. A TELEPAR, revigorada, elaborou um Plano Diretor do Sistema de Telecomunicações do Estado já agora completamente vitorioso, subdividido em dois setores: Rota Principal e Rota de Emergência.

As aplicações do Governo nesse setor atingirão a NCr\$ 112.000.000,00. No momento, NCr\$ 8.857.399,00 já foram aplicados na Rêde de Emergência e NCr\$ 34.022.370,00 tem aplicação específica na rêde de microondas; NCr\$ 34.045.968,00 na aquisição do acêrvo da Companhia Telefônica Nacional e NCr\$ 35.900.000,00 na instalação de mais 20.000 telefones em Curitiba.

No projeto da Rêde de Emergência o Governo procurou dar meios de interligação às Regiões Sul, Sudoeste, Oeste e Noroeste, através de um sistema rádio-telefônico operando na faixa dos 300 MHz (WHF e UHF), com capacidade para 24 canais. O início do projeto ocorreu em janeiro de 1967 e, atualmente, já estão operando as estações de Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Renascença, Vitorino, Mariópolis, e Clevelândia, tendo co-

mo repetidoras as cidades da Lapa, União da Vitória, Laranjeiras do Sul e Matelândia.

Estações Prontas

Foram aplicados NCr\$ 8.857.399,00 em obras civis, equipamentos e outras despesas, estando concluídos 11 edifícios, quatro em fase de acabamento e mais seis que estarão prontos até maio vindouro. Foi construída também a Central Automática de Campo Largo, com capacidade para 2.000 linhas, e custo de NCr\$ 500.000,00.

No momento a TELEPAR executa as estações de telefonia de Palmas, Coronel Vivida (interligação com Pato Branco e Chopinzinho); Toledo (interligada a Cascavel); Marechal Cândido Rondon, repetidora de Umuarama (entre Guaíra e Cianorte; Guaíra (interligada a Umuarama); Paranavaí (interligando Cianorte a Paraíso do Norte, São João do Caiuá e Loanda); repetidora de Goioerê (entre Cascavel e Cianorte); repetidora de Cianorte (entre Goioerê e Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Paranavaí e Maringá); Cruzeiro do Oeste (Paraíso do Norte interligada a Paranavaí); repetidora de Loanda (entre Paranavaí e Nova Londrina); Nova Londrina — terminal de São João do Caiuá (interligada a Paranavaí); repetidora de Maringá (entre Cianorte e Ivaiporã) e terminal de Ivaiporã interligada a Maringá.

Sistema de Micro-Ondas

Outra parte importante do programa da TELEPAR refere-se à implantação da Rede de Micro-Ondas, de interesse capital para conectar Paranaguá (principal exportador da produção cafeeira) e cidades do Sul com o Norte Pioneiro e o Norte Novo. Esse projeto ressalta como tronco de telecomunicações de alta capacidade para suprir as necessidades de comunicações entre a zona portuária e a rica região produtora do Norte, passando por Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Araçongas, Cornélio Procópio, Jacarèzinho, Maringá, Nova Esperança e Paranavaí. O citado tronco está equipado com discagem direta à distância (DDD), permitindo, em seguida, serem melhoradas

tôdas as comunicações das zonas subsidiárias. Como qualquer projeto de telecomunicações, é constituído de troncos que interligam os centros de classe superior.

Ele coincide com os objetivos traçados no Plano Nacional de Telecomunicações elaborado pelo Governo Federal, e dará vazão ao tráfego telefônico entre as regiões do Estado por onde passa e, através de interconexão em Curitiba, com o sistema da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — interligando o Paraná com os demais centros urbanos do País e Exterior.

O custo de Implantação dessa rede de micro-ondas será de NCr\$ 34.022.370,80 englobando estudos preliminares, estação de comutação telefônica interurbana de Curitiba, edificações no interior, equipamentos, montagens e outras despesas. Para sua execução a TELEPAR adquiriu áreas rurais e urbanas num total de 24.666,69 metros quadrados, destinadas à construção das estações telefônicas e de repetidoras. Os recursos orçados contam com financiamentos externos, um dos quais, da ordem de 6 milhões de dólares, firmado recentemente entre a empresa mista e o «Manufacturers Hanover Trust Company».

Os Testes

No decorrer de 1967 foram realizados os testes de propagação da rede de micro-ondas, com a participação de técnicos e engenheiros da TELEPAR e da organização Siemens-Halske, vindos da Alemanha especialmente para esse fim. Foram concluídos os projetos das edificações das estações de telefonia e repetidoras do interior, e dado início à construção da Central de Comutação Interurbana de Curitiba, estando prontas as fundações e em andamento a edificação da estrutura do prédio já na oitava laje. Esse edifício terá 19 pavimentos, servindo também como ponto de conexão do Paraná com outros Estados, através da EMBRATEL. Afora a Rede de Emergência e de Micro-Ondas, a TELEPAR elaborou o Projeto das Redes Telefônicas Integradas, compreendendo a interligação das redes locais e redes subsidiárias aos troncos básicos. Tal programa será aplicado de acordo com um planejamento técnico-econômico atendendo grupos de localidades em torno de polos regionais.

Problema de Curitiba

Para solucionar o problema de ampliação da rede telefônica de Curitiba, a TELEPAR concretizou a aquisição da Companhia Telefônica Nacional, passando a controlar todo o seu antigo acervo. Ao mesmo tempo, iniciou a contratação de serviços para aumentar em mais 20 mil aparelhos a rede telefônica da Capital.

O sistema para distribuição dos novos telefones é de auto-financiamento, pelo público interessado, através do Fundo Municipal dos Telefones. Os 10 mil aparelhos iniciais serão instalados até março do próximo ano, e os outros 10 mil até outubro do mesmo ano. Na aquisição do acervo da CTN a TELEPAR aplicou 12.516.900,00 dólares, à antiga taxa de 2,72, equivalente a NCr\$ 34.045.968,00. Na ampliação do prédio e das instalações internas da antiga CTN, bem como na aquisição de equipamento automático para instalação dos 20 mil telefones serão aplicados NCr\$ 35.900.000,00.

Para fazer face aos investimentos, a empresa obteve financiamentos da CODEPAR (NCr\$ 2.600.000,00), Banco do Estado do Paraná (NCr\$ 1.200.000,00), Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul e FINAME (NCr\$ 420.269,00) e «Manufacturers Hanover Trust Company (6 milhões de dólares).

Nesses dois anos de Governo, a TELEPAR promoveu a assinatura de vários convênios com o Departamento Estadual de Telecomunicações e Prefeituras paranaenses, para comunicação de longa distância, em que o custo do empreendimento é rateado pelas três entidades.

Para este ano, além do prosseguimento acelerado dos serviços já iniciados serão construídas 10 estações de comutação no interior e cinco repetidoras, assim distribuídas: Estação de Paranaguá; Repetidora do Emboque, no Município de São José dos Pinhais; Estação de Curitiba; Repetidora da Serra dos Capados, em Campo Largo; Estação de Ponta Grossa; Repetidora do Carvalho; Repetidora do Mulato, em Londrina; Estação de Londrina; Estação de Cornélio Procópio; Estação de Jacarézinho; Repetidora do Morro, em Jacarézinho; Estação de Arapongas; Estação de Maringá; Estação de Nova Esperança e Estação de Paranavaí.

SANEAMENTO

Um volume de recursos da ordem de 8,5 bilhões de cruzeiros antigos, foi aplicado pelo atual Governo em obras públicas de saneamento básico, com a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água potável e esgotos sanitários dos municípios paranaenses. A meta é dotar, até 1970, pelo menos 75% dos municípios de rêsdes de água e esgôto.

Atuando diretamente, através de convênios com as Prefeituras, a SANEPAR executou obras de abastecimento de água em perto de uma centena de municípios do Estado. Em números redondos, 95 municípios foram beneficiados com obras de abastecimento de água; 51 receberam projetos de saneamento, e 23 outros encontram-se em elaboração nos setores técnicos da SANEPAR.

Na Capital, a SANEPAR ampliou a reforma da rêsde de esgotos com a execução de quase 2,5 quilômetros de coletores, e prosseguiu a montagem e equipamento da Estação de Tratamento de Água do Rio Iguaçu, tendo executado até o momento, 85% do projeto total para seu funcionamento. O reservatório do Corte Branco encontra-se com a seguinte situação física: Reservatório semi-enterrado — 95%; Tôrre de equilíbrio — 97%; Tubulação de descàrga — 98%.

A SANEPAR financiou a longo prazo 22 municípios, com a aplicação de cêrca de 7 bilhões de cruzeiros antigos, e firmou convênios com os seguintes órgãos: Superintendência do Desenvolvimento do Sul — SUDESUL; Comissão do Plano do Carvão Nacional — CPCAN; e Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS — tudo num total aproximado de 1 bilhão de cruzeiros antigos para realização de obras em mais de 20 municípios.

Para o ano corrente a empresa aplicará NCr\$ 3.357.000,00 para conclusão de obras em 22 municípios e iniciará um programa de implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água em 30 outros, prevendo-se investimentos da ordem de NCr\$ 6.338.360,00.

OBRAS DA SANEPAR

ABATIA — Perfuração de poço tubular profundo (concluída). Características: diâmetro 6"; profundidade 166m; vazão 12.000 l/h. **APUCARANA** — Perfuração de poço tubular profundo (concluída). Convênio DNOS. Características: Poço 1; diâmetro 6"; profundidade 115m; vazão 3.000 l/h. Poço 2; diâmetro 6"; profundidade 75m; vazão 14.000 l/h. **ARA-PONGAS** — Casa de bombas: construção civil e instalação de três moto-bombas (concluída). Convênio DNOS. **BELA VISTA DO PARAÍSO** — Orientação e assistência técnica nas obras da captação, estação de tratamento e adutora. **BOM SUCESSO** — Casa de bombas: orientação e assistência técnica na instalação de bombas e compressores. Reservatório. **BORRAZÓPOLIS** — Assentamento de 1.000m de tubo de ferro fundido Φ 50mm, na rede de distribuição de água. Convênio DNOS. **CAIOBÁ** — Fornecimento de 90% do material destinado à linha adutora. **CAMBIRA** — Perfuração de poço tubular profundo (iniciada em novembro/67). **CAMPO LARGO** — Captação em fontes, casa de bombas, instalação hidráulica e elétrica (concluídas). **CAMPO MOURÃO** — Rede de distribuição de água: Assentamento de 1.361 m. de tubo de ferro fundido Φ 60mm — Convênio SUDESUL. **CASCADEL** — Rede de distribuição de água: Aquisição de de 6.920m de tubo de ferro fundido Φ 50mm — Convênio SUDESUL. **CENTENARIO DO SUL** — Captação em fontes, casa de bombas, adutora e reservatório enterrado (concluídos).

CIDADE GAÚCHA — Perfuração de 2 poços tubulares profundos (concluída).

Características: Poço 1: diâmetro 6"; profundidade 133m; vazão 16.000 l/h; Poço 2: diâmetro 6"; profundidade 133m; vazão 18.000 l/h.

COLORADO — Perfuração de 2 poços tubulares profundos (concluída).

Características: :Poço 1: diâmetro 6"; vazão 24.000 l/h. Poço 2: diâmetro 6"; vazão 36.000 l/h.

CORBÉLIA — Perfuração de poço tubular profundo (concluída).

Características: diâmetro Φ 6"; profundida 85,50m; vazão 14.500 l/h.

CORNÉLIO PROCÓPIO — Aquisição de material (Convênio DNOS).

CURITIBA — Ampliação e reforma da rede de esgotos: executados 2.094 metros de coletor, com diâmetro de 100, 0,80 e 0,60m. Estação de tratamento de água do Rio Iguaçu: decantadores, floculadores, casa de química, casa de bombas e depósito de reagentes. Fornecimento de equipamentos para o tratamento de água. Montagem de equipamentos. Situação física atual: Executados 85%. Reservatório do Corte Branco — Situação física atual: Reservatório semi-enterrado 95%; Torre de equilíbrio 97%; Tubulação de descarga 98%.

CURIUVA — Captação, casa de bombas, adutora, reservatório enterrado e casa de operador. Executados 90% dos trabalhos contratados. (Convênio CPCAN). **CRUZEIRO DO OESTE** — Captação, casa de bombas, linha adutora e reservatório elevado de 50m³. (Concluídos). Reservatório enterrado: iniciado em novembro/67. Estação de tratamento — concluída. Rede de distribuição de água — concluída a primeira etapa. (Convênios DNOS e SUDESUL). **ENGENHEIRO BELTRÃO** — Captação em fontes: executados 70%. Rede de distribuição: executados 60%. (Convênio CODEPAR).

FIGUEIRA/LISÍMACO COSTA — Captação, casa de bombas, adutora e reservatórios elevados: executados 75%. Convênio CPCAN. **FOZ DO IGUAÇU** — Rede de esgotos: executados 984 metros. Convênio SUDESUL. **FRANCISCO BELTRÃO** — Rede de distribuição de água: fornecidos 879 metros de ferro fundido (tubos). Convênio DNOS e SUDESUL. **GUAÍRA** — Rede de distribuição de água: aquisição de material. Convênio SUDESUL. **GUARAPUAVA** — Estação de tratamento, estação de bombeamento, linha adutora e reservatório enterrado (2.000m³) — concluídos, com excessão de 40% do reservatório enterrado. Convênio DNOS. **IBAITI** — Captação, casa de bombas, adutora, decantadores, filtros e casa de química — concluídos. Convênio SUDESUL. **ITAMBARACÁ** — Captação em

poço, casa de bombas, adutora e reservatório: orientação e assistência técnica na execução das obras. Convênio CODEPAR. IRATI — Aquisição de material. Convênio DNOS. JAPURÁ — Assistência técnica na aquisição dos materiais de ferro fundido destinados à linha adutora e rede de distribuição. JATAÍ-ZINHO — Estação de tratamento de água — concluída. Convênio DNOS. JOAQUIM TÁVORA — Casa de química, filtros, decantador e floculador. Obras iniciadas em novembro/67. Convênio GEF. LOANDA — Reservatório elevado 100m³ e montagem da bomba — concluídos. LONDRINA — Reforço do sistema de água. Convênio GEF. MARINGÁ — Adutora: aquisição de 9.923m de tubos de aço. Aquisição de materiais elétricos para a estação de recalque e peças da adutora. Convênio GEF. MARUMBI — Captação em fonte, adutora e reservatório elevado: orientação e assistência técnica na execução das obras. Aquisição de 320m de tubos de ferro fundido, Φ 50mm. Convênio DNOS. NOVA FÁTIMA — Captação, estação de tratamento, adutora e reservatório de distribuição: orientação e assistência técnica. Obra iniciada em novembro/67. PITANGA — Aquisição de tubos de ferro fundido. Convênio DNOS. PORECATU — Orientação e assistência técnica nas obras de captação (em poço), adutora e casa de bombas. PRUDENTÓPOLIS — Rede de distribuição de água: Adquiridos 510m de tubo de ferro fundido Φ 50mm. Convênio com o DNOS. RANCHO ALEGRE — Orientação e assistência técnica na execução da ampliação do sistema de abastecimento de água. RIO BOM — Perfuração do poço tubular profundo — concluída. Convênio CODEPAR. Características: diâmetro 6"; profundidade 120m; vazão 12.000 l/h.

RIO NEGRO — Captação e casa de bombas (concluídas). Convênio DAE. ROLÂNDIA — Aquisição de material. Convênio DNOS. SÃO JOÃO DO IVAÍ — Perfuração de poço tubular profundo — concluída. Convênio CODEPAR. SÃO JOÃO DO CAIUÁ — Aquisição de Material. Convênio DNOS. SÃO MATEUS DO SUL — Reservatório elevado 160m³, reservatório enterrado 1.250m³, casa de bombas — executados 95% das obras. Convênio PETROBRÁS. SÃO PEDRO DO IVAÍ — Aquisição de 1.410m de tubo de plástico e uma moto-bomba. Convênio DNOS. SANTA CECÍLIA DO PAVÃO — Perfuração de poço tubular profundo — em fase de concorrência pública. SANTA

CRUZ DO MONTE CASTELO — Rêde de distribuição de água — concluída. Casa de bombas — executados 50%. SANTA ISABEL DO IVAÍ — Rêde de distribuição de água — fornecido todo o material. Material elétrico da casa de bombas: fornecidos 90%. SANTA MARIANA — Rêde de distribuição de água: assentados 6.326 metros de tubo de ferro fundido. Convênio com DNOS. SANTO INÁCIO — Perfuração de poço tubular profundo — concluídos. — Convênio CODEPAR. SERTANÓPOLIS — Concluída a escavação para a rêde de distribuição de água. TERRA BOA — Captação (50%), casa de bombas (50%), linha adutora (90%), estação de tratamento 80% e reservatório elevado de 200m³ (70%). TOMAZINA — Captação, casa de bombas, floculador, decantador, filtros, reservatório enterrado e casa de química. Concluídos. TELÊMACO BORBA — Sistema de abastecimento de água. UNIÃO DA VITÓRIA — Aquisição de material — Convênio DNOS. URAÍ — Captação, casa de bombas e estação de tratamento de água. Concluídas. VENCESLAU BRÁS — Captação, casa de bombas, floculador, decantador, filtros, reservatório enterrado e casa de química: executados 90% das obras. Convênio CPCAN.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Concretizou-se nesse segundo ano de administração um objetivo que o Govêrno esperava atingir muito mais tarde: o plantel bovino do Paraná já atingiu o aperfeiçoamento desejado durante todos êsses anos, desde que, como secretário da Agricultura êste que hoje chefia o Govêrno do Estado, iniciou um programa de distribuição de reprodutores a tôdas as regiões pecuárias paranaenses, visando apurar qualitativamente os rebanhos. As estatísticas da Secretaria da Agricultura agora revelam que os reprodutores negociados particular e abundantemente em todo o Estado, já contam com o mesmo apuro daqueles que o Govêrno adquiria para aquêle fim. Isto significa que já se pode parar de distribuir reprodutores no Paraná — o que ocorrerá a partir de 1968 — porque o programa está inteiramente vitorioso e a demanda tende a diminuir até a estagnação total.

Durante os anos de 1966/67, a Secretaria da Agricultura entregou, dentro do programa de fomento à pecuária bovina de corte, 2.057 reprodutores das raças «Nelore», «Gyr», «Guzerá» e «Charolês», a criadores de mais de 100 municípios do Estado, mediante sorteio ou permuta por animais comuns.

Pelo mesmo critério, prosseguiu o programa paralelo de fomento à suinocultura, com a distribuição, no período, de 2.384 reprodutores de boa linhagem, da raça «Duroc-Jersey». E para incentivar a ampliação do rebanho leiteiro, entregou a criadores dos municípios de Curitiba, Ponta Grossa e outros adjacentes à Capital, 332 novilhas enxertadas da raça holandesa preta e branca.

Inseminação Artificial

O baixo rendimento dos postos de Inseminação de Pal-

meira, Londrina, Chopinzinho e Guarituba, motivou o fechamento dessas unidades em meados de 1966. Não obstante, o Pósto de Inseminação do Canguiri, antes destinado a atender apenas aos criadores de Curitiba, principalmente de gado leiteiro, passou a atender todo o interior, com a remessa de sêmem e preparo de inseminadores através de cursos rápidos. O problema da inseminação artificial começa agora a despertar nôvo interêsse em tôdas as áreas pecuárias do Paraná, razão porque o Govêrno, através da Secretaria da Agricultura, pretende incentivar ainda mais a nova técnica. Com êsse objetivo, já foi inclusive elaborado plano específico a ser submetido ao GERCA para efeito de futuro convênio. Os resultados até agora obtidos foram os seguintes: :

Número de coletas	492
Centímetros cúbicos de sêmem	2.010
Doses manipuladas	4.252
Inseminações efetuadas	1.500
Nascimentos comunicados	863
Tratamentos de esterilidade	111

Vacinações

Durante o ano de 1966, a Secretaria da Agricultura executou uma campanha de alcance contra a febre aftosa através de plano integrado com o Ministério de Agricultura, tendo realizado levantamento em 2.032 propriedades e promovendo a vacinação de mais de 300.000 bovinos. Ao mesmo tempo, propiciou o atendimento clínico e cirúrgico a todos os animais do plantel do Estado, inclusive a particulares e executou vacinações contra a Peste Suína, Carbúnculo Sintomático.

Em 1967, além do prosseguimento normal dessas campanhas, foi iniciada a vacinação da população canina, objetivando evitar a transmissão da raiva ao homem. A campanha foi e está sendo executada mediante convênio com a Prefeitura de Curitiba que fornece as vacinas, enquanto a Secretaria da Agricultura concorre com o pessoal especializado. Mais de 40 mil vacinações já haviam sido feitas até o início de 1968. A Divisão de Fomento e Defesa Animal da Secretaria da Agricultura promoveu, no biênio, 7.200 visitas, efetuou 5.200 diagnósticos e forneceu 1.100 certificados de sanidade.

Combate à Broca Cafeeira

Um dos trabalhos de maior relevância realizado pelo Governo, foi o de orientação quanto aos meios de combate às doenças e pragas do cafeeiro, principalmente da «broca do café». Equipes da Secretaria da Agricultura percorreram continuamente as propriedades cafeeiras, indicando métodos adequados para aplicação de inseticidas e fungicidas previstos para as doenças e pragas, e ainda fiscalizando a aplicação e execução de medidas básicas exigidas por lei. O contingente de servidores do Serviço de Combate à Broca do Café realizou inspeções a 4.023 propriedades, numa média aproximada de 12 visitas diárias.

Várias medidas preventivas foram tomadas ainda, para dar combate à «broca do café». Uma delas consiste em evitar, tanto quanto possível, a disseminação do flagelo para as lavouras e regiões ainda indenens e de não permitir a volta do inseto aos cafezais atacados, o que viria redundar em infestação inicial de certo vulto. Para isso, não tem sido permitido o livre transporte dos resíduos do beneficiamento do café, a não ser quando fermentados ou convenientemente tratados por meio de inseticidas.

Sementes e Mudas

No decorrer de 1967, foi dado prosseguimento ao programa de multiplicação de sementes e mudas, atividade que, embora projetada para 1964, só foi iniciada efetivamente a partir de 1966. O objetivo, ao promover culturas nas Estações Experimentais e Parques estaduais, é aumentar as quantidades de sementes básicas para atendimento às necessidades do Estado. Nesses dois anos foram entregues à Café do Paraná cerca de 350 toneladas de sementes para distribuição aos agricultores através dos seus Postos de Revenda. Através da Estação Experimental de Morretes foram distribuídas 1.560 mudas enxertadas de «citrus» ali produzidas. Afora os ensaios de resistência ao pisoteio, do subprojeto Alimentação e Manejo de Bovinos, foram planejados e iniciados outros experimentos com forrageiras abordando os seguintes aspectos: a — melhoramento de campos nativos; b) — introdução de forrageiras de inverno em campo nativo; c) — introdução de forragei-

ras de verão em campo nativo; d — consorciação entre forrageiras. Tal trabalho permitiu a produção de 3.297 quilos de sementes, que foram distribuídas juntamente com outros 1.613 sacos de mudas de forrageiras.

Reflorestamento

A partir da segunda metade de 1966, o Governo intensificou seu programa de produção em grande escala de mudas de diversas essências florestais, procurando dar incentivo ao florestamento e reflorestamento em todo o Estado. A preocupação é contribuir com todos os meios para evitar o decréscimo de uma atividade econômica que se coloca, ainda, como a de maior expressão do quadro conjuntural paranaense.

Ao mesmo tempo em que importava 2.550 quilos de sementes de «pinus taeda» dos Estados Unidos — já que elas não existem no País — a Secretaria da Agricultura providenciou a melhoria nas instalações nos viveiros, dotando-os de métodos mais modernos de irrigação, capazes de permitir a produção em alta escala. Outros viveiros foram instalados especificamente para dar atendimento ao Norte do Estado, enquanto eram treinados os técnicos dos quadros públicos e da área particular e se iniciava amplo trabalho de divulgação através de orientação de viveiros escolares, cursos sobre prevenção e combate a incêndios florestais, reuniões, palestras, aulas, etc. Foram efetivados plantios de novas áreas florestais para o Estado e elaborados planos de trabalho e convênios para diversos órgãos.

Até o momento, registrou-se nos viveiros do Estado a produção de 2,5 milhões de mudas de diversas essências florestais. Por outro lado, prossegue o trabalho de aquisição de sementes de «eucalyptus», «pinus elliottii», «eucalyptus globulus», «eucalyptus viminalis», «populus», «kiri», etc.

Fundo Agripecuário

Entre 1.º de dezembro de 1966 e 30 de setembro de 1967, o Fundo de Equipamento Agropecuário instalou 28 novos postos de vendas, nas cidades de Itaiacoca, Japurá, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruz Machado, Bituruna, Porecatu, Joaquim

Távora, Tomazina, Faxinal, Cruzeiro do Sul, Paranaciti, Cruzeiro do Oeste, Guaporema, Primeiro de Maio, Salto do Itararé, Jundiá do Sul, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Pôrto Rico, Ventania, Curiuva, Mandirituba, Jussara, Iporã, Antônio Olinto, Rondon e Diamante do Norte.

O órgão em questão, que em 1966 atendia apenas às regiões de Curitiba e Ponta Grossa, passou a atender também as de Pato Branco, Maringá e Jacarèzinho e está em vias de melhorar a assistência às regiões de Londrina e Guarapuava.

Nos dois anos dêste Govérno o Fundo de Equipamento Agropecuário aplicou recursos superiores a 2 bilhões de cruzeiros antigos na aquisição de produtos agrícolas e veterinários. Seu atendimento tem tido aumento satisfatório em relação aos anos anteriores.

Dando execução ao plano de estímulo ao uso do calcáreo em todo o Estado, o Fundo conseguiu fornecer 5 milhões de quilos de calcáreo-peneira 80/100 e celebrou 22 contratos de financiamento agrícola; forneceu 250.000 doses de vacina contra a febre aftosa de diversos timbres febris e participou financeiramente da campanha de combate à saúde no Sudoeste, fornecendo ainda formicidas e aparelhos de aplicação, no valor de NCr\$ 15.000,00. Também tomou parte nas Exposições-Feiras de Clevelândia e Loanda, instalando «stands» com mostruário de sua linha de produtos.

Economia Rural

Um serviço de grande monta implantado no Paraná é o que executa o Serviço de Informação do Mercado Agrícola - SIMA, órgão agora vinculado ao Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura. Consiste êle na tomada de preços ao nível do mercado atacadista de produtos agrícolas e sua transmissão a outras cidades através de Telex. O trabalho em causa é considerado da mais alta importância para a economia do Estado, constituindo-se no embrião de uma futura estrutura de informação e pesquisa de mercados.

No biênio 1966/67 foram construídos 26 armazéns em propriedades agrícolas rurais e 4 próprios do Govérno do Estado, e adquiriu-se 2 silos domésticos para demonstração

dentro do Convênio A. A. — CONTAP-USAID-PARANÁ-Sub-projeto de Armazenamento na Fazenda, beneficiando várias cidades do interior. Por convênio entre a Secretaria da Agricultura e a CODEPAR, que criou a Comissão de Previsão de Safras, aquele Departamento passou à condição de órgão responsável pela execução dos trabalhos de previsão. Isto tem sido feito desde 1966, utilizando-se o processo de amostragem aleatória que abrange uma área de 100 municípios.

Dentro do programa de levar ao interior o Serviço de Informação do Mercado Agrícola, foi apresentado ao GERCA projeto no valor de NCr\$ 75.000,00, já aprovado, com a finalidade de implantar na cidade de Londrina um serviço idêntico, integrando, desta maneira, a região Norte do Estado à rede nacional de informação do mercado agrícola através da ligação Curitiba-Londrina.

As Exposições

As Exposições-Feiras que vêm sucessiva e anualmente sendo efetivadas no Parque da Produção Animal «Presidente Castelo Branco», estão permitindo ao Paraná firmar tradição de qualidade no setor da produção pecuária, projetando-o de modo a repercutir nos mais reputados meios criatórios do País. As Exposições, cujo principal objetivo é disseminar a técnica e estimular a melhoria dos rebanhos do Estado, têm exercido extraordinário efeito sobre a bovinocultura local. A exemplo cite-se que no certame do ano passado os reprodutores premiados com «Grande Campeão» e «Reservado de Grande Campeão» de propriedade de criador paranaense, ao serem posteriormente apresentados na Exposição Nacional do Zebu, em Uberaba, receberam ali também os títulos máximos, o que bem reputa a criação zebuina do nosso Estado. Da mesma maneira, o animal premiado como «Grande Campeão da Raça Holandesa, variedade Preta e Branca», também de criador paranaense, em outra exposição realizada no Parque de Água Branca, ali recebeu o título máximo do certame.

Melhorias no Canguiri

Até julho deste ano estará completamente concluído o

aviário da Estação de Criação do Canguiri, obra que conta com área construída em alvenaria de 5.166 m², para a execução da qual foram efetuados serviços de terraplenagem num volume de 90.000 m³. Por outro lado, foram construídas 20 residências para funcionários da Estação; um Depósito de Forragem em alvenaria com 600 m²; uma fábrica de rações balanceadas; dois poços artesianos. Foi concluída a construção de um reservatório de água de 100.000 litros de capacidade, 44 lanchonetes, mais dois pavilhões para bovinos, numa área de 3.000 m² e um pavilhão misto de 500 m² de área coberta para exposição de pequenos animais (aves e coelhos). Aliado a tudo isso, foi construído um Parque Infantil para recreio das crianças durante as Exposições e iniciados os trabalhos de dragagem dos rios Iraí e Canguiri tendo em vista melhor aproveitar as terras da Estação quer para o melhoramento das pastagens naturais, como para o cultivo de pastagens artificiais. Os trabalhos, a cargo do DNOS foram iniciados no final de 1966 e não foram paralisados por todo o ano de 1967, estando hoje já com 2.500 metros de dragagem executados. É uma obra de grande vulto para o Estado, pois além de recuperar terras alagadiças e, portanto, inaproveitáveis, beneficiou do mesmo modo todos os proprietários que fazem limite com a Estação do Canguiri. Ainda naquela Estação foi instalado um P.A.B.X. com 25 ramais, plantadas 700 árvores frutíferas, adquirida uma balança para pesagem de animais com capacidade de 1.500 kg; iniciada a construção de uma Praça para embelezamento do Parque, e o calçamento de uma área correspondente a 30.000 m². Também já foi iniciado e está em fase final de conclusão o Centro de Suinocultura-Modêlo.

Ensino Agrícola

Nesses dois primeiros anos de administração, o Governo empenhou-se em estimular o ensino agrícola. Nada menos que 1.873 alunos acham-se matriculados na rede de estabelecimentos de ensino agrícola da Secretaria da Agricultura, que funcionam nas cidades de Palmeira, Rio Negro, Ponta Grossa, Apucarana, Clevelândia, Guarapuava, Santa Mariana, Foz do Iguaçu, Castro, Ivaí, Rolândia, Araucária, e Arapongas.

Mas a prática do ensinamento agrícola tem ido além das fronteiras dos estabelecimentos escolares: em colaboração com a CONTAP II, foram efetivadas dezenas de cursos, sôbre suínos, soja e milho, gado leiteiro, conservação do solo, agrostologia, etc., com duração de sete meses, abrangendo as cidades de Medianeira, Três Lagos, Foz do Iguaçu, Castro, Clevelândia, Colônia Esperança, Imbituva, Ivaí, Bom Jardim etc.

A Secção de Veterinária do Departamento de Ensino Agrícola elaborou e remeteu aos estabelecimentos de ensino planta de estábulos, pocilgas, galinheiros e coelheiras etc. Em 1967 foram concluídas as instalações da Pocilga Maternidade do Colégio Agrícola Estadual «Getúlio Vargas», de Palmeira; igualmente foi concluído e se encontra em pleno funcionamento o estábulo para bovinos de leite do Ginásio Agrícola Estadual «Arlindo Ribeiro», de Guarapuava. Em fase de conclusão, porém já em uso, está o galinheiro, reaparelhado com o respectivo equipamento, do Ginásio Agrícola Estadual «Olegário Macedo», de Castro.

Defesa do Patrimônio

Procurando estimular a criação de alevinos e aumentar o consumo de peixes principalmente no interior, o Instituto de Defesa do Patrimônio desenvolveu um programa de registro de tanques particulares, doando-lhes exemplares que melhor se adaptassem às condições de seu clima. Assim, foram registrados sômente em 1967, 216 tanques aos quais foram distribuídas 667 espécimes de tilápias, enquanto foram disseminados nos rios mais 5.000 alevinos da mesma espécie e 500 trutas «Black Bass». Organizou-se ainda uma secção para o fomento de faisões, codornas e perdizes com o fito de incrementar o repovoamento da fauna estadual dizimada.

Com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento da Peste, o órgão promoveu a formação das seguintes novas colônias de pescadores; de Guaraqueçaba (Z-2); Paranaguá (Z-1), Matinhos (Z-8), Bandeirantes (Z-14), Foz do Iguaçu (Z-11); Guaíra (Z-12) e Pôrto Rico (Z-13). A formação dessas colônias — que reúnem a maioria dos pescadores das respectivas localidades — visa a amparar o pescador, proporcionando-lhe

assistência médica, dentária e financeira, através da SUDEPE, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 221, de 28/2/67.

Através de 42 Inspetorias e 5 Sub-Inspetorias de Caça e Pesca, o Instituto procedeu a 14.363 registros e licenças de caça e pesca. Em colaboração com o órgão, o Corpo de Policiamento Florestal deu ampla cobertura aos trabalhos de fiscalização da caça e pesca no Estado, bem como a preservação do patrimônio florestal, mantendo destacamentos especiais no Parque Estadual de Vila Velha, no Parque do Monge e em Campinhos.

Com a transferência dos mananciais da Serra do Mar ao IDPN, pelo Decreto 4.619 de 30-3-67, deu-se início à organização do Jardim Botânico do Paraná «Paiquerê», que se constituirá em grande fonte de atração turística, educacional e científica. Como atração turística, prevê-se um jardim nacional, outro internacional e uma grande represa onde poderá ser praticada a pesca orientada.

CAFÉ DO PARANÁ

Com a erradicação do cafeeiro, novos horizontes foram abertos à policultura no Estado, principalmente em municípios onde predominava de modo acentuado a monocultura. A principal ação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico — CAFÉ DO PARANÁ — foi auxiliar no sentido de que se consolidasse tal transformação, seja na distribuição de sementes selecionadas para estimular o plantio múltiplo e adequado a cada região, seja nos serviços de aração, gradeação, destoca, construção de açudes, construção de estradas vicinais, através do seu setor especializado de motomecanização.

Durante o biênio 1966/67 a frota mecanizada da Café do Paraná trabalhou o equivalente a 285.099:15 horas, na abertura de 2 milhões de metros cúbicos de estradas, 70 mil metros cúbicos de açudes; e 2.000 hectares de destoca. Realizou terraplenagem em área equivalente a dois milhões e novecentos mil metros cúbicos, e preparou para o plantio uma área de quase dois mil hectares. E para atender à demanda sempre crescente aos seus setores de mecanização agrícola, a empresa elaborou plano trienal que prevê a aquisição de 124 novos tratores de esteira; 64 tratores com rodas pneus; 38

auto-motrizes; 63 semeadeiras-adubadeiras; 31 esparramadeiras de calcáreo; 2 roçadeiras; 64 arados; 64 grades; 12 pick-ups; 11 veículos utilitários e 14 caminhões.

Não obstante o ano de 1966 haver sido considerado dos mais produtivos no setor de distribuição de sementes, o ano de 1967 apresentou rendimento ainda maior, segundo atestam os registros da Café do Paraná, indicando promissôras perspectivas para o próximo ano, principalmente no caso específico do algodão, cuja demanda equivaleu a 449.110 sacas. Para a safra ora iniciada, o algodão tem a maior área de plantio já registrada no Paraná, com aproximadamente 335.860 hectares. A se confirmarem os preços e as facilidades de comercialização atualmente oferecidas, tudo indica que nas próximas duas safras teremos um interesse crescente pelo cultivo dessa malvacea, quando então a lavoura algodoeira deverá atingir a sua plenitude e estabilização nas diversas regiões ecológicas propícias. Essa estimativa não é baseada em cálculos otimistas, pois acredita-se que, em condições normais de clima e de estado fitossanitário da cultura, ela será facilmente superada. Acresce ainda que o cotonicultor paranaense está evoluindo bastante, principalmente no que concerne ao controle de pragas e doenças. Neste particular, pode-se citar a região de Cruzeiro do Oeste, onde o uso de fungicidas e de inseticidas, se não é racional na sua aplicação, pelo menos está bastante difundido na presente safra.

Eis a posição das sementes distribuídas em 1967 pela Café do Paraná:

Algodoeiro	449.110 sacas
Amendoim	1.052 "
Arroz	2.862 "
Aveia	163 "
Feijão	497 "
Milho Híbrido	41.247 "
Milho Sintético	1.600 "
Soja	7.780 "
Trigo	17.221 "

Suporte Financeiro

Durante o biênio administrativo passado, a Café do Paraná aplicou recursos equivalentes a 16 bilhões de cruzeiros antigos na compra de sementes comercializadas além da manutenção e preservação de sua maquinaria. Grande parte desses recursos foram resultantes de convênios financeiros firmados com o Ministério da Agricultura, IBC-GERCA, Banco do Estado do Paraná e CODEPAR.

Com o lucro apurado no balanço de 1966 e através de dotações orçamentárias do Estado, o capital da empresa foi aumentado para NCr\$ 1.992.849,00, em etapas de NCr\$ 375.840,00 e NCr\$ 165.000,00, em junho e julho de 1967 respectivamente.

Por outro lado, as condições operacionais da Companhia foram grandemente facilitadas com a aquisição do prédio onde vinha funcionando a Secretaria da Agricultura, enquanto muitos Postos no interior do Estado foram ampliados ou instalados em sede própria, como é o caso de Santo Antônio da Platina, além dos de Pato Branco e Cascavel cuja construção será iniciada dentro em breve.

Convênios

Com o objetivo de produzir sementes selecionadas, foram firmados diversos convênios com: 1 — INDUSFIBRA — destinado à multiplicação de sementes de algodoeiro, visando uma produção de 200.000 sacos; 2 — Departamento de Extensão e Fomento da Secretaria de Agricultura — para a produção de sementes de trigo, soja e arroz; 3 — ACARPA-BRDE — para a produção de sementes de feijão; Departamento de Produção Vegetal — para sementes básicas destinadas aos Campos de Cooperação. Para a aquisição de sementes, outros convênios financeiros foram firmados. Entre eles, com o IBC-GERCA, que propiciou recursos da ordem de NCr\$ 3.337.000,00 visando ao atendimento do Norte do Estado dentro do Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira. Outro, com o Ministério da Agricultura no valor de NCr\$ 10.500.000,00 — pagáveis em três parcelas anuais — também foi destinado à aquisição de sementes diversas.

COPASA

A preocupação de emprestar efetiva participação do Governo nos planos de desenvolvimento e amparo à lavoura do Paraná ensejou, nesse biênio, a duplicação da capacidade armazenadora da Companhia Paranaense de Armazens e Silos. De uma rede armazenadora composta de seis unidades próprias, apresentando a capacidade estática de 31.000 toneladas, a COPASA passou a contar com a capacidade de 70.160 toneladas estáticas, o que representou um crescimento de 126,3% apenas nesses dois primeiros anos da atual administração.

O quadro a seguir mostra o comportamento da rede armazenadora nesses dois anos em comparação com os anteriores.

Até 31-1-66		Até 31-1-68	
Unidades	Capacidade	Unidades	Capacidade
Assaí	5.300 t.	Ivaiporã	2.500 t.
Campo Mourão . .	5.000 t.	Congonhinhas . . .	2.500 t.
Curitiba	5.000 t.	S. C. M. Castelo . .	2.500 t.
Guarapuava	5.000 t.	Cruzeiro D'Oeste . .	2.500 t.
Maringá	5.700 t.	Paranavaí	2.500 t.
		Arrend. armazém do IBC em Casca- vel	26.660 t.
Pato Branco	5.000 t.		
Total até 31-1-66	31.000 t.	Total em 1966-67	39.160 t.
Total da capacidade armazenadora até 31-1-68		70.160 t.	

Ampliações e Equipamentos

Num tópico mais abaixo serão analisados os planos futuros do Governo tendo em vista ampliar mais as disponibilidades de armazéns no Paraná. De início, porém, já se pode apontar como inadiável a ampliação das unidades armazenadoras de Paranavaí, Cruzeiro do Oeste e Ivaiporã que, apesar do recente início de funcionamento, já se revelam insuficientes para atender à estocagem, tal a demanda de produtos naquelas regiões.

Quanto ao problema do equipamento, além dos que são comuns a tôdas as unidades armazenadoras, como máquina

de limpeza, instrumentos de secagem e resfriamento de cereais, balanças para pesar caminhões, balanças ensacadeiras automáticas, máquinas de costura industrial, empilhadeiras mecânicas, e mais câmaras de expurgo fixas nas unidades de Assaí, Campo Mourão, Curitiba, Guarapuava, Maringá, Paranaíba e Pato Branco para aumentar as capacidades operacionais respectivas — a êstes foram acrescentados os seguintes equipamentos:

a) — Três conjuntos de deslintage, cada um constituído de quatro deslintadores com capacidade de deslinter 40 t. de carôço em 24 horas, instaladas nas unidades de Assaí, Cruzeiro D'Oeste e Maringá.

b) — Cinco Separadores de Defeitos, que foram instalados nas unidades de Assaí, Campo Mourão, Curitiba, Guarapuava, Maringá e Pato Branco. Êstes elementos têm sido utilizados pela COPASA na seleção de sementes para a Café do Paraná.

c) — Lençóis plásticos em tôdas as unidades armazenadoras, para facilitar o expurgo sem necessidade de remoção das mercadorias e, ainda, para propiciar que o expurgo seja feito fora da unidade armazenadora.

d) — Secador, Separador de Defeitos, Máquina de Costura Industrial, Balança Ensacadeira Automática, Lonas Plásticas, etc., para a unidade armazenadora locada, tornando-a a mais bem equipada de tôda a rede.

Foram finalmente construídos desvios ferroviários nas unidades armazenadoras de Guarapuava e Maringá, que possibilitam a saída das mercadorias diretamente dos armazéns para os vagões que as transportarão aos centros consumidores.

Aplicações e Convênios

As aplicações da COPASA nesse biênio ascenderam a NCr\$ 3.098.954,95. Dêsse total, 17,42% são oriundos dos recursos próprios da Companhia e 36,95% da sua receita tarifária. O restante decorre de convênios com órgãos de financiamento locais, regionais e nacionais, a seguir: SUDESUL — 1,55%; GERCA: 5,84% CODEPAR Cred. Inv. — 7,19%; CODEPAR — 17,75%; BNDE — 13,30%. Dêsses órgãos, em números exatos, a COPASA recebeu financiamentos respectivamente

te de NCr\$ 47.918,00; NCr\$ 181.000,00; NCr\$ 222.757,86; NCr\$ 550.000,00; e NCr\$ 412.000,00.

Demanda de Serviços

No biênio 1966-67, os armazéns da COPASA estocaram produtos equivalentes a mais de 10 milhões de sacos. O quadro abaixo demonstra a demanda de serviços prestados pela Companhia.

	1966	1967
Armazenagem	3.191.463	4.780.293
Limpeza	181.340	415.753
Seleção	7.430	15.874
Secagem	54.232	208.137
Deslintamento	—»—	133.891
Expurgo em câmara fixa	202.516	163.050
Expurgo em câmara móvel	607.655	924.159
TOTAIS	4.244.636	6.641.157

Planos para Expansão

O ano de 1968 corrente, será aquêlo a indicar a execução do maior plano de expansão da capacidade de armazenamento e tratamento de produtos agrícolas já pôsto em execução até o presente. Para sua perfeita consecução, no entanto, o Governo espera e crê poder contar com a efetiva participação dos indispensáveis financiamentos, que atenderão, em linhas gerais, aos seguintes projetos:

1 — Aumento das áreas de estocagem das unidades armazenadoras de Ivaiporã, Cruzeiro D'Oeste e Paranavaí. Nesta última, a ampliação incluirá a instalação de um conjunto de deslintagem de algodão.

2 — Estudo para a localização, com financiamento do BID, de mais 30 armazéns.

3—Implantação de 20 estações de tratamento de cereais, que deverão ser acoplados às unidades armazenadoras existentes.

Esses principais programas em fase ainda de projeto, se-

rão as metas fundamentais do Govêrno para êste ano no tocante a armazenamento. Desde já, os números puderam evidenciar o atingimento de metas equivalentes a quinquênios.

IBPT

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas passará, a partir dêste ano, por total reformulação em sua estrutura. Tal reforma, cujos planos foram entregues a uma Comissão Especial designada pelo Executivo, fará com que o órgão possa voltar-se exclusivamente para o setor da agricultura e pecuária, tornando-o, desta forma, um instrumento sólido e com maior capacidade para intensificar sua ação onde, incontestavelmente, é mais solicitada.

No biênio 1966/67, o IBPT deu continuidade aos programas de ampliação de vários setores. O Laboratório Regional do Norte, em Jacarêzinho, foi aumentado em 878.700 metros quadrados, ou seja, o equivalente a 105,7% da área construída anteriormente, sendo também completamente reequipado de molde a elevar sua produção de vacinas contra a peste suína para 1.200.000 doses anuais e poder fabricar, pela primeira vez, o «sôro hiper imune», curativo de peste suína. Por outro lado, com recursos colocados à sua disposição pelo Fundo Federal Agropecuário, construiu uma moderna usina de produção de inoculantes para leguminosas com 240 m² de área, a qual está em fase de equipamento para funcionar ainda êste ano.

Além disso, foram iniciados os trabalhos de adaptação da «Granja Maria Luiza» doada pelo Govêrno para servir aos propósitos do IBPT, estando em fase de conclusão um moderno Biotério, uma fábrica de rações e um aprisco, além de outros setores que pretendem tornar aquela área adequada à pesquisa agro-veterinária e ao fornecimento das matérias primas necessárias à produção experimental do órgão.

No período, o Instituto realizou um «Estudo das Argilas Refratárias Paranaenses» com levantamento de 17 municípios e mais de 8.000 determinações das argilas coletadas. Êsse trabalho possibilitará o conhecimento básico para implantação de indústrias especializadas em refratários. Afora êste conhecimento, indispensável ao desenvolvimento industrial paranaense, naquela área está se efetivando também o estudo, em

paralelo, das argilas bentonitas de largo consumo industrial e que hoje são importadas. Igualmente se elabora um estudo para aproveitamento das cinzas da Termelétrica de Figueira.

A pesquisa sôbre Febre Aftosa já possibilitou a especialização de uma equipe de técnicos e a tipificação do vírus aftoso no Estado, pela primeira vez em sua história. E a seqüência dêsse projeto permitirá a fabricação de vacinas contra a febre aftosa, deixando o Paraná apto a fornecer os meios efetivos de contrôle desta zoomose que grandes prejuízos causa à nossa economia pecuária. Igualmente o projeto do Levantamento Fitossanitário do Litoral e Pesquisa do Rhisobium, obtiveram ótimos resultados, tendo sido levantados todos os municípios do litoral e instalados experimentos em tôdas as regiões ecológicas de soja e leguminosas do Estado.

Aumento nos Serviços

Durante o período em questão, o IBPT experimentou expressivos aumentos nos serviços prestados, como veremos:

a) — Acréscimo de 932,6% nas análises de sementes realizadas em confronto com a média do biênio anterior.

b) — Aumento de 128,8% das determinações em análises de solos só em relação a 1966, e 521,3% em relação a 1965. Como o nôvo equipamento automatizado recém instalado no Setor de Solos, por convênio com o Ministério da Agricultura, prevê-se um aumento ainda maior para 1968.

c) — Aumento de 210% na produção de inoculantes para leguminosas. Vale salientar que a produção do biênio (40.000 pacts) supera todos os anos anteriores ao último período governamental somados, ressaltando-se ainda que o esquema de produção atendeu a tôdas as solicitações registradas, tanto da Café do Paraná como de particulares, além de uma encomenda de 5.000 unidades feita pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

d) — Aumento de 200% na produção de vacinas contra a peste suína. Pela primeira vez em sua existência, o IBPT conseguiu, em dois anos, a notável produção de mais de 2 milhões de doses de vacinas.

e) — Aumento de 92,2% em diagnósticos e exames realizados pelo setor veterinário.

f) — Aumento de 662% de exames e diagnósticos realizados pelo setor agrônômico.

Merecem destaque, igualmente, as pesquisas e trabalhos realizados, parte dos quais publicados pelo IBPT em revistas nacionais e estrangeiras e outros em fase de publicação, somando quase uma centena de obras científicas, dentre as quais avultam trabalhos de relevância internacional. A Instituição promoveu três cursos, um dos quais de interesse eminentemente prático para o aperfeiçoamento dos veterinários que, no interior, assistem à pecuária paranaense. O IBPT representou ainda o Paraná em vários Congressos e Simpósios sobre ciência, realizados no País.

ACARPA

Mantendo na sua linha de ação a integração de serviços, numa mútua cooperação para o desenvolvimento global das áreas que assiste, e atuando ainda nos setores econômicos (capacitação do produtor em tecnologia da produção), comercialização e financiamento, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — ACARPA — experimentou, no último biênio, um processo de evolução sem precedentes nos seus doze anos de existência, com a triplicação do número de suas unidades operacionais.

Devido a esta expansão, que possibilitou a cobertura de 34,63% da área estadual, verificou-se, em paralelo, uma tomada de posição que projeta a estrutura da ACARPA em esfera de maior profundidade, com a comercialização, o crédito rural, o desenvolvimento da comunidade e a integração com outros órgãos.

Não passou um dia no biênio 1966/67 sem que a Associação atendesse a 200 produtores, realizasse dois programas de rádio para difusão da técnica agrícola, distribuisse 238 folhetos técnicos e incentivasse a adoção de práticas racionais nas culturas e criações a centenas de proprietários agrícolas.

O quadro abaixo dá uma idéia da profundidade do seu trabalho no biênio:

Culturas	Nº de Adoções
Arroz	214

Videira	362
Horta comercial	185
Feijão	601
Batata	221
Trigo	28
Milho	730
Café	70
Outras culturas	274

Criações	Nº de Adoções
Suínos	2.097
Gado leiteiro	305
Avicultura	16

Crédito Educativo

Procurando interferir numa causação circular tendente a descapitalizar a empresa rural e conduzir a uma diminuição da exploração agropecuária, a ACARPA deu ênfase nesse biênio administrativo, às atividades de Crédito Rural Educativo nas modalidades «supervisionado», «orientado» e «juvenil». Através de convênios com o Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE-Fundos do Comitê Nacional de Clubes 4-S e em prosseguimento aos convênios com o Banco do Brasil, foram elaborados 1.501 planos para os produtores adultos, com inversões de NCr\$ 1.943.740,31, além de 102 planos de Crédito Juvenil, com aplicações de NCr\$ 24.608,56.

Em conjunto com a Contap-USaid, Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná, Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e outros órgãos, a Associação realizou ainda cursos de treinamento que possibilitaram maior contato de seus técnicos com as novas descobertas nos campos da agropecuária, economia doméstica e extensão rural. No período, a ACARPA realizou os seguintes cursos: 2 Cursos Pré-Serviço de Extensão Rural; 2 Cursos sobre Suinocultura; 1 Curso sobre Cooperativismo; 1 Curso sobre Gado Leiteiro; 1 Curso de Treinamento sobre o Combate à Broca do Café; 2 Cursos para Supervisores Regionais; 1 Curso sobre Artes Industriais; e 2 Cursos de Treinamento sobre Sistemática e Estudo da Realidade Rural.

Atividades Conjuntas

Em conjunto com a Café do Paraná, a A Associa o conduziu ainda 17 campos de Coopera o para a produ o de sementes de feijão, visando a sanar o problema da falta de sementes de boa qualidade, necessários ao aumento de produtividade daquela cultura. E com os órgãos do Ministério e Secretaria de Educa o e Cultura está realizando, em 19 municípios, programas para forma o de hortas escolares que objetivam o enriquecimento da merenda escolar.

Com a Secretaria e Ministério da Agricultura foram efetivados ensaios de trigo, pastagens, feijão e milho e, através de convênio com o IBC desenvolveu, na região Norte do Estado, o Programa de Racionaliza o da Cultura Cafeeira, onde foram erradicados cafeeiros numa tentativa de normalizar a produ o da rubiácea no País. Em conjunto com técnicos do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrícola, Secretarias da Saúde e Agricultura, realizou a «Semana do Desenvolvimento», «Semana do Agricultor» e a «Semana do Ruralista», nos municípios de Palmeira e Campo Mourão.

Juventude Rural

Visando a orienta o da juventude rural nos aspectos primordiais do desenvolvimento social e técnico, a ACARPA, durante o biênio, prosseguiu a orienta o aos 63 clubes já existentes, que congregavam 1.258 jovens, e ampliou êsse número para 111 clubes, congregando 2.245 jovens de ambos os sexos. Tal amplia o não se deve apenas ao aumento do número de escritórios mas também, e grandemente,   a o integrada com órgãos da Secretaria e Ministério da Educa o, que vêm dinamizando o trabalho das professoras nas escolas e comunidades.

Nos Clubes 4-S, são desenvolvidos projetos de agricultura e economia doméstica aos jovens, tanto individual como coletivamente, de forma a que cada um aprenda e pratique as técnicas e a vida em grupo. Os resultados obtidos têm ultrapassado as expectativas, com o registro de recordes de produtividade do projeto-MILHO, com 9.800 Kg/ha. Em suinocultura, 44 jovens possuem atualmente 132 animais puros de pedigree.

Mas o problema da liderança voluntária revelou ótimos resultados: no biênio 1966/67, registrou-se a participação nos programas de desenvolvimento comunitário de 168 líderes de juventude rural, 538 orientadores de Economia Doméstica e 648 líderes de agropecuária, para treinamento dos quais foram empregados métodos individuais e grupais, com uma frequência de 10.339 pessoas, ocupando tempo superior a 8.000 horas.

Utilizando todos os métodos de alcance massal para difusão das técnicas agro-pecuárias, a ACARPA realizou no período 1.251 programas radiofônicos; distribuiu 174.059 impressos; elaborou 605 artigos para a imprensa local e propiciou 108 projeções cinematográficas através de suas unidades móveis.

SISTEMA CODESUL-BRDE

Mais de 15 bilhões de cruzeiros antigos foram aplicados pelo Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul no Paraná, durante o biênio 1966/67 no estímulo à implantação, ampliação de indústrias e no fomento agro-pecuário. Nesse período, o estabelecimento em questão cuja presença no Paraná se fazia sentir anteriormente por pequenos investimentos, passou a ocupar posição de destaque na conjuntura paranaense, graças aos estímulos e ao apoio incondicional que lhe deu a atual administração, seja com o repasse em dia e cada vez maior dos recursos originários da contribuição estadual, seja pela posição de apoio permanente dado ao seu esquema de trabalho.

Nesse período, os investimentos do BRDE foram dos mais expressivos. Seu setor de crédito rural, numa aplicação maciça de recursos, somou índice inédito em toda a região: 1.264 financiamentos à agricultura. E o de crédito industrial assinalou a aprovação de mais de uma centena de projetos, em montante superior a 12 bilhões de cruzeiros antigos.

No ano passado, por empenho do Governo do Paraná junto à Diretoria daquele órgão, o BRDE decidiu baixar os custos operacionais dos seus recursos próprios para 18%, propiciando maior acesso de investidores aos seus setores de financiamento o que, certamente, em muito beneficiará o Paraná.

Um detalhe importante da presença do BRDE, no Paraná é a sua condição de «carreador» de recursos externos, pois no crédito

industrial, para cada NCr\$ 1,00 de recursos próprios aplicados, consegue obter NCr\$ 8,00 de fora da área, fator que auxilia grandemente a libertar substanciais recursos do esforço interno para outros programas prioritários do Governo. Isto tem sido possível através do agenciamento de vários Fundos Federais de financiamento, tais como o FINAME, FIPEME, para atendimento à implantação ou expansão de empresas industriais; FUNDECE, para complementação do capital de giro; e FUNAGRI, e FUNFERTIL para o setor rural. Apenas os dois últimos permitiram o carreamento para o Paraná, só em 1967, da soma de 4 bilhões de cruzeiros antigos.

Convênios

O BRDE assinou durante êste Governo, os seguintes convênios com órgãos externos:

1) Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, repassando para o BRDE recursos do FIPEME num montante de: a) — 10 bilhões de cruzeiros antigos, para cobertura de gastos em moeda nacional; b) — 400 mil dólares ou seu equivalente em outras moedas, para financiamento do custo de bens ou serviços importados. Êste repasse tem por objetivo o financiamento parcial de um programa específico de implantação ou expansão de indústrias que interessem ao desenvolvimento dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2) Um segundo convênio foi celebrado com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE — pelo qual o BRDE efetuará os serviços de análises dos projetos relativos à instalação ou ampliação de empreendimentos pesqueiros que objetivem absorver recursos provenientes dos estímulos fiscais de que trata o Decreto Lei 221, de 28-2-67.

3) Com o Banco Central, no valor de 3 bilhões de cruzeiros antigos, para financiamento à indústria de máquinas e equipamentos importados até 30-4-67 ao amparo dos acordos de empréstimos da Aliança para o Progresso, ainda existentes nos estoques dos importadores. O financiamento será da ordem de 70% do valor do investimento.

4) Convênio com o DATM e a CODEPAR visando o financiamento às Prefeituras, para aquisição de máquinas e equipa-

mentos nacionais. Esses financiamentos serão atendidos com recursos do FINAME paralelamente à participação do BRDE e da CODEPAR.

CODESUL

O Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — CODESUL — órgão integrante do sistema CODESUL-BRDE criado através de convênio entre o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentou saldo apreciável de trabalho no biênio da atual administração. Tendo como função específica a de planejar o desenvolvimento regional, o Conselho, através do seu Escritório do Paraná, realizou os seguintes trabalhos:

1 — Preparação de elementos macroeconômicos, durante uma série histórica que representasse a evolução daqueles fenômenos (renda, população, produção, participações relativas, etc.) dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que serviriam de subsídios à reunião do Ministério de Coordenação, realizada em Foz do Iguaçu.

2 — Com a orientação do CODESUL e responsabilidade do Escritório do Paraná, confeccionou-se um trabalho sob a denominação «Sugestões para a Política Agrícola». Para o atingimento desses objetivos funcionou no CODESUL, durante três meses, uma equipe de técnicos agrários da Secretaria de Agricultura, CODEPAR, Federação da Agricultura, ACARPA e Café do Paraná, sob a coordenação do responsável pelas pesquisas. Além disso, ao Escritório do Paraná foi atribuída a função de compor o trabalho final, com base em sugestões dos outros Estados da Região a respeito do mesmo assunto.

3 — «Sugestões sôbre o Decreto Lei n° 79», realizado em consequência de consultas ao grupo de técnicos agrícolas organizado junto ao CODESUL. Teve a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento do regulamento daquela lei que criou uma nova sistemática para o estabelecimento de preços mínimos.

4 — Atualização do Cadastro de Sociedades Anônimas que terá a função de não só servir a eventuais necessidades de complementação de estudo já publicado pelo Escritório do Paraná, mas principalmente por vir a ser um elemento de grande utilidade ao BRDE.

5 — Diagnose do Setor Secundário da Região — atribuição que se deu ao Escritório do Paraná, no momento em adiantada fase de elaboração. A coleta dos elementos básicos publicados já foi concluída. Confeccionou-se inúmeras tabelas com indicadores e já se está desenvolvendo a sua devida análise, tanto dos aspectos de posição da Região no País, como aos relativos aos Estados na Região Extremo Sul.

INCENTIVOS À INDUSTRIALIZAÇÃO

O novo ritmo de industrialização do Estado em função da interferência direta do Governo, pode ser avaliado pelos números: somente nesses dois primeiros anos de administração, a CODEPAR aplicou na iniciativa privada NCr\$ 30.228.000,00 em 264 projetos industriais aprovados, enquanto em todos os anos anteriores foram investidos apenas NCr\$ 16.701.000,00 para 221 projetos aprovados. Isto significa que em 24 meses foram superadas as marcas dos quatro anos que precederam a atual administração, com um saldo de 43 indústrias a mais, prevenendo-se, conseqüentemente, um progresso acentuado no mecanismo de incentivo à industrialização do Paraná ao final do atual quinquênio.

As aplicações de recursos em financiamentos à iniciativa privada durante 1967, feitas pelo governo do Estado através da CODEPAR, elevaram-se a NCr\$ 13.740.508,38 (treze bilhões e setecentos e quarenta milhões de cruzeiros antigos) para a execução de dezenas de projetos industriais no Estado. A CODEPAR aplicou, também no ano passado, NCr\$ 21.117.037,47 (21 bilhões e cento e dezessete milhões de cruzeiros antigos) em inúmeras obras públicas, totalizando, portanto, quase 35 bilhões de cruzeiros antigos os recursos investidos por essa companhia de desenvolvimento estadual.

Com esse montante, sobem a NCr\$ 80.586.546,00 os recursos aplicados pela CODEPAR nos dois primeiros anos da atual administração. Somente para o setor privado da economia foram destinados NCr\$ 28.666.508,30, num esforço considerável para acelerar o ritmo de expansão industrial do Paraná. Os recursos destinados às empresas particulares provocaram inversões totais de cerca de 55 bilhões de cruzeiros antigos, com a

criação, nos empreendimentos realizados ou em execução, aproximadamente de cinco mil novos empregos.

Modificações

Nesse período de 24 meses, importantes modificações foram introduzidas nas normas operacionais da Companhia, a fim de aumentar substancialmente os incentivos aos investidores. Foram ampliadas as faixas de crédito, passando-se a apoiar atividades como a avicultura, indústrias de recuperação, padronização do milho para exportação, e ampliados os tetos de financiamento, passando a participação financeira da Companhia a atender até 60% das inversões totais ou até 70% dos investimentos fixos, com a introdução do crédito para o capital de trabalho para a produção.

A CODEPAR procedeu ainda a uma rebaixa nos encargos financeiros, passando a cobrar apenas 1,5% ao mês de juros e taxas para o dinheiro emprestado, os mais baixos do País.

Concluiu por outro lado, os atendimentos com o Grupo Executivo para a Racionalização da Cafeicultura para aplicação de recursos do IBC-GERCA em projetos industriais e obras públicas na região cafeeira do Estado. Cinco bilhões de cruzeiros antigos já foram destinados à pavimentação de três rodovias da região. O convênio assinado entre o IBC-GERCA e a CODEPAR prevê a aplicação, no primeiro ano de sua vigência, de 12 bilhões de cruzeiros antigos em financiamentos e projetos industriais e 15 bilhões em obras básicas de infra-estrutura, mas novas gestões estão sendo desenvolvidas para aumentar ainda mais as disponibilidades financeiras desse acôrdo.

No comêço dêste ano, a CODEPAR abriu uma linha de crédito para execução de projetos de reflorestamento e florestamento no Estado, até o limite de 70% das aplicações feitas e com o prazo de dois anos para resgate. Os financiamentos são concedidos somente a projetos aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e constituem uma antecipação de recursos aos interessados em usufruirem os benefícios da dedução do Impôsto de Renda para aplicação nessa atividade.

Reformas e Banco

Finalmente, foram concluídos os estudos para a reforma administrativa e operacional da Companhia e desenvolvidos vários trabalhos destinados à transformação da CODEPAR em banco de desenvolvimento. Por sua maior flexibilidade de atuação, pela ampliação das faixas de atendimento (inclusive a criação de uma carteira de crédito rural para apoio às atividades agropastoris), pela sua nova estrutura, que permitirá, através de um Departamento de Expansão, a captação de recursos externos, quer nacionais, quer de agências internacionais e estrangeiras de financiamento, para aumentar substancialmente a capacidade de investimentos na economia estadual.

Em 1967 a CODEPAR aprovou a concessão de financiamento a 102 projetos industriais, no montante de NCr\$ 11.908.000,00 (11 bilhões e novecentos e oito milhões de cruzeiros antigos). Os mais importantes projetos aprovados foram para a padronização de milho, permitindo aumentar a capacidade de preparação do produto nos padrões internacionais e incrementar sua exportação.

Como agente financeiro do FINAME, Agência Especial de Financiamento Industrial, a CODEPAR possibilitou, em 1967, a aplicação de recursos externos, daquele Fundo Federal, da ordem de NCr\$ 328.027,81, enquanto as aplicações de seus recursos próprios elevaram-se a NCr\$ 149.298,35, no programa de financiamento a máquinas, equipamentos e caminhões pesados.

As aplicações no Setor Público, em 1967, foram realizadas para a execução de obras nos seguintes setores:

Eletrificação	12.773.600,00
Transportes	1.295.000,00
Saneamento	928.000,00
Telecomunicações	2.590.000,00
Agricultura e	
Armazenamento	3.060.500,00
Secretaria da Fazenda ..	173.253,00

Outras Atividades

Além das aplicações em financiamentos aos setores público

e privado, a CODEPAR em 1967 iniciou um programa de descentralização, levando sua presença mais efetiva ao interior. Inaugurou uma série de seminários sobre problemas econômicos. Realizou os levantamentos industriais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Paranavaí e Apucarana. Para o desenvolvimento das municipalidades, realizou o Plano Diretor de Ponta Grossa e o diagnóstico preliminar e a contratação com firma especializada para a elaboração do plano de Londrina. Foi realizado também o estudo da viabilidade para a conclusão da Estrada de Ferro Central do Paraná e prosseguidos os vários trabalhos destinados ao aproveitamento de todas as potencialidades do Estado.

Metas para 1968

A instalação do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná é a principal meta do programa para 1968. Esse organismo se constituirá no principal instrumento do Governo do Estado para a execução da sua política econômica, tendo em vista que sua estrutura operacional permitirá uma atuação mais intensa e eficiente no apoio às atividades econômicas, bem como possibilitará desenvolver uma ação destinada a captar recursos externos a fim de aumentar a capacidade de investimentos no Estado.

Para concretizar essa meta, está sendo implantado novo organograma mais dinâmico e ultimados os trabalhos de implantação da nova estrutura administrativa e operacional da CODEPAR a fim de dar ao futuro banco uma organização compatível com as novas exigências do processo de desenvolvimento paranaense. Iniciada em fins de 1967, a descentralização da Companhia será ampliada em 1968, no sentido de manter-se um contato permanente com todas as regiões do Estado. A exemplo de Londrina, para onde a CODEPAR transferiu por quatro dias, em dezembro, sua sede, outras cidades-polos serão escolhidas para o amplo debate sobre a problemática do desenvolvimento e a solução dos problemas existentes.

Providências já foram tomadas para a dinamização e ampliação, em 1968, do Escritório Regional da Região Norte, em Londrina, enquanto o da Guanabara será adequado devida-

mente para uma atuação maior junto ao mundo econômico e financeiro e aos organismos federais.

Vários seminários sobre problemas da economia paranaense serão realizados, como ocorreu em dezembro, sobre oleaginosas, na cidade de Londrina. Ainda durante 1968 será pôsto em execução efetiva o programa de financiamentos às prefeituras para aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários, dentro do Plano de Motomecanização das Prefeituras.

Na parte financeira, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, cujo orçamento para aplicações em 1968 é de NCr\$ 25.691.000,00, serão destinados inteiramente para financiamentos à iniciativa privada. Além desses recursos, serão aplicados também os provenientes do convênio IBC/GERCA — CODEPAR, cujo montante já consignado é de 9 milhões de cruzeiros novos, dos quais 5 para obras rodoviárias, e já estão sendo desenvolvidas as gestões para a destinação de novos recursos desse acordo. Outro convênio deverá ser assinado, também com o IBC para a destinação de recursos do GERCA à construção de silos no Estado e a um programa da produção de sementes no valor de alguns bilhões de cruzeiros antigos.

Iniciados em 1967, os diagnósticos sobre a situação das empresas financiadas estão sendo concluídos. Esse trabalho tem permitido a curto prazo a solução dos problemas existentes em algumas empresas e, sobretudo, possibilitará a médio prazo, um conhecimento mais profundo do setor industrial da economia e suas possibilidades de expansão.

Todo esse programa deverá ser desenvolvido já dentro da organização do novo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, e o esforço será realizado no sentido da captação de recursos, para aumentar a capacidade de investimento, da implantação de indústrias de porte e de base a do desenvolvimento da indústria já existente.

III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

— P A I S —

Agora que já temos três Núcleos Sociais em pleno funcionamento, dois em fase final de construção — e mais 10 sendo projetados para funcionarem até 1970 — podemos afirmar com segurança que a filosofia de desenvolvimento social preconizada por este Governo através do PAIS, está consolidada. Agora não se trata mais de uma imagem a ser defendida. A filosofia do PAIS é uma realidade reconhecida em todo o Paraná e fora dêle.

Os resultados assinalados com os Núcleos Sociais de Vila Feliz, em Curitiba, os de Porecatu e União da Vitória, deram a consciência ao Governo que é possível dimensionar a problemática social do Paraná nêsse quinquênio. Quando estiverem instalados os 15 Núcleos previstos, 500 mil pessoas estarão sendo diretamente beneficiadas com o plano enquanto 1,5 milhão de outras estarão indiretamente sob sua influência. Cada Núcleo estará agindo sôbre 30 a 35 mil pessoas, exatamente o contingente demográfico médio de um município paranaense.

A Razão do PAIS

O Programa de Ação Integrada de Serviços — PAIS — comanda uma doutrina social ainda inédita no Brasil, sendo a experiência vitoriosa do Paraná um marco inédito. É um processo de integração recomendado pela ONU e já implantado nos Estados Unidos e alguns países da Europa. O Núcleo Social é o agente que procura obter o desenvolvimento e a organização sócio-econômica das comunidades sob sua área de influência mediante técnicas específicas de Ser-

viço Social e por meio de integração de todos os programas de serviços públicos e particulares existentes na região e, ainda, utilizando a infância como pólo do processo.

Para êsse fim, cada região escolhida é estudada por meio de pesquisa e diagnose sócio-econômica, dando-se especial atenção aos aspectos da educação, da saúde e sociais de sua população, permitindo, assim, a elaboração de um projeto de atuação conjunta dos diversos setores envolvidos no problema.

A participação da própria comunidade, tanto no levantamento como no tratamento dos seus problemas, é de transcendental importância e, para consegui-la, procura-se o equacionamento daqueles problemas no seu próprio meio, criando-se condições para a reunião e o debate entre todos os diretamente interessados na sua solução.

Os fatores citados podem ser assim resumidos:

- a) — desenvolvimento e organização sócio-econômico de comunidades;
- b) — enfoque básico nos problemas sociais, educacionais e sanitários da população;
- c) — a infância como elemento polarizador do investimento;
- d) — a participação da comunidade no processo.

Sinteticamente, o processo se realiza através de:

- a) — conhecimento da situação mediante pesquisa e diagnose;
- b) — elaboração de um Programa de Ação Integrada de Serviços em caráter regional;
- c) — implantação de uma coordenação daqueles serviços no local;
- d) — criação de uma unidade de atendimento à infância;
- e) — conseqüente e natural formação do Núcleo Social, integrado «in-fine» por todos os serviços organizados da região, públicos e particulares e, individualmente, pelos elementos da comunidade para execução daquele programa.

Teòricamente, uma vez realizados os trabalhos de caracterização da região escolhida e integrados os programas das diversas unidades de serviço, em função da definição das metas, pode-se proceder à instalação embrionária do Núcleo

Social, mediante a implantação da Coordenação e de, pelo menos, uma unidade de atendimento à infância pré-escolar.

Evidencia-se, dêste modo, o carácter do processo de atuação dos Núcleos Sociais dentro do PAIS: a infância obtém atendimento direto através de um sistema educacional que se inicia numa creche e prossegue na escola primária e secundária, recebendo ao longo do percurso o tratamento médico-sanitário e odontológico necessários, bem como a preparação sócio-profissional para seu encaminhamento na vida adulta. Trata-se, portanto, de um investimento direto e a longo prazo, a fim de dotar o Estado e a Sociedade de elementos mais úteis e capacitados.

Entretanto, o rendimento será pequeno e os resultados incertos, se o ambiente familiar em que esta infância vive, não receber a devida atenção e tratamento. A família é orientada e pode contar com os meios apropriados para elevar o seu padrão sócio-económico, educando-se e preparando-se para melhor usufruir dos recursos disponíveis. A medicina preventiva, a orientação familiar, o ensino técnico-profissional, a alfabetização dos adultos, etc., representam o investimento a médio prazo.

Finalmente, a comunidade de famílias da região recebe o tratamento que requer, mediante serviços de saneamento, educação de grupos, recreação, relacionamento social, equipamento urbano. Constitue, portanto, o investimento a curto prazo. Configura-se, desta forma, a extensão e a profundidade do trabalho que, pelo seu vulto e seu carácter não paternalista, necessita de conscientização dos elementos da comunidade para que se integrem no processo.

Criação de Serviços

É importante evidenciar que o PAIS não visa a criação de novos serviços mas tão somente a sua ordenação racional, sem assumi-los e nem geri-los. Não se pretende modificar a estrutura administrativa dos serviços integrados, mas apenas ligá-los dentro dos objetivos próprios de cada um, de modo a se obter mais rápida e proveitosamente melhores resultados. A integração é de Programas e não de Organismos. O diálogo sobre os problemas regionais entre os setores de execução dos

diversos serviços públicos em sua própria área de atuação, dará, necessariamente, um sentido mais autêntico à sua prestação e, permitindo que os problemas surjam da base, as soluções sejam as mais adequadas e facilitadas pelo esforço conjunto.

No plano global do PAIS considera-se o Estado do Paraná através de Regiões-Programa, sendo que cada uma admite uma ou mais sedes regionais. Em uma das sedes de cada Região-Programa deverá ser instalado um Núcleo Social em escala piloto, que servirá de base para a instalação das demais e o cobrimento de toda a região por meio de unidades auxiliares.

Canais de Comunicação

Para efeito de integração dos programas e de sua manutenção em regime de execução, a Assessoria Social do Governador se estrutura informalmente com os Assessôres do Secretário de Estado e de órgãos autônomos, estabelecendo os canais de comunicação necessários entre os organismos dentro do PAIS. Por outro lado, mantém uma equipe técnica própria que, isolada ou conjuntamente com os setores de execução, realiza os trabalhos de pesquisa e planejamento sócio-econômico regional, avalia a integração dos programas e o seu trabalho, articula-se com os setores técnicos para adequação dos projetos arquitetônicos, enfim, mantém a dinâmica do processo de desenvolvimento do Programa.

Torna-se evidente, outrossim, que desde que constem das programações de obras dos setores de Educação, de Saúde Pública e de Serviço Social, construções destinadas às unidades de serviço, poder-se-á elaborar um projeto arquitetônico unificado, visando, inclusive, a racionalizar o processo de construção com evidentes vantagens técnico-funcionais e econômicas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O ano de 1967 foi considerado talvez o mais profícuo do ensino paraense, com a construção de 2.862 novas salas de aulas — recorde absoluto no setor — dentro de cujo esforço se inclui o Plano de Emergência, com a construção, no início do ano, em 45 dias, de 458 salas de aula, além de outros empreendimentos, como sejam: a elaboração do Estatuto do Magistério, seguindo recomendação da UNESCO, projeto já encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado; a formulação de nova estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura e a execução de seu levantamento patrimonial; a nomeação de 3.600 novos professores normalistas e regionalistas, habilitadas em teste de seleção; a realização do concurso para provimento de cargos de professor de ensino médio licenciado, com 700 aprovados entre 1240 inscritos e a realização da matrícula provisória, em cumprimento a determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Através do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, deu-se prosseguimento às pesquisas para acompanhar as modificações introduzidas no curso primário sobre a extensão gradativa da escolaridade primária de quatro para seis séries anuais e a matrícula de crianças de seis anos de idade, permitindo colher uma soma considerável de observações para avaliação do rendimento escolar, análise das causas da evasão escolar e estudo compativo dos diversos anos.

A apreciação desses dados evidencia o crescimento da matrícula motivado pela reforma que permitiu o ingresso de crianças com seis anos na 1.ª série e o aumento das matrículas nas séries subseqüentes, levando a acreditar que um dos problemas mais sérios da escola primária, o da evasão escolar, gradativamente, vem sendo superado na Capital.

O levantamento do magistério primário e particular do Estado, objetivando uma relotação racional e técnica, revelou que em 1967 a matrícula no Estado ascendia a 825.913 alunos, dos quais 74.947 (9,6% do total) na Capital do Estado, conforme o quadro seguinte:

Entidade							
Mantenedora	Capital	%	Interior	%	Total	%	
Estadual	65.557	83	421.939	56	487.496	59	
Municipal	2.688	3	290.889	39	293.577	36	
Particular	10.995	14	33.845	5	44.840	5	
TOTAL	79.240	100	746.673	100	825.913	100	

Observações: Praticamente 60% da rede de ensino primário é mantida pelo Estado, representando um custeio em tórno de 46% do orçamento de 1967.

A matrícula geral, segundo as séries, se apresentou como revela o quadro abaixo, com a constatação do «estrangulamento» da 1ª série:

Séries	Capital	%	Interior	%	Total	%
1ª	22.840	31	352.955	47	375.795	46
2ª	15.262	20	152.028	21	167.210	21
3ª	14.803	20	116.964	16	131.767	16
4ª	14.869	20	77.573	10	92.442	11
5ª	7.096	9	23.449	3	30.545	4
Sem informação	77	—	19.571	3	19.820	2
TOTAL	74.947	100	742.720	100	817.667	100

Nesse quadro observa-se o mesmo fenômeno nacional, de grande concentração de crianças na 1ª série, decrescendo a medida que avançam as séries. A pouca freqüência de crianças na 5ª série é devida ao ingresso diretamente na 4ª série do curso ginásial, enquanto que o aumento da matrícula na 1ª série se deve, em parte, ao ingresso de crianças com seis anos

de idade, dentro da nova sistemática que aumenta as séries de quatro para seis.

Já conseguimos muito na Capital para reduzir o «estragulamento» da 1ª série, onde as crianças tem mais horas diárias de aula, maior número de professores e nível pedagógico melhor. Contudo, muito ainda é preciso fazer para corrigir os índices de repetência e de evasão escolar, resultante de causas múltiplas.

Quanto à distribuição dos professores a situação é a seguinte: num total de 35.046 professores, 71% são estaduais, 27% municipais e somente 2% particulares. Na Capital, 92% dos professores são mantidos pelo Estado, 2% pelo Município e 6% por entidades particulares. No interior, 68% são estaduais, 31% municipais e somente 1% particulares.

Quanto à formação pedagógica 35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. Das normalistas, 73% estão na Capital e 28% no interior; das regionalistas, 10% estão na Capital e 12% no interior; das sem habilitação 10% estão na Capital e 41% no interior, estando o restante sem informação.

Do total geral, 35% são normalistas de grau colegial e 12% de grau ginásial, concentrando a Capital 73% dos professores normalistas de grau colegial. Do número geral de professores, 1.296 estão adidos e 749 em licença.

Vários cursos de aperfeiçoamento foram realizados durante o ano de 1967, a saber: sobre conceitos modernos de matemática, com o objetivo de reduzir o índice de reprovações, a 4.710 professores; de orientação e técnica de alfabetização na Capital; sobre novas estruturas lingüísticas do português; sobre aperfeiçoamento em ciências físicas e naturais e sobre o corpo humano.

Na Capital já estamos adotando a experiência baseada na promoção automática dos alunos do curso primário, realizado conforme o rendimento escolar verificado através de provas diagnósticas.

Tendo em vista a necessidade de melhor redistribuição do conteúdo programático das diversas disciplinas do currículo escolar primário, para as escolas oficiais do Estado, revisou-se o «Programa de Ensino Primário do Paraná», o qual, numa

tiragem de 30.000 exemplares, está sendo distribuído aos professores.

Foi revisto e atualizado, principalmente na parte referente à matemática, o Manual do Professor Primário — Vol. I, para reedição. Igualmente, foi elaborado o volume III da série, encontrando-se no prelo, para tiragem de 40.000 exemplares. Para ser adotado em 1968, foi reorganizado o Boletim Escolar destinado às Casas e Grupos Escolares do Estado. Também está em elaboração a publicação «Atividades para Melhoria da Aprendizagem», atendendo solicitação de Diretores, Orientadores e Professores, visando maior rendimento qualitativo do ensino. Está em preparo a publicação sobre a Reforma do Ensino Primário.

A Divisão de Ensino Primário esteve presente aos dois «Encontros de Inspectores Regionais de Ensino», para o que levou orientação sobre vários assuntos.

De acordo com calendário previamente estabelecido, o Estado prestou assistência, através da pasta da Educação, às seguintes competições: XXVIII Campeonato Paranaense de Basketball, com 230 participante; Jogos Paranaenses Universitários de Calouros, com 16 entidades; Jogos Colegiais de Jacarèzinho, com 1.005 participantes; Jogos Colegiais de Ponta Grossa, com 780 atletas; Jogos Colegiais do Paraná, no qual competiram 1.560 estudantes; Jogos Abertos de Jacarèzinho, com 367 atletas; XI Jogos Abertos do Paraná e VII Concurso de Fanfarras Estudantis.

Pela primeira vez no Brasil, realizou-se no Paraná, em convênio, a VI Competições Estudantis Sul-Americanas, com a participação de três países e 243 atletas, bem como os XII Campeonato Aberto de Tênis e I Internacional.

No Serviço de Merenda Escolar estiveram inscritos, em 1967, 3.617 estabelecimentos, de 198 Municípios, com 494.375 escolares, dando uma média diária de refeições em torno de 228.000. Os recursos aplicados, em colaboração com a FUNDEPAR e a quota estadual do Salário-Educação, ascenderam a NCr\$ 312.539,41.

Cursos foram dados através de professores e supervisores de merenda escolar, sobre educação sanitária, técnicas de preparo da refeição escolar, formação de horas escolares e individuais, em entrosamento com a ACARPA. Em março do ano

passado foi igualmente comemorada a Semana da Alimentação Escolar.

Em 1967 verificaram-se 2.132 conclusões de cursos de Escolas Normais Ginásiais e 4.137 em Escolas Normais Colegiais do Estado, num total de 6.269 novas professoras.

Pela Divisão de Ensino Normal da SEC foram realizados diversos cursos de aperfeiçoamento de professores de Ensino Normal, Secundário de Ensino Normal, de aperfeiçoamento de professores de Geo-ciências, curso pós-colegiais e cursos de administração escolar.

Foram criados e entraram em funcionamento em 1967 onze novas Escolas Normais Ginásiais, e instalados dezessete Escolas Normais Colegiais, inclusive o funcionamento do Instituto de Educação de Maringá. Por sua vez, foram criados em 1967, para entrarem em funcionamento em 1968 vinte e duas Escolas Normais Colegiais e os Institutos de Educação de Paranaguá e Jacarèzinho.

O Govêrno prosseguiu na execução do programa de transformação das atuais Escolas Normais Ginásiais em cumprimento à resolução do Conselho Estadual de Educação.

Foram criados e autorizados a funcionar 10 novos Colégios Estaduais e 25 Ginásios.

No setor de ensino superior, o Govêrno promoveu curso de aperfeiçoamento didático de professores, destinado às regiões de Maringá, Apucarana e Paranavaí, curso de secretários, de Geografia Física e Geografia do Brasil (êste na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória): curso de bioquímica, destinado a alunos e professores da Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, além de estágios a bolsistas, participação em seminários e congressos e em excursões culturais.

Em 1967 foram concedidas 10.023 bolsas de estudos, parte dos quais em convênio com o Ministério de Educação e Cultura.

Através do Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação no Paraná — GEPLANEPAR — em 1967 foram recebidos recursos da ordem de NCr\$ 6.600 milhões, enquanto no período de 1965 a fevereiro de 1967 os recursos recebidos ascenderam a NCr\$ 3.200 milhões.

As aplicações em 1967 atingiram NCr\$ 6.860 milhões contra NCr\$ 2.600 milhões no período de 1965 a fevereiro de 1967.

No campo das atividades culturais, o Governo promoveu através do Teatro Guaíra a apresentação do III Curso de Música e Festival Internacional da Música (janeiro) para 4.788 espectadores: — o «Petit Theatre de Paris», de Marionetes, com 1.009 espectadores; as peças «Édipo-Rei» de Sófocles, pela Companhia Paulo Autran — Flávio Rangel, com 4.769 espectadores, «O Patinho Prêto», com 7.612 espectadores, «Terror e Miséria do II Reich», com 497 espectadores, «A Próxima Vítima», com 4.027 espectadores, «Prova dos Nove», «Os Corruptos», com 2.976 espectadores, «Nossa Cidade», «O Julgamento de Joana», com 2.916 espectadores, «A Criação do Mundo Segundo Ary Toledo», com 5.297 espectadores, «O Circo de Bonecos», com 6.224 espectadores, «Arena Contra Tiradentes», com 1.468 espectadores, «O Pecado Mortal», com 2.790 espectadores, «Mulher Zero Quilômetro», «Isso Devia Ser Proibido», com 1.325 espectadores, «Schweyk na II Guerra Mundial», com 5.762 espectadores, «Yerma», «Terra Morta», além do Festival de Danças Clássicas, Festival Folclórico e recitais.

Ao lado do seu movimento normal, a Biblioteca Pública promoveu várias exposições, sessões semanais de cinema, e homenagens póstumas a vultos paranaenses na passagem de seus centenários.

O Museu Paranaense acha-se instalado provisoriamente em edifício particular, enquanto aguarda a construção de suas novas instalações em terreno patrimonial.

Face à precariedade das instalações atuais suas atividades tem se limitado, quase que exclusivamente a conservação do acervo, constituído por mais de 80.000 peças, e à pesquisa nos setores básicos que o compõem.

SAÚDE PÚBLICA

Não se pode deixar de dizer que êsses dois anos foram os mais fecundos que já teve o Paraná em matéria de Saúde Pública. Evoluimos dezenas de anos. Ou melhor: fizemos um trabalho que se fôsse feito pelos métodos anteriores, demandaria décadas. Milhões de pessoas foram imunizadas contra as endemias que tantas vidas vinham ceifando em todo o Estado. O combate ao «barbeiro», varíola, esquistossomose e paralisia infantil, foram tomados pelo Governo, através da Secretaria de Saúde Pública, como um autêntico desafio. Da mesma maneira o combate à tuberculose foi renovado, com a inauguração de moderno Sanatório em Londrina e a utilização do sistema de aquisição de leitos hospitalares.

Doença de Chagas

O reconhecimento e o combate à doença pela luta contra os triatomíneos nas habitações, pelos inseticidas de ação prolongada (BHC a 30%) vêm sendo realizados no Paraná há muitos anos. Todavia, em 1967 foi atingido o «climax» de trabalho de tamanha envergadura, com o expurgo de mais de 430.000 prédios. O impulso dado a essa atividade em 1966, foi grandemente ultrapassado em 1967. Tal fato foi decorrente da soma de esforços de todos os órgãos da Secretaria de Saúde, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e Prefeituras Municipais.

A área chagásica do Paraná é extensa e vem sendo estudada desde 1953, nessa época pelo extinto Serviço Nacional de Malária. Os inquéritos sorológicos têm comprovado a gravidade da endemia chagásica. Os reconhecimentos exe-

cutados constatam a existência de «R. infestans» «inclusive infetados pelo «T. cruzi», em vários municípios anteriormente negativos. Eis porque foi dada prioridade à desinsetização de maior número de casas pelo BHC a 30%. A meta prevista foi amplamente ultrapassada. Das 204.570 habitações expurgadas em 1966, distribuídas em 64 municípios, atingiram-se 434.040 em 1967, em 92 municípios. Há a ressaltar que o expurgo para o combate ao «barbeiro» tem que ser realizado em três ciclos. Em muitos municípios já estão concluídos os terceiros ciclos, como por exemplo: Cambará, Florestópolis, Jaguariaíva, Jacarèzinho, Salto do Itararé, Andirá e Itambaracá.

Em 1967, a Secretaria de Saúde (em convênio com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural) contribuiu financeiramente, através do Fundo de Saúde, com veículos e BHC, adquirido com recursos oriundos do Instituto Brasileiro do Café (GERCA). O inquérito sorológico entre escolares de 10 a 15 anos, que foi iniciado em 1966 sob a orientação do Instituto Nacional de Endemias Rurais, teve prosseguimento em 1967. Do total de quase 15.000 reações realizadas, foram positivas para doenças de Chagas aproximadamente 600, dando um percentual de 3,9, havendo municípios onde êle se elevou a mais de 15% (Salto do Itararé — 15,2%; Japira — 15,3%; Guapirama — 21,3%). Convém esclarecer que o inquérito, feito sob forma de amostragem no território do Estado, atingiu municípios onde inexistiu o problema, o que fêz baixar o percentual médio.

Bastam os dados referidos para atentar a gravidade do problema no Paraná, que está a exigir dos poderes públicos tôda a atenção, tal como vem ocorrendo nos últimos anos. Um afrouxamento no programa ora em execução, significa perda do trabalho já realizado, com o aumento significativo, dentro em pouco, dos doentes irrecuperáveis, cujas lesões orgânicas graves e irreversíveis, os tornam verdadeiros marginalizados e pesos-mortos na sociedade.

Febre Amarela

Logo ao ser instalado, êste Govêrno teve que enfrentar um surto epidêmico de febre amarela silvestre na região Oeste

do Estado (Cascavel, Leônidas Marques, Toledo e outros municípios vizinhos), que tinha sido comprovado nos últimos dias de janeiro de 1966. A situação era de calamidade pública e urgiam medidas rigorosas. Foi aberto um crédito especial (Decreto nº 189 de 19-2-66) «ad-referendum» da Assembleia Legislativa, de 30 milhões de cruzeiros antigos, recursos que levaram a ser concretizada a maior campanha de vacinação anti-amarela até então realizada no Brasil. O Departamento Nacional de Endemias Rurais, por sua Circunscrição no Paraná, atuando integrado com a Secretaria de Saúde, além da ajuda ponderável das Prefeituras Municipais, vacinou em 1966 um total de 1.174.443 pessoas, das quais 380.263 na zona urbana e 798.180 na zona rural, residentes em 87 municípios. Em 1967 foram vacinadas 778.763 pessoas.

Está assim, o Paraná, com um total de quase 2 milhões de pessoas vacinadas contra a febre amarela, em pouco menos de dois anos de trabalho, o que se constitui recorde no Brasil. Foi um trabalho gigantesco e cujos resultados foram totalmente compensadores, pois debelou-se em 40 dias um surto epidêmico de febre amarela silvestre que ameaçava grande parte da população do Estado.

Esquistossomose

Prosseguiram em 1967 os trabalhos de combate a essa grave endemia. A Unidade de Estudos e Contrôles de Londrina, graças à nova orientação resultante de convênio assinado entre a Secretaria de Saúde, o Departamento Nacional de Endemias Rurais e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, passou a ser um Posto de combate à doença para todos os municípios situados no vale do rio Tibagi. A expansão dos trabalhos se fez sentir, com grandes benefícios para as populações da região. Foram realizados cadastros residenciais das localidades positivas, educação sanitária exames cronológicos (mais de 7.000) e tratamentos.

Combate à Tuberculose

Objetivando tornar mais efetiva e marcante a presença do Poder Público na solução de um dos mais sérios problemas de Saúde Pública, que é a tuberculose, a Secretaria de Saúde

procurou, através de atenção especial a êsse setor, estabelecer uma programática de trabalho visando modificar o aspecto epidemiológico da enfermidade, que em algumas áreas do território estadual se apresenta quase com características de estado endêmico. A dificuldade em poder promover assistência aos doentes, quer pela impossibilidade de montagem e manutenção de leitos hospitalares necessários ao atendimento do elevado número de crônicos, quer pela deficiência de ordem material e humana que impossibilita o atendimento nas áreas próximas à origem dos enfermos, levou aquêle órgão a ampliar a rede dispensarial e elevar o número de leitos para tuberculose, sem fugir dos fundamentos materiais que a conjuntura econômica tem imposto ao Paraná.

No setor hospitalar foi possível oferecer a serviço da população do Norte do Estado, o Sanatório de Londrina. Obra concluída e inaugurada em março de 1967 foi totalmente equipada, encontrando-se em regular funcionamento com um rendimento do mais elevado padrão técnico. Atuando como elemento «piloto» junto aos dispensários de tuberculose da região, o Sanatório de Londrina internou de maio a dezembro de 1967, 192 doentes da área de influência, razão de modificações profundas na rotina, esquema de triagem e internamentos dos serviços de tuberculose em nosso Estado. A excelência das instalações do Sanatório de Londrina e o elevado nível técnico do serviço ora desenvolvido naquele nosocômio, somados à oportunidade de ter, o Governo, contribuído para a satisfação de um antigo e justo anseio da população daquela região, constitui razão de orgulho para a atual administração.

Na ação dispensarial se destaca o andamento dos entendimentos entre as Prefeituras Municipais, Serviço Nacional de Tuberculose, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, Secretaria de Saúde, visando à criação e manutenção de unidades de Apucarana, Paranavaí, Cianorte, Umuarama, Cascavél, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Foz do Iguaçu, Santo Antônio Francisco Beltrão, Wenceslau Braz e União da Vitória. A instalação de algumas dessas unidades, cujas obras, adaptações e reparos se encontram em fase adiantada, está na dependência de recebimento do equipamento radiológico que está sendo importado pelo Governo.

Dispensários e Movimentação

Os dispensários atualmente em funcionamento são os seguintes: Central e «Manoel de Abreu», em Curitiba; Antonina, Paranaguá, Irati, Guarapuava, Pato Branco, Jacarèzinho, Londrina, Campo Mourão, Maringá e Ponta Grossa. E a movimentação de enfermos no ano de 1967 foi a seguinte:

Internamentos em 1967	1.294
Altas e Recuperações	937
Número de leitos ocupados	1.095
Doentes novos em dispensários	1.805
Doentes em tratamento em dispensários	5.549
Recursos dispendidos NCr\$ 822.757,01.	

Listeriose

Endemia até há pouco completamente desconhecida em nosso Estado, a listeriose foi identificada em dois casos provinidos do município de Palmital, por um professor da Universidade do Paraná. A Secretaria de Saúde propiciou de imediato àquele mestre e à sua equipe, condições para ser feito um levantamento na região referida, tendo sido comprovados, com exames laboratoriais, quase 30 casos, os quais foram medicados convenientemente pelo órgão.

Os trabalhos e as pesquisas estão prosseguindo sob a orientação daquele mesmo mestre, o professor Lisandro Santos Lima, ao qual estão sendo fornecidos os recursos necessários, já que a idéia é de que estamos diante de mais um problema de saúde pública, para o qual poucos têm dedicado atenção em nosso País.

Imunizações

Em 1967 foi efetivado no Paraná um intenso e extenso programa de vacinações, mórmente contra o tétano, difteria e varíola. A imunização contra o tétano e a difteria protegeu mais de um milhão de pessoas do grupo etário de 6 a 16 anos de idade, tendo participado dela, de maneira mais expressiva, a comunidade, através das professoras, senhoras da sociedade,

militares, clubes de serviço, igrejas, etc. Aplicada em três doses, foram utilizadas em alguns locais préviamente fixados, as pistolas injetoras cedidas em pequeno número pelo Departamento Nacional de Saúde.

Nos dois últimos meses de 1967 foi intensificada a vacinação antivariólica, em face da ocorrência de casos da doença em São Paulo e alguns municípios do Norte do Paraná. A vacinação intensiva contra a varíola nas estações rodoviárias das cidades principais, obteve êxito compensador. Graças a essa intensificação, foi possível vacinar contra a varíola no Paraná, em 1967, um total de mais de 1.100.000 pessoas.

Poliomielite e Raiva

A vacinação de crianças de 3 meses a 6 anos contra a poliomielite, com a vacina Sabin, prosseguiu rotineiramente em 1967, tendo sido, nos últimos meses do ano, providenciada a importação direta de 500.000 doses, já que foram deficientes as quantidades recebidas do Ministério da Saúde.

Para fazer frente ao sério problema da raiva humana no Estado, e considerando os obstáculos para manutenção de estoque de vacinas anti-rábicas humanas em todos os municípios, devido às dificuldades de conservação e validade do agente imunizante, a Secretaria de Saúde manteve entendimentos com o Instituto de Pesquisas Biológicas de Pôrto Alegre, graças aos quais foi possível concretizar um convênio para o fornecimento mensal de 2.500 doses de vacinas anti-rábicas liofilizadas. Com essa vacina, que está sendo recebida desde setembro último, tem sido possível manter estoque nas chefias de Distritos Sanitários, o que veio facilitar enormemente o pronto atendimento das pessoas mordidas por animais hidrófobos.

Alcoolismo

Atendendo a sugestão da Comissão Nacional de Entorpecentes, do Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Saúde colocou em funcionamento, em fins de novembro de 1967, um Centro de Recuperação de Alcoólatras, que é o quarto a se instalar no Brasil. Os outros três estão na Guanábara, Niterói e Pôrto Alegre. O objetivo de tal Centro é reabilitar o

alcoólatra, dando-lhe tratamento conveniente, a par da pesquisa social que é feita paralelamente, objetivando afastar os problemas responsáveis pelo vício da embriaguez. Espera-se, com isso, entrosar o órgão com instituições particulares que tenham por finalidade o combate ao alcoolismo.

Plano Integrado

Implantado em 1966, prosseguiu com êxito em 1967, o trabalho do Plano Integrado do Litoral, cujos resultados têm sido os mais proveitosos. A atuação conjunta da Secretaria de Saúde com o Departamento Nacional de Endemias Rurais e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública e com as Prefeituras dos municípios da Região, principalmente a de Paranaguá, tem dado resultados magníficos, especialmente no setor de higiene e saneamento. As melhorias obtidas sob êsse aspecto são encorajadoras, tendo havido, em certos locais, transformação radical e completa da situação anteriormente existente.

ESCOLA DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde vem mantendo a Escola de Saúde Pública do Paraná, tendo em vista o alcance e a necessidade de melhoria do seu pessoal. A referida Escola, que há 10 anos só realizava cursos em Curitiba, iniciou no interior do Estado vários cursos: dois de Auxiliar de Saneamento, em Pato Branco e União da Vitória, e outro de Visitador Sanitário. A Escola de Saúde pagou, ainda, bôlsas de estudos a 66 alunos matriculados nas seguintes escolas: a) de Enfermagem «Madre Leone» (9); b) Técnica de Enfermagem «Catarina Laboure» (25); c) de Auxiliares de Enfermagem «Mater Ter Admirabilis», de Londrina (20); d) de Auxiliares de Enfermagem «Dr. Caetano Munhoz da Rocha» (12). No momento, a Escola está diligenciando junto à Prefeitura Municipal de Curitiba para doação do imóvel sito à rua Edgard Stelfeld, onde mediante convênio funciona o Centro de Treinamento do Tarumã, para a conservação da sua sede.

DEPARTAMENTO DA CRIANÇA

Através das suas duas Divisões (a de Proteção Social e

a de Cooperação e Coordenação) o Departamento Estadual da Criança desenvolveu amplas atividades no atendimento ao binômio mãe-filho. O Departamento atendeu a 236 entidades assim distribuídas: a) na Capital — 22 Postos de Puericultura, 17 entidades sociais, 1 Maternidade e 2 Creches; b) no interior — 180 Postos de Puericultura, 13 entidades sociais, e 1 Núcleo Social Infantil (PAIS). Por outro lado, foram criados Postos de Puericultura nos seguintes municípios: Cerro Azul, Ibiporã, Icaraima, Kaloré, Maria Helena, Marumbi, Mirador, Pérola do Oeste, Ponta Grossa, Paulo VI, Rondon, Salto do Itararé, São José da Boa Vista. Na Capital: Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Pôsto de Puericultura Plínio Mattos Pessoa e Núcleo Social da Vila Feliz (PAIS).

Durante o ano de 1967 foram reorganizadas ou reestruturadas as seguintes entidades: Santa Casa de Londrina (ampliação dos Centros de Hidratação); Santa Casa de Maringá (ampl. dos Centros de Hidratação); reestruturação e reforma dos Postos de Puericultura de Amaporã, Mandaguacu, Mari-lândia, Palotina, União da Vitória, Pinhais, Bela Vista do Paraíso e Asilo São Vicente de Paula, da Lapa; no Hospital «César Pernetta» foi instalado Serviço Social, laboratório de análises clínicas, Raio X, biblioteca; foi equipada e passou a funcionar a nova ala de ambulatórios e a nova farmácia do hospital; instalada a rede interna de telefones, reformada a lavanderia e reformadas várias enfermarias. No Hospital «Victor do Amaral», além da reorganização e funcionamento do Banco de Leite Humano foram efetivadas as seguintes melhorias; pintura externa, instalação do pôsto de enfermagem, reforma completa do bloco cirúrgico com reposição total de instrumental e colocação de ar condicionado, reforma do berçário, reforma da sala de partos, reorganização do Banco de Sangue, aumento de 12 para 30 leitos de indigentes, aquisição de uma encubadora.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância «Sazza Lattes» com seus 21 postos instalados na Capital prestou inestimáveis benefícios à população. Os registros do Departamento Estadual da Criança indicam nos seus serviços de Pediatria e Pré-Natal, a ocorrência de 176.157 consultas e o fornecimento de 122.336 latas de leite durante o ano de 1967.

POLÍTICA HABITACIONAL

O problema habitacional paranaense, agravado com o saldo extraordinário de crescimento demográfico que levou nosso Estado à condição de «terceiro» em população no País, começou a preocupar sèriamente a atual administração, desde que foi instalada, em 1966. Os diagnósticos então existentes indicavam, desde logo, uma nítida tendência de urbanização da população paranaense, medida apta a se acentuar à medida em que sejam introduzidos processos de mecanização da lavoura ou que aumentem, nos centros urbanos, os incentivos à industrialização.

Até 1970, o Paraná deverá alcançar mais de 8 milhões de habitantes, e a lógica é que o índice de urbanização será ainda maior que êsse índice de crescimento.

Dentro dêsse pressuposto é que o Govêrno definiu a sua política habitacional em meados de 1966 e já agora, findo o biênio obteve a resposta de que o programa atenderá, realmente, aos seus objetivos.

Um total aproximado de 2.500 casas foram e estão sendo entregues à população da capital ou interior. A Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR — terá entregue, até abril, 2.249 habitações, a maioria das quais do esquema de casas populares. A CREDIMPAR — Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — em apenas cinco meses de funcionamento entregou 202 residências a paranaenses de 11 municípios. O trabalho até agora realizado ensejou aplicações da ordem de 7,5 bilhões antigos, sendo que 3 bilhões oriundos da COHAPAR (e convênios com o BNH) e 4,5 bilhões da CREDIMPAR.

TRABALHO DA COHAPAR

Com um capital social de 5 bilhões de cruzeiros antigos e

uma estrutura capaz de movimentar 40 bilhões anualmente, a COHAPAR é hoje a 1ª Companhia de Habitação do Extremo Sul, e uma das três maiores do País inteiro. A partir deste ano intensificará seu trabalho de financiamento de casas populares, numa área de aproximadamente 100 municípios e num plano que englobará a construção de mais 5.000 unidades até abril do ano vindouro.

De 172 casas entregues em 1966, quando iniciou efetivamente a execução do seu programa — com investimentos de 550 milhões antigos — passou a gerir em 1967, um volume de 2.170 residências espalhadas por todo o Estado. Em Curitiba foram entregues mais 26 casas no «Jardim Paranaense», 21 no Xaxim e 183 em bairros isolados; em Campo Mourão foram entregues 20 unidades; Jacarèzinho — 22; Londrina — 43; Maringá — 49; Cambé — 4; Rolândia — 92. Para entregar em abril encontram-se: Telêmaco Borba — 206 unidades; Nova Londrina — 50; Cidade Gaúcha — 50; Paranavaí — 212; Londrina — 228; Ribeirão Claro — 68; Maringá — 262; Clevelândia — 100; Jacarèzinho — 72; Curitiba — 500.

No momento, a COHAPAR está ultimando a parte técnica de mais 9 projetos que merecerão financiamento do Banco Nacional de Habitação, além de cêrca de 100 municípios interessados em habitações, cuja documentação já está sendo examinada e cujos projetos ingressarão no esquema de trabalho deste ano. A Companhia recebeu do BNH credencial de «Iniciador», o que lhe possibilitou a abertura de ampla frente de trabalho, inclusive no atendimento também às faixas médias da população. Essa condição propicia ainda a oportunidade de elaboração, pela Companhia, de «Cédulas Hipotecárias» já tendo sido emitido um total de NCr\$ 465.000,00.

AÇÃO DA CREDIMPAR

A Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — CREDIMPAR — foi montada com a finalidade essencial de desenvolver o setor habitacional básico na faixa dos rendimentos médios. Sua área de operações se concentra no financiamento de unidades residenciais, isoladas ou em condomínio, em valores desde 100 a 500 vezes o maior salário mínimo nacional; financiamentos a empresários que incorporem conjuntos resi-

denciais para venda; financiamento para conclusão de obras já iniciadas desde que tenham sido aplicados, até à concessão do crédito, pelo menos 25% do seu valor total; financiamento de habitações concluídas a menos de 180 dias e financiamento de imóveis residenciais com qualquer prazo de «habite-se» para aquisição por parte dos atuais inquilinos, uma vez que os mesmos nêle residam em período anterior a 31 de dezembro de 1966.

Sòmente nos cinco primeiros meses de funcionamento da CREDIMPAR foram atendidas 2.688 pessoas interessadas em financiamentos habitacionais, assim discriminados de acòrdo com os programas específicos:

Aquisição	1.637
Construção Singular	806
Constr. Condomínio	39
Conclusão	125
Empresário	83
	<hr/>
Total	2.688

No mesmo período, foi contratado o financiamento de 202 unidades habitacionais, representando um volume global de NCr\$ 4.452.782,61, distribuído por 11 localidades do Estado, assim discriminadas:

Curitiba	NCr\$ 4.037.889,11
Londrina	NCr\$ 236.400,08
Ponta Grossa	NCr\$ 27.644,32
Porecatu	NCr\$ 27.200,00
Ibaiti	NCr\$ 24.000,00
Maringá	NCr\$ 24.000,00
Apucarana	NCr\$ 22.642,50
S. A. Platina	NCr\$ 17.000,00
Paranavaí	NCr\$ 13.500,00
Rolândia	NCr\$ 13.000,00
Campo Largo	NCr\$ 9.506,60
	<hr/>
TOTAL	NCr\$ 4.452.782,61

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A atuação das administrações anteriores do Paraná no setor assistencial foi a de chamar a si, de forma crescente, a solução dos problemas, aumentando de ano para ano o número de internações e atendimentos. É bem recente a adoção de medidas mais racionais em que o Governo passa gradativamente da atuação de cunho paternalista para uma posição de elemento coordenador e supletivo das soluções, que cabem, cada vez mais, à comunidade onde afloram os problemas.

Mais de 22 500 pessoas foram atendidas pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social, em 1967, à procura de solução para os mais diversos problemas. O órgão encaminhou essas pessoas, obedecendo aos princípios estabelecidos pela política assistencial desta administração: integrar o indivíduo no seio social, procurando dar-lhe as condições básicas para que isso seja possível. Dentro desse sentido, desenvolveram-se atividades nas agências comunitárias formadas, como o Centro Social da Vila Guaíra, a Agência de Serviço Social do Tarumã, Agência de Santa Felicidade e, mais recentemente, os núcleos Sociais de Vila Feliz (Curitiba), de União da Vitória e de Porcatu, entidades hoje dirigidas dentro de uma concepção única, estabelecida pelo Programa de Ação Integrada de Serviços — PAIS.

Atendimento Direto

Não obstante essa política, o Departamento do Serviço Social da STAS deu atendimento direto a inúmeros casos, quando da comprovada urgência de solução do problema, quer prestando assistência, fornecendo medicamentos, gêneros alimentícios, ou providenciando internamento em hospitais e ins-

talações em albergues. Além do atendimento em geral, deve-se ressaltar os esforços desenvolvidos no amparo à velhice, através dos asilos, e no encaminhamento do problema do menor, equacionado pelo Instituto de Assistência ao Menor, que tem sob sua orientação todos os estabelecimentos especializados no setor.

Durante o ano de 1967, a Assistência Médica da STAS atendeu 5 463 casos, entre encaminhamentos, exames clínicos e de laboratórios, abreugrafias, clientes em tratamento na Seção de Obras, injeções e doentes infecto-contagiosos. O total de pessoas que receberam medicamentos foi de 4 202. A Seção de Internamento atendeu 14 723 casos, inclusive 888 procedentes de outros Estados. Foram internados 2 034, em hospitais, 854 em obras sociais e 6 620 receberam tratamentos em ambulatórios. Os encaminhamentos foram feitos, 3 968 à Divisão de Casos da STAS, 799 aos órgãos da Saúde Pública, a outros órgãos 403, e a albergues noturnos, com direito a cinco pernoites, 42 986. Por outro lado, foram realizadas 97 visitas domiciliares e 1 764 transportes de doentes.

A campanha de Repressão à Mendicância realizou, em 1967, 24 internamentos em obras sociais, 107 a outros recursos da comunidade e, em atendimentos e orientações, 149. Dêsses totais, 184 retornaram a seus lugares de origem.

A Assistência Judiciária atendeu a um total de 10 120 consultas, processos e triagem, ajuizou 504 ações e realizou 104 acordos. Esse atendimento exigiu também que fôssem feitas 96 viagens ao interior.

No setor de auxílios, foram fornecidas 1966 peças de roupas, 2 195 cobertores, 194 colchões, 111 camas, 788 pares de calçados, e tecido para confeccionar 2 572 metros de roupa e utensílios domésticos. A verba para alimentação consumiu mais de 200 mil cruzeiros novos. Os auxílios funerários somaram NCr\$ 7.633,22. Os auxílios concedidos pela verba de transporte foram de NCr\$ 102 862,28; em hospitalização, NCr\$ 28 462,25 e em assistência social geral NCr\$ 38 487,30. A Seção de Suprimento teve uma despesa de NCr\$ 437 mil em auxílios em gêneros e outros, para atendimento de clientes da Divisão de Casos, o Serviço de Tuberculose e da Lepra (SSP) e às Obras Sociais da Divisão de Organização e Desenvolvimento da Comunidade.

O Centro Social da STAS procura motivar e despertar nas

senhoras, moças e adolescentes de cada núcleo comunitário, o gôsto em aperfeiçoar ou adquirir novos conhecimentos de Educação Familiar e Educação Doméstica. Em 1967 foram realizados cursos de Corte e Costura, Bordado, Tricô e o Curso Básico de Economia Doméstica, de acôrdo com a procura e o interesse manifestados.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO

Outro aspecto assistencial dos mais valiosos é o levado a efeito pelo Departamento de Trabalho da STAS, que em 1967 colocou 2 306 trabalhadores entre 5 002 inscritos. Ressalte-se que dêsse total apenas 1 527 eram trabalhadores qualificados e 3 475 não gozavam dessa condição. Foram atendidas, ainda 1 201 solicitações de mão-de-obra, 1 013 consultas a emprêsas e fornecidas 114 fotografias. Dando ênfase à experiência em curso do funcionamento de uma Assessoria do Comércio Exterior — ACEX, a STAS conseguiu, por seu intermédio, mercado externo para 35 firmas do Paraná, com pauta de exportação diversificada, demonstrando que o nosso Estado não tem só madeira, mate e café para oferecer. Hoje, exportamos desde subprodutos de algodão até botijões para acondicionamento de gás. A Assistência aos inventores é prestada na formação de processos para a obtenção de registro de patente na Delegacia do Ministério de Indústria e Comércio de Curitiba.

Por outro lado, o setor de Higiene e Segurança do Trabalho da STAS, que tem funções supletivas às de sua congênere da Delegacia Regional do Trabalho, se impôs no meio empresarial paranaense, a quem vem prestando ampla assistência e orientação, atulamente, depois de quase inexistir por praticamente 15 anos. Dentre o trabalho de orientação, computou 22 mil fichas de acidentes de trabalho das 33.000 apuradas pela DRT e companhias seguradoras, alcançando um levantamento real dos tipos e incidência dos acidentes que ocorrem no Estado. A análise dêstes acidentes, segundo os agentes causadores, demonstra que 77% dêles decorrem de causas humanas, os outros 23% pode-se dizer que decorreram de causas mecânicas. O resultado diz bem da importância de implantação do setor de Higiene e Segurança do Trabalho na STAS,

cujo trabalho atual vem merecendo repercussão em outros Estados, pelo seu pioneirismo e atuação. Em 1967, o setor realizou seis Encontros com as CIPAs do Paraná, um a cada dois meses. Distribuiu a tôdas as CIPAs o plano da campanha educativa para a prevenção de acidentes; participou do Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes; promoveu, em colaboração com a DRT, a Semana Nacional de Prevenção de Acidentes; com 10 visitas a indústrias e 10 conferências, formou um grupo de voluntários para estudo e orientação, além da preparação de subprograma específico de Prevenção; constituiu, ainda 21 novas CIPAs em 1967, e propiciou assistência a 16 empresas cujas CIPAs estão em formação.

ASSISTÊNCIA AO MENOR

O Instituto de Assistência ao Menor vem atuando dentro das mais modernas técnicas na execução da sua política de assistência ao menor, e com vistas, ainda, à formação de um sistema de proteção que atinja todos os quadrantes do Estado. Daí vir encontrando a melhor receptividade o trabalho que ora realiza, entrosado com o Juizado de Menores e com as entidades públicas e particulares afins. Visando a preencher algumas lacunas encontradas desde a sua implantação, o IAM incluiu em seu atual programa de ação a criação de Escolas de Nível Primário voltadas para o Trabalho, em regime de semi-internato, com a construção de escolas em municípios providos de recursos, como Maringá, Londrina, Paranaguá e outros. Ainda dentro dessa problemática, vem sendo cuidada, pormenorizadamente, da possibilidade de funcionamento da Agência de Serviço Social de Menores em Londrina, já tendo elaborado o projeto de regulamento. O IAM entrou também em entendimentos com a Secretaria de Segurança Pública no sentido de ser transferida aos seus cuidados a Escola Professor Queiroz Filho, para passar à alçada educacional, assistencial e jurídica, o que atual é mantido na alçada policial, chamando a si o problema. Da mesma forma, defende o IAM a conveniência da extinção da Delegacia de Proteção ao Menor, tomando-lhe a incumbência, muito embora o acréscimo de ônus de responsabilidade que lhe vai recair, paralelamente aos novos encargos que representa.

Um dos maiores empenhos do IAM, agora tem sido também o de criar uma nova mentalidade assistencial junto ao público, entrosá-lo na solução do problema do menor abandonado do Paraná, no ambiente geográfico-social onde se origina o mesmo para que éste se resolva por iniciativa da própria comunidade.

O IAM procura suprir, em seus estabelecimentos, na medida do possível, com o auxílio de pessoal não só especializado, mas acima de tudo com compreensão e vivência do problema — a falta do lar — que tão negativas conseqüências traz à formação do menor. O trabalho é feito também e principalmente no sentido da formação profissional do menor, propiciando-lhe estudo e o aprendizado nas oficinas próprias dos estabelecimentos do Instituto. Cumpre ressaltar, nesse aspecto, a recente conclusão do curso ginásial, por 16 anos do Centro de Formação Profissional de Menores de Campo Comprido, a matrícula de 31 menores nos cursos de restaurante-escola e mais 3 nos de balconista, realizados pelo SENAC; de 10 menores na Escola de Grumetes da Marinha e mais 10 no Núcleo de Pára-quedaistas da Guanabara; a aprovação de um menor no vestibular do Curso de Eletrônica da Escola Técnica de Curitiba.

No campo assistencial, o setor de recepção e encaminhamento atendeu 3.438 menores, no de verificação e acompanhamento, 2.575 e no de visitas domiciliares e estudos atendeu 11.379 casos; atendeu ainda 1.543 egressos e o setor de colocação familiar procedeu a 2.129 atendimentos. Os auxílios monetários se estenderam a 2.118 menores, no montante de NCr\$ 54.167,97. A movimentação nas unidades sociais foi de 7.030 menores e as consultas médicas somaram 16.091 no decorrer do exercício; os curativos totalizaram 34.952, foram aplicadas 17.116 injeções, ocupados 8.082 leitos-isolamentos, procedidos 3.569 exames complementares e encaminhados 1.150 menores para tratamentos em outros órgãos. O setor odontológico, por sua vez, realizou 19.663 atendimentos.

Destaque-se, também, o importante trabalho realizado no campo educacional-recreativo, com a formação de uma banda de música para a Casa do Menor Trabalhador (Vigilantes Mirins), integrada por 40 menores internos; e a organização do plano de recreação dirigida para temporada de praia, com en-

contros preparatórios, assistência de orientador educacional especializado, plano aplicado com resultado em Guaratuba, para onde são levados, sucessivamente, os menores assistidos do IAM, de ambos os sexos. Foi instituído, além disso, e pôsto em funcionamento, um curso intensivo de Atividades Gerais de Escritório para preparação e aprimoramento dos menores assistidos, objetivando sua integração nas atividades do Comércio e Indústria.

ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO

Elevou-se para 324.295 o número de atendimentos médicos proporcionado pelo Instituto de Previdência do Estado, em 1967, ou seja, uma diferença a mais de quase 100 mil atendimentos sôbre o ano de 1966, quando então apenas 222.688 atendimentos foram prestados aos servidores estaduais. A ampliação da parte de Assistência médica do IPE, em tão grande proporção, deve-se à extensão dos serviços previdenciários a todo o interior do Estado, através de 10 agências instaladas em Ponta Grossa, Londrina, Guarapuava, Jacarèzinho, União da Vitória, Pato Branco, Ibaiti, Paranaguá, Apucarana e São José dos Pinhais. Outras agências também já estão em funcionamento, porém ainda em período experimental. Tôdas elas representam já uma substancial parcela do esforço da administração no sentido de levar a assistência presidencial aos servidores de todo o Paraná.

Contribuiu também para o aumento de atendimento, a simplificação no sistema de inscrições: anteriormente, a inscrição era feita através do preenchimento de seis formulários, agora substituídos por uma única ficha. Espera, com isso o IPE ampliar e dinamizar mais ainda a assistência e a previdência aos seus beneficiários e dependentes. Outras medidas vêm em apoio daquela, como o pagamento dos pensionistas através da rede bancária; a implantação do Seguro Contra Fogo e obrigação imobiliária, de responsabilidade do IPE o plano habitacional do DAC; o reajustamento de pensões de acôrdo com a obrigação constitucional; a vitalização das inscrições na Carteira dos Serventuários da Justiça, pela obrigatoriedade da contribuição também imposta pela lei constitucional.

A Divisão de Empréstimos Simples do Instituto aplicou um

montante de NCr\$ 175 099,57, apenas em empréstimos hospitalares, atendendo a 1 555 funcionários. Já a Divisão de Empréstimos Hipotecários aplicou a soma de NCr\$ 1 836 099,57, atendendo a 189 empréstimos para construção ou aquisição de casa própria, no total de NCr\$ 1 512 400,00 e média de NCr\$ 8.002,12 por empréstimo; a 62 empréstimos para conclusão de obras, no total de NCr\$ 142 600,00 e média de NCr\$ 2 300,00; e a uma indenização (seguro contra fogo), no valor de seis mil cruzeiros novos.

No corrente ano, o empréstimo hipotecário desaparecerá, uma vez que o Instituto vai operar em convênio com o Plano Nacional de Habitação, tendo para isso adquirido uma área de aproximadamente um alqueire em Santa Quitéria onde serão construídos 426 apartamentos em um conjunto residencial.

Dentre as principais realizações do Departamento de Assistência Médica, finalmente, destacam-se: instalação de plantão permanente, atendendo 24 horas por dia; ampliação dos consultórios médicos do ambulatório; criação do Centro de Estudos Médicos, para aprimorar a assistência em favor dos segurados; reequipamento de várias unidades médicas do Departamento de Assistência.

ASSISTÊNCIA SOCIAL RURAL

A assistência social ao homem do campo, embora encarada em conjunto, ganhou acentuada ação através do trabalho executado pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. A educação de base e a assistência social direta, foram as diretrizes adotadas visando o aumento dos níveis de vida da população rural paranaense.

Dentre as primeiras providências tomadas no campo de atuação, figura o estabelecimento de Convênios com Prefeituras Municipais e Entidades atuantes na área rural, mediante os quais, estas ficariam encarregadas da manutenção de viaturas da Fundação, que prestam serviços em seus municípios. Por outro lado, novas sedes para as equipes municipais foram conseguidas, em próprios estaduais ou municipais, não mais acarretando ônus para a Fundação. Desta forma, foram reduzidos consideravelmente, os gastos que vinham se elevando dia a dia.

Reestruturado o trabalho existente, passou-se a uma nova atuação e de maior vulto, como resultado do Convênio firmado entre a FATR e a Secretaria de Saúde Pública, paralelamente com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, atividade que carregou para a Fundação um movimento de vulto, constituindo-se no ponto máximo da atual gestão. Nada menos que vinte viaturas da Fundação passaram a percorrer tôdas as estradas da região Norte do Estado, conduzindo elementos capacitados, dentro da gigantesca campanha de combate à doença de Chagas e a esquistossomose, na batalha encetada para debelar êstes terríveis males que tão intensamente assolam nosso território.

Para dar cumprimento a outro aspecto do convênio, a FATR percorre dezenas de municípios, assentando as bases locais e firmando convênios com Santas Casas e Hospitais, mediante os quais êstes passaram a receber quotas mensais, para manutenção de leitos destinados a lavradores desprovidos de recursos. Com cinco ambulâncias e uma Kombi com gabinete odontológico, a FATR atua com equipes móveis de saúde pública, em municípios estrategicamente delimitados e que têm ação sôbre área de aproximadamente 40 municípios. Estas equipes atenderão, ainda, serviços de educação sanitária e saneamento, postos de Puericultura e Higiene, oferecendo ao homem do campo e das comunidades rurais os recursos indispensáveis para uma boa saúde. Durante 1967, 88.408 pessoas foram atendidas pelo serviço médico da FATR, totalizando 127.397 atendimentos; 62.790 pessoas atendidas pelo serviço odontológico; o setor de endemias rurais atendeu a 199.839 pessoas, em cursos, vacinações e postos de trabalho, desenvolvendo 16.382 horas. O setor de técnicas agrícolas realizou 35 palestras, com freqüência de 1.643 pessoas e fêz 112 demonstrações de métodos. O serviço jurídico atendeu 783 processos na capital e 516 em Londrina, abrangendo 111 municípios.

A Fundação participou ativamente, em convênios com outros órgãos como a Saúde Pública e DNERu, tendo, no combate à Doença de Chagas, coberto 94 municípios em 1967, totalizando 434.040 residências desinsetizadas.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

Trabalhando em estreito contato com o IBRA e o INDA, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração prosseguiu, nesse último ano, a política iniciada a partir de 1966, objetivando a recolonização de uma área aproximada de 140.000 alqueires na Faixa de Fronteira, enquanto incrementa o reflorestamento nas áreas de sua jurisdição.

Grande empenho tem sido dado, também, ao problema da eletrificação rural. Nesse sentido, a Fundação, em colaboração com o DAEE, já procedeu aos Estudos para aproveitamento de um salto no Rio Potunan com capacidade de 100 KVA aproximadamente, devendo êste ano serem iniciadas as obras de uma pequena barragem e um canal de 250 metros. A turbina, gerador e casa de força, serão fornecidos pelo DAEE.

A FPCI construiu 3.700 metros de estradas de penetração com início na PR-116 e concluiu, em convênio com o INDA, um trecho de 15,7 quilômetros ligando Marquês de Abrantes ao Rodeio. Conservou 22 quilômetros, retificou 10 outros e ensaihou 13.600 metros.

No momento, a Fundação estuda a elaboração de um convênio com a Escola de Florestas, para execução de amplo programa de reflorestamento nas áreas onde atua. Enquanto isso, mais de 5 mil mudas de «pinus» estão sendo submetidas a testes para posterior implantação. Seus engenheiros agrônomos, presentes e assistindo aos colonos no que diz respeito às derrubadas para o plantio, construíram nesse período seis fornos para a produção de carvão cujos resultados têm sido satisfatórios, porque representa mais uma fonte de rendas para o pequeno rurícola.

Durante o exercício de 1967, foram medidos e demarcados 14.251 hectares, num serviço cujo valor ascende a 27 milhões

de cruzeiros antigos. Os setores de assistência técnica da Fundação promoveram a instalação de rede de água para o abastecimento dos moradores do Núcleo João XXIII; os de saúde registraram ali 3 intervenções cirúrgicas, 150 consultas, 20 tratamentos diversos, 5 internamentos, 150 vacinações e 4 partos.

A transmissão de conhecimentos técnicos sobre métodos e práticas agropecuárias também foi motivo de grande empenho da Fundação. No setor educacional registrou-se a construção de uma escola no Núcleo João XXIII.

AÇÃO DO DGTC

Agora que se completaram dois anos deste Governo já se pode afirmar com segurança que está praticamente erradicada a disputa pela terra no Paraná. O Departamento de Geografia, Terras e Colonização vem atuando como verdadeiro mediador do Estado, com extraordinários resultados no setor de partilha de terras. Somente no ano passado, este trabalho ensejou benefícios a 2.490 famílias de pequenos posseiros, num total efetivo de 12.800 pessoas. Isto foi possível mediante a formulação de acordos sobre terras em litígio, pela intervenção do Governo nas disputas para o restabelecimento da legitimação das propriedades e a garantia da paz social em regiões permanentemente assoladas por problemas dessa natureza.

Nada menos que 27.635,75 hectares de terras foram entregues a 1.383 famílias rurais pelo DGTC, nas Colônias «Fartura», «Baia», «Rio Verde», «Sununun» e «Paranavaí», exigindo inversões da ordem de NCr\$ 1.580.890,40, a título de indenização. Outros acordos encontram-se em fase de conclusão e se relacionam a uma área de 34.103,20 hectares, nas «Colônia da FPCI» e «Peruíbe», que atenderão a 1.116 famílias. Boa parte desses casos, situados na faixa de fronteira, estão sendo conduzidos em comum com o IBRA. Prepara-se agora o DGTC para começar a titulação de terras devolutas aos legítimos posseiros, em larga escala e com toda a segurança. As bases para essa distribuição estão sendo formuladas através de um serviço geral de cadastramento que realiza em regiões consideradas prioritárias.

Mapeamento

Tendo em vista a importância do setor de Geografia como instrumento de uso imprescindível para a elaboração de projetos técnicos de desenvolvimento econômico, o DGTC está compondo um novo mapa do Estado com base cartográfica, o primeiro a ser feito no País. Ativou, por outro lado, o mapeamento das áreas parciais do Estado, em convênio com o Conselho Nacional de Geografia, além de contribuir intensamente para a demarcação das divisas intermunicipais, pois, face à nova política tributária instituindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, houve um interesse maior das Prefeituras em demarcar com exatidão os limites municipais. Outros trabalhos de envergadura do DGTC no setor geográfico são: Atlas do Estado, que tem em fase de elaboração final os estudos relativos ao clima, relevo, hidrografia e regiões naturais; elaboração de 131 Cartas Municipais para orientação dos municípios no planejamento de estradas, escolha de locais para escolas públicas, cadastro territorial rural, etc.; elaboração de mapa Plano-altimétrico na escala 1:50.000 do «Imóvel Chopin» constantes de situação geográfica, vias de comunicação, divisas intermunicipais, clima e classificação de vegetação; elaboração de trabalho ilustrado das Micro-Regiões Homogêneas, apresentado ao IPEA do Ministério do Planejamento e ao Instituto Brasileiro de Geografia.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Os dois últimos meses de 1967 serviram ao Governo para o estabelecimento das bases de um movimento de positivos resultados para o Paraná: trata-se da campanha desencadeada em todo o Estado objetivando elevar o número de eleitores paranaenses à casa dos dois milhões. A finalidade desse trabalho não se restringe apenas ao sentido político-eleitoreiro. Busca com essa fórmula, o Governo do Paraná, emprestar um sentido de justiça política à posição econômica que já desfruta com privilégio no consenso nacional, o nosso Estado. E enquanto se fortalece a posição paranaense pela capacidade de se pronunciar com mais vigor nas decisões nacionais, corrige-se uma imperfeição de urgente erradicação: verificou-se que a média nacional de eleitores em relação à população, é de 24,64%, enquanto o Paraná figura com um percentual abaixo dessa média, da ordem de 21,84%, o que nos coloca em posição nada animadora ou elogiativa, pois é sabido que nossas possibilidades indicam muito mais.

Se observarmos, por exemplo, que o Estado da Guanabara tem 34,08% de sua população habilitada a votar e que mesmo Santa Catarina tem um índice de eleitores de 27,98% podemos desde logo concluir que o nosso eleitorado tem uma capacidade de aumento considerável e que não será demais de sejar-se uma meta de dois milhões de votantes.

Para a execução dessa campanha, a cargo da Secretaria do Interior e Justiça, o Governo contou e está contando com a participação irrestrita de todos os Podêres do Estado, partidos políticos e prefeitos municipais. Estes chegam a incluir, nos seus orçamentos para este ano, recursos financeiros específicos para a tarefa de aumento de eleitorado. O único óbice de natureza legal, era a multa cominada pelo artigo 8º do Código Eleitoral

e que incidia sôbre os maiores de 18 anos, alfabetizados e não inscritos como eleitores.

Quanto a isso, o Govêrno pleiteou junto ao presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, a suspensão temporária dessa penalidade, sendo prontamente atendido. A sugestão foi transformada em projeto de lei que, enviado ao Congresso Nacional, obteve aprovação quase imediata. Dessa maneira aquela multa está suspensa até 7 de agôsto dêste ano, época em que será encerrada a campanha, esperando-se até lá alcançar os objetivos visados.

A Secretaria do Interior e Justiça participou pela primeira vez, em 1967, das comemorações alusivas ao aniversário da Organização das Nações Unidas, promovendo cerimônia cívica realizada no auditório da Associação Comercial do Paraná e ainda patrocinando edição da Carta Universal dos Direitos do Homem. Em São Paulo, a SIJ participou de reuniões convocadas pela entidade similar, e opinou sôbre o anteprojeto de Lei Orgânica dos Municípios daquele Estado. Ao projeto paranaense de Lei Orgânica dos Municípios, elaborado pelo DATM, aquela Secretaria, graças à experiência do anterior, sugeriu vinte e uma emendas.

Naturalizações

A decisão do presidente da República de delegar podêres ao seu Ministro da Justiça, para firmar títulos de naturalizações aos estrangeiros aqui radicados, veio facilitar grandemente o trabalho nesse sentido afeto à Secretaria do Interior e Justiça. Apenas em 1967, a Secretaria encaminhou aos órgãos competentes, do Ministério da Justiça, 1.033 processos de naturalização. Ingressaram naquela Pasta, 255 processos no correr daquele ano, enquanto 296 aguardavam cumprimento de exigências legais; 296 eram encaminhados à Secretaria de Segurança; 680 Certificados de naturalização eram inscritos em livros próprios e 683 eram encaminhados aos Juizes das Comarcas.

IMPrensa OFICIAL

Com a adoção de métodos racionais de trabalho, de refle-

xos altamente positivos nos custos da produção, o Departamento de Imprensa Oficial do Estado colheu os mais auspiciosos resultados no exercício de 1967, pela perfeita harmonia em relação às exigências da administração, e pelo volume sempre maior dos impressos para uso geral do serviço público, e, pelo seu próprio crescimento. O Departamento registrou, nesse período, um movimento superior a 1 bilhão de cruzeiros antigos de receita, verificando-se na execução orçamentária um saldo positivo de NCr\$ 76.873,56.

Eis a evolução da receita da Imprensa Oficial em 1967:

Diários	NCr\$	40.850,82
Assinatura	NCr\$	52.027,21
Publicações	NCr\$	607.142,99
Impressos	NCr\$	391.702,42
		<hr/>
Total da receita	NCr\$	1.091.723,44

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

As relações entre o Executivo e o Judiciário nesses dois anos de Governo têm se revestido da maior cordialidade e compreensão. No biênio 1966/67, sob a supervisão direta do Tribunal de Justiça e demais órgãos da administração judiciária, foram construídos e devidamente mobiliados, foruns nas comarcas de Assaí, Uraí, Peabiru, Nova Esperança, Rolândia, Astorga e Jaguapitã, dentro de um programa que objetiva dotar a magistratura estadual dos meios materiais indispensáveis à perfeita consecução das suas finalidades.

Em 1967 o Ministério Público pleiteou e o Governo concedeu, por achar justo, o aumento do número de Desembargadores do Tribunal de Justiça para 20, o que muito contribuiu para o desfôgo do serviço afeto à nossa mais alta côrte judiciária. E com a instalação pelo Poder Judiciário, na forma da lei, das novas comarcas de Terra Rica, Cândido de Abreu, Capanema, Nova Fátima e Santa Mariana, foram providas as Promotorias respectivas, ou por força de remoções legalmente estabelecidas, ou por meio de promoções na carreira e, finalmente, pela nomeação de interinos.

A Procuradoria Geral do Estado empenhou-se no apri-
mo-

ramento técnico-funcional dos seus integrantes, realizando Seminários Regionais do Ministério Público. Dos Seminários foram realizados, um em Cascavel e outro em Arapongas, com significativo aproveitamento de todos os procuradores e promotores que dêles participaram. Por outro lado, funcionou com absoluta regularidade o «Curso de Formação de Estagiários do Ministério Público» destinado aos acadêmicos dos 4º e 5º anos das Faculdades de Direito estabelecidas em Curitiba e aos bacharéis recém formados e devidamente inscritos na Ordem dos Advogados. O referido Curso, que despertou grande interesse nos meios universitários locais, teve um registro de inscrições de nada menos que 100 candidatos.

Foram ainda realizados, — e isto sem qualquer ônus para o erário estadual dois «Encontros de Férias do Ministério Público» destinados a um maior conagraçamento de procuradores, curadores, promotores, substitutos e estagiários, com diálogos construtivos sôbre o aprimoramento jurídico dos integrantes da instituição. Os gabinetes das Promotorias na comarcas do interior foram devidamente mobiliados, tendo sido encaminhados aos inúmeros foruns, mobiliário completo.

A lei estadual nº 5.302, de 25 de abril de 1966, criou, na carreira do Ministério Público, os cargos de oitavo, nono e décimo Subprocuradores e os cargos de primeiro, segundo e terceiro Advogados de Ofício de entrância especial, destinados, os últimos, ao amparo, na Comarca de Curitiba, dos réus economicamente desprotegidos, na forma da regra constitucional sôbre assistência judiciária a cargo dos Estados. E a lei estadual nº 5.651, de 4 de outubro de 1967, fixou os vencimentos dos membros do Ministério Público em valores mensais mais compatíveis com as reais necessidades e o trabalho que presta aquela categoria ao Estado.

Em 1967 a Procuradoria Geral do Estado protolou 4.150 expedientes, exarou 2.300 pareceres; e o Conselho Superior do Ministério Público solenizou 54 sessões examinando expedientes ou processos que lhe foram encaminhados, na forma da lei.

SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado do Paraná se apresenta hoje tranqüilo e con-

ficante. Não há o que temer, nada ameaçam a ordem interna. A Secretaria de Segurança Pública, não obstante a presença de defeitos decorrentes de uma estrutura já obsoleta diante do crescimento demográfico e conseqüente das suas próprias responsabilidades, realizou um trabalho de profundas reformas que já agora indicam resultados que reforçam as afirmações de que no Paraná tudo está em paz.

O combate ao enriquecimento ilícito e o aperfeiçoamento do pessoal responsável pela segurança da população foram tratados com empenho por aquela Pasta no biênio que passou.

Vale destacar o empenho da administração policial no combate às contravenções penais, especialmente a denominada «jôgo do bicho», cujo poder de corrupção impõe vigilância constante, para evitar o comprometimento da honrabilidade do Govêrno. A Polícia Civil, coordenando a ação da Guarda Civil e a Escola de Polícia, com atribuição principal de polícia judiciária teve destacado esforço na prevenção, repressão e apuração das infrações penais.

Mas o principal fator a ressaltar foi a conjugação de esforços de todos os órgãos policiais do Estado, na luta pelo aperfeiçoamento dos serviços e do pessoal, com o que foi possível levar o setor civil a reassumir seu papel de importância dentro das comunidades paranaenses, situando-o novamente no alto grau de respeito da população do Estado.

POLÍCIA MILITAR

Agora é possível afirmar-se que a Polícia Militar do Estado alcançou neste Govêrno o seu mais alto nível de evolução e aperfeiçoamento. A tropa foi completamente reuniformizada e reequipada, com mais de 8 mil uniformes entregues pelo Govêrno. Mais de 300 milhões de cruzeiros antigos foram aplicados na modernização do armamento da corporação, e sua frota de veículos foi ampliada, com a suprir as deficiências do Corpo de Bombeiros, que era a unidade mais desfalcada. No atual biênio o Govêrno concluiu as aquisição de mais 22 viaturas que serviram inclusive para instalações do Corpo de Polícia Montada e do Ambulatório do Hospital Central da Polícia Militar. Por outro lado, foi dado início às obras do prédio da Companhia Isolada, do

prédio Sanitário e do Serviço de Manutenção e Transportes, além de canchas de futebol de salão, voleibol, basquetebol, pista de atletismo, etc.

As condições para o aperfeiçoamento do pessoal militar ganharam grande impulso com a doação, pelo Governo do Estado, da antiga Granja do Guatupê, onde será construída a Academia Policial Militar que vai possibilitar, juntamente com a reorganização da Diretoria de Ensino da Corporação, novas perspectivas para a formação de oficiais. Merece destaque especial a ação do Corpo de Operações Especiais, órgão criado na Polícia Militar com o fim específico de impedir tumultos, mas que tem executado tarefas de salvamento extraordinárias e de cunho humano sem precedentes.

TRANSITO

Grandes inovações foram postas em prática nesse biênio, no Departamento do Serviço de Trânsito. Já em nova e ampla sede localizada no Tarumã, com mobiliário e serviço de arquivo completamente novos, o DST efetivou, em colaboração com o Centro Eletrônico de Processamento de Dados, o cadastro geral de veículos do Paraná, instrumento de grande importância não só para controle e aperfeiçoamento dos seus serviços, como para vários outros órgãos da administração estadual. O Batalhão de Controle de Tráfego, que é unidade da Polícia Militar, foi reorganizado e ampliado para prestar serviços mais eficientes na Capital e interior. Grande esforço tem sido feito, por outro lado, para eliminar a burocratização a que estava sujeito aquele órgão durante todos esses anos, impedindo-o de prestar serviços à altura do crescimento do nosso Estado.

IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDIFICAÇÕES E OBRAS ESPECIAIS

O setor de edificações foi um dos que mereceu a maior soma de esforços do atual Governo, na procura de corrigir anomalias na oferta de próprios necessários ao perfeito desempenho de uma série de atividades públicas. A construção de salas de aula em ritmo acelerado para suprir as deficiências na oferta de vagas nos primeiros anos escolares, foi o tema básico de um trabalho que somou esforços e recursos de vários órgãos estaduais.

O Departamento de Edificações e Obras Especiais conseguiu entregar à população escolar do Paraná nesses dois anos, 2.404 salas de aula, as quais, acrescidas às que foram construídas com recursos de outras áreas dos Governos do Estado e Federal, somaram índice superior a 5.000 salas em dois anos, o maior já obtido na história do Paraná. Praticamente 7 salas de aula foram construídas por dia, a partir de 1966.

Outras obras de envergadura foram e estão sendo construídas, sem esquecer, em paralelo, o trabalho de conclusão de obras inacabadas, de interesse fundamental para a administração, que está sendo feito também em ritmo acelerado. Entre elas, evidenciam-se as do Teatro Guaíra, cuja conclusão deverá ocorrer ainda neste Governo. Até o momento, já foram realizadas obras de revestimento externo, instalações hidráulico-sanitárias, de ar condicionado, esquadrrias e diversos outros trabalhos, com aplicações superiores a 500 mil cruzeiros novos.

Igual destaque mereceu as obras de conclusão do Plenário da Assembléia Legislativa (contratadas no ano passado), o Centro de Treinamento do Magistério do Paraná, o Centro de Recuperação de Menores do Tarumã e o Colégio Estadual de Londrina.

O Sanatório de Londrina, considerado obra-modélo em to-

do o País, foi inaugurado no ano passado e já se encontra em pleno funcionamento, ao mesmo tempo em que foram construídos os três primeiros Núcleos Sociais do País, sendo um em Curitiba (Vila Feliz) e os outros em União da Vitória e Porecatu.

Na criação de melhores condições para administração da justiça, não esteve distante do programa de construções, o problema de construção e reaparelhamento dos foruns no interior. Foram concluídos os de Astorga, Assaí, Jaguapitã, Mandaguacu, Rolândia e Tomazina. Para o setor de Segurança Pública, foram concluídas obras em Chopinzinho, Barracão, Adrianópolis, e Santa Cruz de Monte Castelo. No setor de Saúde Pública, foram reformulados praticamente todos os sanatórios do Estado, com destaque para a construção de um novo Pavilhão no Sanatório São Roque, de Piraquara, ampliações no Sanatório São Sebastião, na Lapa, e vários postos de Higiene e Saúde.

Foi também concluído o Albergue de Mulheres, na cidade da Lapa, para a Secretaria do Trabalho e Assistência Social; um pavilhão no Capão da Imbuia, para a Secretaria da Agricultura, melhoradas e ampliadas as instalações do Parque Castelo Branco, e concluídas obras do Posto Fiscal de Pôrto Rico e de Pôrto Camargo, para a Secretaria da Fazenda.

Obras de boa importância já concluídas foram também os prédios destinados ao Departamento do Serviço de Trânsito, no Tarumã, em Curitiba, a Grande Garagem e Oficinas do Palácio Iguacu.

Durante o ano passado, o Departamento de Edificações e Obras Especiais procedeu a 16 avaliações de imóveis para fins de alienação, na capital e municípios do interior, destinados a receberem edifícios públicos. No mesmo período, foram feitos 31 arquivamentos referentes às aquisições devidamente processadas. Complementando os serviços correspondentes aos bens imóveis, o DEOE procedeu a 23 serviços de levantamentos altimétricos e planimétricos, e o seu setor de projetos arquitetônicos elaborou 99 anteprojetos e 30 projetos definitivos para obras a serem executadas, além de 36 especificações e 49 orçamentos quantitativos.

No que se refere a obras especiais o DEOE contou, em 1967, com recursos financeiros que totalizaram NCr\$ 827.800,00, provenientes da área estadual, da Superintendência do Desenvol-

vimento da Região Sul (SUDESUL) e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

COMBATE À EROSIÃO

Um esquema coordenado para atacar de frente o problema da erosão e reduzir com a máxima brevidade os seus efeitos devastadores — principalmente na região Noroeste do Estado — foi pôsto em prática pelo Governo desde o início de 1966. Sòmente naquele ano foram mobilizados 2 milhões e 100 mil cruzeiros novos para o trabalho, dos quais 1,5 milhões de cruzeiros novos oriundos dos cofres do Estado e as verbas, no geral, equivaleram a 163,4% mais que a somatória dos recursos movimentados nos três anos anteriores.

Naquele mesmo ano, foram instalados três Núcleos de Combate à Erosão Urbana, com sede, respectivamente, nas cidades de Arapongas, Paranavaí e Cruzeiro do Oeste, que passaram a atender mais diretamente uma superfície de 92.500 m²., num total de 46 Municípios, onde o fenômeno da erosão é mais acentuado. Mediante convênios de participação de encargos, o DEOE atendeu os municípios de Colorado, Centenário do Sul, Itaguagé, Florestópolis, Porecatu, Sertanópolis, Santo Inácio, Nova Esperança, Paranavaí, Alto Paraná, Loanda, Nova Londrina, Mandaguacu, Paramacity, Pôrto Rico, São João do Caiuá, Diamante do Norte, Florai, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Alto Piquiri, Cidade Gaúcha, Goioerê, Icaraíma, Paraiso do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Cianorte.

Com os Núcleos de Combate à Erosão Urbana, já funcionou o setor de maneira mais descentralizada das atividades da Divisão de Obras Especiais, na qualidade de dependências executoras. Os Núcleos procedem a orientação e fiscalização das obras especiais nos municípios de sua jurisdição, em especial as de combate à erosão urbana. Foram realizados, ainda, projetos para combate à erosão urbana, para os municípios de Nova Esperança, Santo Inácio, Iguaraçu, Diamante do Norte, Pôrto Rico, Florai e Loanda e já contratados para os de Iporã, Rancho Alegre, Cruzeiro do Sul, Pérola, Guaraci e Maria Helena.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A preocupação em racionalizar a máquina pública tem sido constante desde o início dêste Governo. Criar uma nova concepção de administração e de trabalho público e emprestar o máximo aproveitamento ao contingente de serviços existentes, vem sendo uma luta de dia a dia. O Governo acredita que, sem necessidade de elevar o número de funcionários é possível ampliar o rendimento do trabalho. E não fugiu dessa concepção até agora. Dos 66 291 cargos existentes no Estado, apenas 55899 estão ocupados, havendo 10392 cargos vagos, que pretendemos manter assim até o final da administração.

As fôlhas de pagamento exercem substancial pêso sôbre a receita, com tendência de comprimir sempre os recursos para investimento de que necessita cada vez mais o Paraná. O setor Educação ocupa 31 779 cargos, representando mais de 50% do efetivo funcional, com manifesta tendência de crescimento. O Estado está, assim, enfrentando uma séria opção: ou racionaliza urgentemente o trabalho, ou verá sucumbir ano a ano a sua capacidade de investimento.

Várias medidas com resultados a curto e médio prazo estão sendo postas em prática para corrigir o problema. O Departamento Estadual de Serviço Público passou a executar um programa de aperfeiçoamento funcional em todo o Estado e as próprias repartições estão tomando a si o encargo de melhorar o seu pessoal.

Agora, a Secretaria dos Negócios do Governo já tem em mãos o instrumento que acreditamos seja definitivo para estabelecer um quadro de pessoal efetivamente adequado às exigências do serviço público. Com a reforma administrativa, que estará completada ainda neste Governo, é possível esperar-se que o Paraná, nos próximos 10 anos, não tenha necessidade

de admitir nenhum servidor em função pública. Isto significará uma elevação positiva das suas disponibilidades para investimentos e, conseqüentemente, maior convergência de ação para setores infraestruturais de que ainda carecemos.

PLADEP

Após a completa reorganização interna operada neste Govêrno, a Comissão de Planejamento Econômico do Paraná — PLADEP, iniciou alguns trabalhos preliminares que culminaram com a prestação de numerosos serviços a outros órgãos da administração e, em outubro do ano passado, com a vitoriosa participação do Estado, junto aos ministérios do Interior e do Planejamento, onde bem defendeu os interesses do Estado através do trabalho «Espaços Polarizados e Regiões Homogêneas do Paraná», dando subsídios técnicos e atraindo investimentos federais dentro do Plano Trienal do Govêrno Federal.

Durante o exercício de 1967, a PLADEP desenvolveu programação e execução de estudos e pesquisas, necessários à fixação de Políticas sócio-econômicas setoriais e micro-regionais; — programação e execução relacionada com a coordenação e controle de investimentos; — fornecimento de dados cadastrados por setores e micro-regiões do Estado aos órgãos do Govêrno e a particulares; — programação e execução de estudos técnico-administrativos, visando a aperfeiçoar o funcionamento dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Estado.

Participa, ainda, a PLADEP na Comissão da Carta Geológica do Paraná, na qualidade de signatária do Convênio celebrado juntamente com a Universidade do Paraná, Codepar, DER, DGTC e IBPT; no Conselho Administrativo da Telepar — Companhia de Telecomunicações do Paraná; do Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico — Cepal, com duração de 4 meses, com aprovação do inscrito; através de dois elementos, no Curso Técnico Administrativo patrocinado pelo IDART, com duração de quatro meses, tendo concluído e sido aprovados os inscritos.

Face a exigência do Govêrno Federal em formular uma política de integração de tôdas as esferas, federais, estaduais e municipais, condicionando a liberação e aplicação de seus

recursos a planejamentos plurianuais integrados e, tanto em vista ser a PLADEP o órgão competente para a realização de tais planejamentos na esfera governamental, a sua programação para o exercício de 1968 está fundamentada nessa exigência.

CELEPAR

Como centro de computação eletrônica, o **CELEPAR** — Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S.A. — procura resolver os problemas de tratamento da informação atendendo as unidades administrativas de Governo, inclusive as autarquias e sociedades de economia mista, visando a execução de serviços parciais ou globais de racionalização, apuração e controle dos atos de administração econômica e financeira do Estado.

Sociedade de economia mista, sendo o Governo do Estado do Paraná o seu principal acionista, com capital atual de NCr\$ 2 135 000,00, nas normas gerais de administração a empresa procurou definir os problemas de organização, de técnica e pessoal sob princípios orientadores que permitissem a elaboração de soluções apropriadas para:

- Separação nítida das tarefas executivas de um lado, e as de orientação, supervisão e controle de outro lado;
- Assegurar atenção adequada às atividades afins;
- Descentralização da execução com fixação da responsabilidade de cada um;
- Centralização da função de planejamento e controle geral;
- Garantia da continuidade administrativa e elevado nível técnico para as funções de linha e de assessoramento especializado.

O Celepar atingiu maturidade no que concerne à sua capacidade técnica de produção. No decorrer de 1967 foram feitos 74 contratos e renovados 31. No ano de 1967, pode-se dizer ter o Celepar se consolidado definitivamente como Empresa de Processamento de Dados, permitindo um melhor entrosamento do Estado, o que sem dúvida é um grande avanço no sentido da total integração da empresa no esquema estadual.

Analisando-se os trabalhos executados pelo Celepar pode-

remos verificar a versatilidade para a utilização de computadores como instrumento auxiliar na vida moderna, e a capacidade de funcionamento da empresa.

Dentre os trabalhos já executados, podemos citar:

- Processamento de Contas de Água e Esgotos para o DAE
- Processamento de Contas Telefônicas para a Telepar, em fase final de implantação
- Execução dos processamentos de Fôlha de Pagamento para o DER
- Processamento para elaboração da Proposta Orçamentária para 1967 para o DCO
- Elaboração de Fôlhas de Pagamento para os funcionários do Poder Executivo, para a DDF
- Execução de Processamento de Dados para os Cadastros de Veículos Registrados no Paraná até este ano, para o DST
- Processamento de Dados do Levantamento da Situação Escolar no Paraná em 1966, para a Fundepar
- Levantamento Sócio-Econômico dos funcionários da empresa, para a Companhia Fôrça e Luz do Paraná
- Processamento de Dados relativo às alturas e vazões nos postos de contrôle para a Copel, através o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Sul
- Processamento de Cálculo de Estruturas para obras da Escola de Arquitetura, a serem realizadas no Centro Politécnico
- Trabalhos de processamento eletrônico de dados para correção controlada das provas dos Exames Vestibulares de Medicina para a Universidade Federal do Paraná
- Processamento de Dados Cadastrais de Imóveis do Paraná, com cálculo de Impostos, taxas e realização de Estatísticas e Contrôle de Pagamento, para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. (Note-se que o único Estado da Federação, cujos dados não foram processados pelo próprio IBRA em 1967, foi o Paraná)
- Processamento de Dados Estatísticos do Paraná, para o Departamento Estadual de Estatística

- Composição do Cadastro Eletrônico de Veículos e Similares do Paraná com base em levantamento de existência em 1967, para o DST
- Implantação do Cadastro de Contribuintes do ICM no Paraná, para a Secretaria da Fazenda
- Banco do Estado do Paraná — Cruzamento de Lançamentos.

DESP

O Departamento Estadual do Serviço Público, movimentou, no ano passado, 25 225 processos. Dêstes, 19 977 casos foram definitivamente resolvidos e 4 259 encontram-se em diligência em outras repartições, visto acharem-se instruídos de maneira insuficiente. Um Departamento cuja finalidade é zelar pelos direitos de todo o funcionalismo do Estado e do próprio Estado e que vê crescer dia a dia o volume de trabalho, deverá em breve ter supridas suas condições materiais para acompanhar a administração. Não é possível descentralizar as atividades desse Departamento, pois ao mesmo afluem processos de tôdas as repartições do Estado, e é êle o último órgão a se manifestar em tôdas as questões referentes aos servidores. Como essa manifestação só é possível tendo em mãos todos os dados e informações relativas ao direito requerido, torna-se evidente que as soluções dos processos muitas vêzes são morosas, devido ao tempo necessário para a coleta dos elementos mencionados nas repartições de origem.

Assim, para melhor atender ao funcionalismo do interior, o DESP organizou equipes jurídicas volantes que se deslocam para os vários centros geográficos do Estado, dando atendimento direto aos interessados. Essas equipes anotam, em ficha própria, os dados relativos aos processos do interesse dos funcionários que aguardam solução nas repartições da Capital. Em Curitiba localizam os referidos processos, acompanhamos e informam as partes, quanto ao seu andamento.

Dentro dessa nova dinâmica de ação, o DESP, visando o aperfeiçoamento maior da máquina administrativa, vem profissionalizando o funcionalismo através de processos modernos de treinamento, com a realização de Cursos Intensivos de Treinamento em Administração Pública, na Capital e no Interior.

No ano de 1967, os cursos foram assistidos por 2 324 funcionários.

Em Curitiba, foram ministrados um curso permanente de datilografia, um curso intensivo de administração pública (duração de 2 meses), um de Chefia e Liderança (três meses), e um de Comunicação Oral (duração de um mês). Foi tal o êxito dos cursos, que um deles, o de Chefia e Liderança, foi oficializado pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná, num reconhecimento ao alto valor dos cursos do DESP.

No interior são realizados, por enquanto, cursos básicos com a duração de uma semana, e em 30 aulas, abrangendo elementos de Português, Redação Oficial, Relações Humanas e Legislação de Pessoal. Esses serão ampliados em sua duração, para 15 dias, numa segunda etapa. Nas cidades do interior onde o curso já foi realizado, será promovido então o de maior amplitude.

Ainda com o objetivo de uniformizar o sistema administrativo, o DESP realizou os concursos públicos de ingresso às diversas carreiras da função pública, com exceção dos de Magistério e de Magistratura. Os concursos, por outro lado, não se restringem a provas e títulos, mas exigem o exame psicotécnico de caráter eliminatório, realizado por especialistas de alto gabarito.

Mas não bastarão essas medidas para dar caráter empresarial à administração. Os candidatos que procuram realizar inscrição nos concursos, mostram total ausência de qualquer orientação ou preparo, tendo em vista não existir no Estado nenhum estabelecimento de ensino para a especialização na função pública, a não ser os das Polícias Civil e Militar, que apresentam ótimos resultados. Assim, elaborou o DESP minucioso plano para a criação da Escola do Serviço Público do Estado do Paraná, que deverá ministrar, em 3 anos, o Curso Básico de formação, correspondendo ao 2º ciclo colegial, e um curso superior de 4 anos, ou seja, de oito semestres. Organizará também cursos de aperfeiçoamento, para cada um desses ciclos, com um e dois semestres de duração.

Espera-se, dessa forma, dar ao funcionalismo o preparo técnico necessário para transformar a Administração do Estado em máquina dotada de pessoal com alto nível técnico.

Os cursos foram realizados em Paranaguá, Maringá, Apu-

carana, Pato Branco, Guarapuava, Cascavel, Paranavaí, Campo Mourão, Jacarèzinho, União da Vitória, Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio e Irati, com aproveitamento para 2 223 inscritos

ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL

O exercício de 1967 serviu de experiência para nova reorganização do Departamento Estadual de Compras, pois há necessidade de freqüentes adaptações que permitam acompanhar o crescimento da esfera de interesses da administração no tocante ao fornecimento de materiais aos órgãos estaduais. Uma delas prende-se ao empenho prévio das despesas forçadas dentro de cada trimestre, feito por estimativa, dando margem para segurança no atendimento de alimentação e combustível, principalmente, sabendo, de antemão, a unidade requisitante, suas disponibilidades orçamentárias com referência a outras despesas, no mesmo período. Pretende-se chegar, com isso, a apurar a média aproximada de tôdas as despesas mais ou menos essenciais dos órgãos vinculados ao DEC, o que virá determinar o montante necessário dos recursos a serem liberados. Ainda dentro da reorganização do DEC, foi feito plano de fornecimento para o exercício de 1968, tomando-se em consideração os totais orçamentários liberados para os respectivos trimestres, que se baseiam, por sua vez, nos percentuais da receita do Estado, com ligeira adaptação às conveniências administrativas.

A despesa empenhada em 1967 foi de NCr\$ 8 781 608,00. Dêsse total, 78% ou NCr\$ 5 905 375,00, foram dispendidos para os quatro principais grupos de material de consumo (alimentação, 45%; combustíveis, 7%; medicamentos, 20%; expediente, 6%). A despesa com Equipamentos e Instalações foi da ordem de NCr\$ 463 717,00 (5%), sendo NCr\$ 157 478,00 para veículos e NCr\$ 306 239,00 para máquinas e motores. Em Material Permanente foram dispendidos NCr\$ 238 128,00, ou cêrca de 2,5% da despesa geral.

Dentro do exercício foram redistribuídos, ainda, para aplicação direta pelas unidades orçamentárias, NCr\$ 1 855 385,00.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O extraordinário desenvolvimento econômico que vem se

processando no Paraná, nestes últimos anos, aumentou consideravelmente, como é natural os encargos da estatística, já que esta tem por incumbência a pesquisa em todos os campos de atividade. Com o aumento das atividades do DEE, principalmente no setor de difusão, aumentou também a correspondência entre o mesmo e os consumidores de estatística, que de todos os lugares de nosso Estado, do Brasil e algumas vezes do Exterior, solicitam as mais variadas informações do Paraná nos seus mais diversos aspectos, o que fez o DEE movimentar 10 269 expedientes durante 1967.

Em consequência do grande volume de dados coletados pelo DEE, aquêlê órgão contratou os serviços de processamento eletrônicos do Celepar, uma vitória para a estatística paranaense em 1967, pois que abrirá novas perspectivas ao Sistema Estatístico Regional, dando condições, a curto prazo, de ver atualizado o Comércio Interior por Vias Internas, assim como melhorar, sensivelmente, em termos de atualização, ou mesmo de aprimoramento técnico, outros levantamentos que lá serão processados. O processamento de dados do Comércio Inter-Estadual por Vias Internas será feito mensalmente e foi iniciado em dezembro de 1967, assim como do movimento bancário.

Cumprindo uma de suas principais atribuições, qual seja, a divulgação de dados estatísticos publicou durante o ano passado diversas obras de grande aceitação.

Tais obras foram uma contribuição a todos aquêles que, em qualquer campo de atividade, se dedicam ao estudo e ao planejamento e que não podem prescindir dos instrumentos que lhes dará a estatística. Incrementando o que já fôra feito em anos antecedentes, o DEE editou em 1967 vinte publicações, com a tiragem de 17 730 exemplares, num total de 1 000 páginas, contra 14 publicações feitas em 1966, tiragem de 11 480 exemplares e total de 531 fôlhas. O aumento porcentual relativo, foi, assim, de 62%, durante o ano.

V — AS RELAÇÕES DO ESTADO

ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

O objetivo primordial da política de desenvolvimento social será o de levar a tóda população do Estado as condições de oportunidade e bem estar geradas pelo desenvolvimento. A política de desenvolvimento social, desta forma, nada mais será do que o atendimento das reivindicações da população do Estado, em função dos recursos disponíveis e dentro de critérios prioritários baseados no conhecimento da realidade social do Estado como um todo e de cada uma de suas partes.

Considerando que o homem, na sua expressão individual ou de grupos com atividades afins, tem suas necessidades mais imediatas atendidas de modo mais eficiente pelo poder que lhe está mais próximo — o Governo Municipal — o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, pelo atendimento dêsse Poder, procura auxiliar o Governo do Estado a alcançar, de modo mais racional e objetivo, a meta a que nos propusemos atingir, a Meta Homem.

Nesse sentido, tem trabalhado com o propósito de permitir a arregimentação de u'a maior consciência cívica nas comunidades paranaenses pelo desenvolvimento do espírito de auto-organização.

Como conseqüência do Artigo 157, § 10 da Constituição do Brasil, foi assinado convênio para a organização da Região Metropolitana de Curitiba, visando o desenvolvimento sócio-econômico dos Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Colombo, Campo Largo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, componentes da citada região.

A exemplo do que ocorre na maioria dos Estados brasileiros, os municípios do Paraná não contam com corpo técnico

especializado, bem como recursos financeiros suficientes para elaboração de Planos e Projetos de Desenvolvimento. Tendo em vista que êstes constituem instrumento indispensável para obter-se resultados harmônicos e racionais em favor da economia e bem-estar social paranaense, é que se criou a Comissão de Desenvolvimento Municipal — CODEM — que no seu primeiro ano de atividade — 1966 — realizou a Pesquisa para o Plano Diretor de Londrina, elaborando no exercício de 1967, os seguintes trabalhos:

— Plano Diretor de Desenvolvimento de Ponta Grossa; — Plano de Integração Rodoviária Municipal do Paraná; Motomecanização (em fase de financiamento); — Projeto dos Planos Preliminares de Urbanismo de Jacarêzinho, Santo Antônio da Platina, Cambará e Bandeirantes, em colaboração com o IBAM; — Dois cursos de Introdução ao Planejamento Urbano, ministrados pelo IBAM, formando 50 especialistas de nível universitário; — Projeto de Planos Diretores de Desenvolvimento de Paranaguá, Apucarana e Maringá, em fase de conclusão; — Planos de Emergência de Turismo de Foz do Iguaçu e do Litoral Sul. Êstes planos vêm sendo desenvolvidos pelo DATM, em colaboração com a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR.

Em decorrência de convênio firmado com o IBRA, estão sendo elaborados, ainda, Planos Diretores de Desenvolvimento de Povoações, atendendo as localidades de Três Barras, Leônidas Marques, Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida, sediadas nos Municípios de Capitão Leônidas Marques e Cantanduvás.

Por outro lado, visando maior integração entre o Governo do Estado e as Municipalidades paranaenses, foram realizados Encontros Municipalistas com Seminários de Administradores e Contadores Municipais nas cidades de Ibaiti, Irati, Francisco Beltrão, Araongas e Paranaíba, abrangendo um total de 148 municípios participantes.

Contando com a participação de 66 municípios, foi realizado em Curitiba um Curso Intensivo de Administração Municipal, destinado a funcionários municipais, ministrando noções relacionadas à Organização Interna de Prefeitura, Direito Municipal, Planejamento Urbano, Orçamento, Contabilidade e Legislação tributária.

Com a finalidade de orientar e encaminhar os pedidos de liberação de verbas federais, consignadas no Orçamento da União, em que são interessadas as Prefeituras e Entidades Filantrópicas do Paraná, manteve o DATM um serviço de Coordenação de Auxílios Federais.

O encaminhamento dos requerimentos aos órgãos federais correspondentes é feito através do Escritório de Representação do Paraná na Guanabara, o qual acompanha e traz o DATM informado sobre a tramitação dos processos.

O DATM procedeu à análise e emitiu pareceres dos Balanços Gerais de 108 Prefeituras, para efeito de cálculo e contabilização da quota prevista no Artigo 20 da Constituição Federal de 1946. Emitiu ainda pareceres a respeito de Contabilidade Municipal e Orçamento, procedeu à Reorganização Administrativa e Reformulação do Quadro de Pessoal das Prefeituras de Andirá e Ibaiti, além de fornecer a quase todas as Prefeituras do Paraná, orientação sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Além dos 86 pareceres elaborados pela Divisão Jurídica, versando sobre os mais variados assuntos jurídicos de interesse dos municípios, foram atendidos verbalmente 282 consulentes, dentre prefeitos, vereadores e funcionários municipais.

Atendendo um total de 31 municípios, o DATM executou nivelamentos e levantamentos topográficos para abertura de ruas e traçados de cidades, calçamentos, meios-fios, projetos de prédios públicos, plantas de cidades e mapas rodoviários. O DATM mantém, ainda, emprestadas a várias Prefeituras, um total de 25 máquinas rodoviárias que as auxiliam na abertura e conservação de estradas municipais.

Na campanha lançada com o objetivo de aumentar o contingente eleitoral do Estado, o DATM é um dos órgãos coordenadores das atividades que estão sendo desenvolvidas para a consecução de tal meta.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

	Pág.
I — A CONJUNTURA PARANAENSE	
— A Economia Paranaense	3
— As Finanças Públicas	7
— Financiamento do Desenvolvimento	11
II — DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	
— Energia Elétrica	17
— Rodovias	32
— Ferrovias	40
— Portos	43
— Aeroportos	47
— Telecomunicações	48
— Saneamento	52
— Agricultura e Pecuária	57
— Incentivo à Industrialização	80
III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
— Programa de Ação Integrada de Serviços	87
— Educação e Cultura	91
— Saúde Pública	97
— Política Habitacional	105
— Assistência Social	106
— Terras e Colonização	116
— Justiça e Segurança	119
IV — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
— Edificações e Obras Especiais	127
— Administração	130
V — AS RELAÇÕES DO ESTADO	
— Assistência aos Municípios	141

Impresso no
Departamento de Imprensa Oficial do Estado